



MUNICÍPIO DE MERCEDES

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 184/2026
CONTRATAÇÃO UASG N.º 985531-35/2026

MODALIDADE: Concorrência n.º 8/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

DATA: 14 de setembro de 2026.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

02

Ass.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes						
Sector requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo						
Responsável pela Elaboração do Documento: Adriano José Camargo						
E-mail: smelmercedes@hotmail.com				Telefone: (45) 3256-8083		
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.						
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): A presente contratação tem por finalidade a execução de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada à prática esportiva, recreativa e de lazer da população. Atualmente, o espaço do Lago Municipal é amplamente utilizado pela comunidade para atividades de convivência, eventos, práticas esportivas e recreação. Entretanto, a ausência de uma estrutura coberta limita a utilização do local em períodos de chuva, excesso de calor e demais condições climáticas adversas, reduzindo significativamente o aproveitamento do espaço público. A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado e seguro para a realização de atividades esportivas, projetos sociais, eventos comunitários, ações educacionais e culturais, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, a estrutura contribuirá para a promoção da saúde, do lazer e da integração social, fortalecendo as políticas públicas desenvolvidas pelo Município nas áreas de esporte, turismo e qualidade de vida. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para atender à demanda existente da população por espaços públicos adequados e acessíveis, promovendo a ampliação das oportunidades de prática esportiva e de convivência comunitária, bem como valorizando um dos principais pontos de lazer e turismo do Município de Mercedes/PR.						
3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:						
Item	Descrição	Catmat/Catser	Código IPM	Und	Qtd. (Obra)	R\$ Total
1	Construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.	5622	34403	M²	866,34	989.729,02
*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.						
Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O quantitativo foi definido através da demanda levantada pelo setor de engenharia do Município.						



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
03

Ass.

4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):

R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos).

5. Previsão da data desejada para a contratação: 30 julho de 2026.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação:

() Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

() SIM – Qual:

(X) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º1 do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

() SIM

(X) NÃO

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso):

Mercedes-PR, 02 de setembro de 2026.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome): Alexandre Graunke

ALEXANDRE

GRAUNKE:8293501790

Assinatura: 0

Assinado de forma digital por

ALEXANDRE

GRAUNKE:82935017900

Dados: 2026.09.02 14:33:49 -03'00'



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026

ALEXANDRE

GRAUNKE:8293501

7900

Assinado de forma digital por

ALEXANDRE

GRAUNKE:82935017900

Dados: 2026.09.02 14:34:05

-03'00'

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
05

Ass.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de implantação de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, localizado no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada às atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer disponibilizadas à população.

Atualmente, o espaço é amplamente utilizado por munícipes e visitantes para a prática de atividades físicas, eventos comunitários e momentos de convivência social. Contudo, a inexistência de uma estrutura coberta impossibilita a utilização do local em períodos de chuva, temperaturas elevadas ou condições climáticas adversas, ocasionando o cancelamento ou adiamento de atividades e reduzindo o aproveitamento do espaço público.

A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado para a realização contínua de práticas esportivas e recreativas, garantindo conforto, segurança e acessibilidade aos usuários durante todo o ano. Além disso, a estrutura permitirá a realização de eventos esportivos, educacionais, culturais e comunitários, fortalecendo as ações desenvolvidas pela Administração Municipal e promovendo maior integração entre os cidadãos.

A necessidade da obra também está alinhada às políticas públicas de incentivo ao esporte, ao lazer, à saúde e à inclusão social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a valorização do Lago Municipal Theobaldo Loffy como importante espaço de convivência, turismo e desenvolvimento social do município.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
06

Ass.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

3.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.

3.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.

3.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.

3.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.

3.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.

3.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.	m²	989.729,02



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

07

Ass.

Classificação dos bens/serviços:

☒ Comuns.☐ Especiais.☒ Obras.☐ Continuado.☒ Não continuado.

Justificativa: O objeto consiste em atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto ou engenheiro que implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, pelo que é classificado como obra. E trata-se de obra comum, uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

☐ Plurianual☒ Não plurianual.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1		X	
A Solução atenderá as expectativas e trará economia para a Administração?	Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A única solução viável é a 1, pois, a empresa que será contratada fornecerá todos os materiais adequados e disponibilizará funcionários aptos a prestar este tipo de serviço, e equipamentos para realização do mesmo, ofertando assim uma maior segurança e economia para o município.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos).

Parâmetros utilizados: Levantamento de valores com referência na tabela SINAP.

Metodologia utilizada: Valor estipulado pelo orçamento, com base na tabela SINAP

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo:

Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, do Município de Mercedes/PR.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Não será parcelada, tendo em vista que os serviços possuem natureza integrada, complementar e interdependente, compondo um único projeto de melhoria da infraestrutura nas dependências do Lago.

A realização da obra por uma única empresa contratada proporciona maior eficiência na execução dos serviços, melhor coordenação das etapas construtivas e padronização dos materiais e acabamentos, garantindo maior qualidade final da obra. Além disso, a contratação conjunta facilita o gerenciamento e a fiscalização contratual pela Administração Pública, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, atrasos na execução e conflitos de responsabilidade entre diferentes empresas.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados:

Pretende-se contratar os serviços de acordo com o descritivo do Edital, ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades do Município de Mercedes, de forma eficaz e econômica.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
09

Ass.

contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias:

A locação deverá ser realizada pela CONTRATADA, seguindo rigorosamente o projeto. Após o término deste serviço, a CONTRATADA deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO, para que este faça as devidas verificações.

Escavações e movimentação de terra necessária para execução dos serviços será incumbência da empresa CONTRATADA.

Para a execução da infraestrutura da obra, a CONTRATADA deverá realizar a demolição do pavimento poliédrico existente nas áreas de blocos, estacas e linhas de baldrames. Conforme indicado em planta específica de demolição, será necessária a remoção.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Nenhuma contratação correlata/interdependente foi estimada para esse caso.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Há possibilidade de impactos ambientais com relação aos resíduos oriundos da obra. Como medida mitigadora, a contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

Trata-se de obra certa e definida, não havendo previsão de futuras contratações similares.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

10

Ass.

Posicionamento conclusivo:

O processo licitatório para contratação de empresa para execução de serviços da construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR. é necessário conforme apresentado durante este Estudo Técnico Preliminar. Sendo assim, conclui-se como viável a contratação apresentada.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE

GRAUNKE:82935017900

Assinado de forma digital por

ALEXANDRE

GRAUNKE:82935017900

Dados: 2026.09.02 14:34:21 -03'00'

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

11

Ass.

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026

ALEXANDRE
GRAUNKE:829350179
00

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE
GRAUNKE:82935017900
Dados: 2026.09.02 14:34:43 -03'00'

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
12

Ass.

CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

CERTIFICO, para fins de direito, sob as penas da lei, que a definição do valor do objeto da presente Concorrência foi realizada na forma do art. 23, § 2º, I, da Lei n.º 14.133, de 2021, mediante utilização da tabela SINAPI e ORSE de março de 2026 como referência, conforme planilha orçamentária anexa aos autos do procedimento, a qual discrimina os valores de cada etapa da Obra.

Neste processo licitatório as tabelas de referência foram consultadas em junho de 2026.

Certifico, ainda:

a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;

b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026

Byeiko Allann Henz
ENGENHEIRO CIVIL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PARANÁ

JORGE NACLI NETO
OFICIAL - CPF 82421509-04

NOROALDO BOSKA
OFICIAL MAIOR - CPF 033.382.718-34

BEATRIZ TALINI KINAS
Empregada Juvenil
CPF 407.847.038-48

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL - LIVRO N.º 2

MATRÍCULA N.º 26.841

FICHA N.º 1

MATRÍCULA N.º 26.841: Data: 07 de Junho de 2002. **C o n s t a**
da CHÁCARA N.º 104 (cento e quatro) (formada
pela Parte da Chácara n.º 99/100/101/104/A), situada na Zona
Suburbana do Município de Mercedes, desta Comarca de Marechal
Cândido Rondon e Estado do Paraná, com a área de 18.402,91
(dezoito mil, quatrocentos e dois metros e noventa e um decime-
tros quadrados), sem benfeitorias, imóvel com 32 seguintes
limites e confrontações: AO NORDESTE: com a Rua do Quadro
Urbano do Município de Mercedes-Pr., servidão de passagem de
de 10,10 metros lineares, com AZ 159°51'30" e numa extensão
de 120,0 metros lineares, com AZ 159°51'30"; AO SUDESTE:
Confronta com as chácaras n.ºs 103A e 102A, numa extensão
de 140,00 metros lineares, com AZ de 249°51'30"; AO SUDOESTE:
Confronta com a Parte remanescente da Chácara n.º 104, numa
extensão de 132,88 metros lineares, com AZ 159°51'30" e a
NOROESTE: Confronta com a Chácara n.º 105, numa extensão de
142,40 metros lineares, com AZ 71°05'30". Proprietários:
HENRIQUE VAN DE SANDT, CPF sob n.º 224.912.679-00 e RG. n.º
1/R-320.304/SSP/SC, e sua esposa LUISE BACKES VAN DE SANDT,
CPF N.º 005.406.759-62 e RG. n.º 3.470.284-5-SSP/PR.,
agricultores, casados pelo Regime de Comunhão de Bens, anterior
à vigência da Lei n.º 6515/77, pelo Cartório de Bens, anterior
Escritura de Santa Catarina, em data de 31 de janeiro de 1945,
Certidão de Casamento n.º 331, fls. 564 do Livro n.º 2-B, residen-
tes e domiciliados no Prolongamento da Av. Dr. Mário Totta
na Cidade de Mercedes, Pr., I N C R A sob n.º 721.115.070.467-3;
Mód. Rural: 17,8 ha; N. Mód. Rurais: 0,68; Mód. Fiscal: 18
ha; N. Mód. Fiscais: 0,70; F.M.P.: 2,0; área total: 12,6 ha;
REGISTRO ANTERIOR: R-11.401 da Matrícula n.º 11.401 da ficha
n.º 01 de Registro Geral, deste Ofício Imobiliário. O referido
é verdade e sou fê. Marechal Cândido Rondon, 07 de Junho
de 2002. *[Assinatura]* Escrevente Juramentada.
-X-X-X-X-X-X-
R-1-26-841: Data: 07 de Junho de 2002. (Prot. sob n.º 119.369).
Nos termos da ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA,
datada de 29 de Maio de 2002, lavrada às fls. n.º 102 do Livro
n.º 05 e sob n.º 4.839, nas Notas do Tabelionato do Município
de Mercedes, neste Estado e Comarca, o imóvel constante
da presente matrícula foi adquirido pela outorgada compradora:

SEGUI

DA MATRÍCULA
N.º 26.841

CONTINUAÇÃO

"PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES", Estado do Paraná,
inscrita no CNPJ sob n.º 95.719.373/0001-23, órgão Público
de Direito Interno, estabelecida no prolongamento da Avenida
João XXIII n.º 1.175, na Cidade de Mercedes, neste Estado,
neste ato representada por seu prefeito municipal Sr. LIDIO
JOSÉ SCHNEIDER, CPF N.º 059.873.009-59 e RG. n.º 838.078-3-
SSP/PR., brasileiro, casado, do comércio, residente e domicilia-
do na Avenida João XXIII, centro, na Cidade de Mercedes-Pr.,
por compra feita de HENRIQUE VAN DE SANDT, CPF N.º 224.912.
679-00 e RG. n.º 1/R-320.304/SSP/SC e sua esposa LUISE BACKES
VAN DE SANDT, CPF N.º 005.406.759-62 e RG. n.º 3.470.284-5-SSP/PR.,
brasileiros, agricultores, casados pelo Regime de Comunhão
de Bens, anterior à vigência da Lei n.º 6515/77, pelo Cartório
de Antápolis, Estado de Santa Catarina, em data de 31 de
janeiro de 1945, Certidão de Casamento n.º 331, fls. 504 do
Livro n.º 2-B, residentes e domiciliados no prolongamento
da Avenida Dr. Mário Totta, na Cidade de Mercedes, Pr.,
imóvel avaliado em R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais);
Isento do Recolhimento de IPTU conforme Guia de Recolhimento
sob n.º 54/2002, da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr.,
Isento da Guia de Recolhimento do FUNREJUS, por ser ato isento
do IPTU; Certidão de Desanexação e Denominação de Imóvel,
datada de 29 de maio de 2002, devidamente assinada pelo Sr.
Celso Henrique Sosa, Mun. Adm. e Finanças da Prefeitura do Municí-
pio de Mercedes-Pr., Certidão Negativa de Tributos Municipais
sob n.º 1752/2002 de 29 de maio de 2002, da Prefeitura do Municí-
pio de Mercedes-Pr., Certidão Negativa sob n.º 374/2002, de
15 de maio de 2002, expedida pelo Instituto Ambiental do
Paraná, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos
Hídricos, ITR/97/98/99/00/01/isentos; Mapa e Memorial Descri-
tivo, devidamente assinados pelo Sr. Armin Priessnitz - Eng.
Civil CREA: 6276-D; CCIR/INCRA 1998/1999 quitado; ART n.º
2100152840311, recolhendo a importância de R\$ 18,91 (dezoito
reais e noventa e um centavos), devidamente quitada em 24
de maio de 2002; Certidão de Anuência Prévia para fins de
Parcelamento de Glebas Rurais sob NÚMERO: 061/2002, datada
de 29 de maio de 2002, devidamente assinada pela Sra. Maria
Gloria Pozzobon - Bióloga, expedida pelo Instituto Ambiental
do Paraná - IAP., vinculado à Secretaria de Estado do Meio
Ambiente - SEMA; QUE os vendedores ficam isentos da apresentação
da CND do INSS, por não serem empregadores rurais, Lei n.º 8212
e da contribuição à Previdência Social Rural, Decreto n.º

SEGUI



CONTINUAÇÃO

SUBRICA

DA MATRÍCULA

N.º 26.841

FICHA

-02-

1958 de 09/09/1982, por não industrializarem seus produtos e nem vendê-los ao consumidor. QUE os vendedores declararam ainda que inexistiu contra os mesmos, quaisquer ações reais e pessoais reipersecutórias que obstaculizem o presente Registro e declaração esta que fazem em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7433 de 18.12.1985 e Decreto nº 93.240 de 09/09/1986 assumindo toda e qualquer responsabilidade civil e penal quanto ao presente Registro. Condições: QUE de acordo com a Lei Municipal nº 325/2002, datada de 04 de abril de 2002, a Prefeitura do Município de Mercedes-PR, foi autorizada a aquisição do imóvel retro, declarada de interesse social, através do Decreto nº 014/2002. Todas as demais constantes do corpo da Escritura, da qual fica uma fotocópia arquivada neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e do Ofício Imobiliário Cândido Rondon, 07 de junho de 2002. *Beatriz Talini Kinas* Escrevente Juruamentada.

Ao Ofício: R\$ 329,40 (4312/VRC)
AO CPC: R\$ 3,50

-X-X-X-X-X-X-

-X-X-X-X-X-X-
AV-2/26.841: Data: 19 de novembro de 2009. Prot. nº 164.968 de 10/11/2009).

Averba-se por Requerimento datado de 10 de novembro de 2009, devidamente assinado pelo Secretário de Planejamento, Administração e Finanças: Luciano Bayer, e pelo Assessor Jurídico OAB/PR 52531: Gilson Schwanter de Melo, pela Declaração devidamente assinada pelo Prefeito Wilson Schwanter, bem como pela apresentação da Lei Complementar nº 003/2008, datada de 23/10/2008, da Prefeitura Municipal de Mercedes-PR, que o imóvel constante da presente matrícula, passou a pertencer ao QUADRO URBANO da cidade de Mercedes-PR. Ao isento da Prefeitura Municipal de Mercedes-PR, conforme Artigo 3º do Item VII, letra b, 9, da Lei nº 12.216 de 15/07/98. Sendo que o requerimento, a Declaração, bem como uma fotocópia da referida Lei, ficam arquivados neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé. *Beatriz Talini Kinas* Escrevente Juruamentada. hb.

Emolumentos: R\$ 6,30 (60,00/VRC).

SEQUE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — PARANÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS

JORGE NACLI NETO

OFICIAL - CPF 86421009-04

NOROALDO BOSKA

OFICIAL MAIOR - CPF 033.821.78-34

BEATRIZ TALINI KINAS

OFICIAL - CPF 407.847.038-46

REGISTRO GERAL - LIVRO N.º 2

MATRÍCULA N.º=26.843=

FICHA N.º 1

Rubrica

MATRÍCULA N.º 26.843: Data: 07 de Junho de 2002. **C o n s t a**

da CHÁCARA N.º CHÁCARA N.º 103/A (cento

e tres/A) (formada pela Parte Nordeste da Chácara n.º 103),

situada na Zona Suburbana do Município de Mercedes, desda

Comarca de Marechal Cândido Rondon e Estado do Paraná, com

a área de 16.800,0 m² (dezesseis mil e oitocentos metros

quadrados), sem benfeitorias, com os seguintes limites e

confrontações: AO NORDESTE: Confronta com o quadro urbano

do Município de Mercedes, numa extensão de 240,00 metros lineares

com AZ 159*51'30"; AO SUDESTE: Confronta com a Chácara n.º

103, numa extensão de 70,00 metros lineares com AZ 249*51'30";

AO SUDOESTE: Confronta com a Chácara n.º 102A, numa extensão

de 240,00 metros lineares com AZ de 159*51'30"; A NOROESTE:

Confronta com a Parte Nordeste da Chácara n.º 104, numa extensão

de 70,00 metros lineares com AZ de 249*51'30". Proprietários:

ANTONIO ZANCANELLA, CPF N.º 175.671.309-04, CI. N.º 1.416.

261-5-SSP/PR., e sua esposa MARIA ZANCANELLA, CPF N.º 968.597.

179-04 e CI. N.º 2.165.903-SSP/PR., brasileiros, agricultores,

casados pelo Regime de Comunhão de Bens, anterior à vigência

da Lei n.º 6515/77, pelo Tabelionato de Imóvel de Mercedes,

Pr., em data de 30 de março de 1974, Certidão de Casamento

sob n.º 487, Livro B-1, residentes e domiciliados

na Rua Dr. Mário Totta, na Cidade de Mercedes, Pr.,

I N C R A sob n.º 711.110.013-447-2; Mód. Rural: 40,0 ha;

N. Mod. Rurais: 0,04; Mód. Fiscal: 18 ha; N. Mod. Fiscais:

0,12; T.M.P.: 2,0; área total: 2,3 ha. REGISTRO ANTERIOR:

R-1-19.449 e AV-2-19.449 da Matrícula n.º 19.449 da ficha

n.º 01 de Registro Geral, deste Ofício Imobiliário. O referido

é verdade, e dou fe. Marechal Cândido Rondon, 07 de Junho

de 2002. *Juliano* Escrevente Jumentada.

-X-X-X-X-X-X-X-

-X-X-X-X-X-X-X-

R-1-26.843: Data: 07 de Junho de 2002. (Prot. sob n.º 119.372).

Nos termos da ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

datada de 29 de maio de 2002, lavrada às fls. 101 do Livro

n.º 05 e sob n.º 4.838, nas Notas do Tabelionato do Município

de Mercedes, neste Município e Comarca, o imóvel constante

da presente matrícula foi adquirido pela outorgada compradora:

MATRÍCULA N.º=26.843=

SEGUIE

DA MATRÍCULA

26.843

RUBRICA

CONTINUAÇÃO

"PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES", Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 95.719.373/0001-23, Órgão Público de Direito Interno, estabelecida no Prolongamento da Avenida João XXIII n.º 1.175, na Cidade de Mercedes, Pr., neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. LIDIO JOSÉ SCHNEIDER, CPF N.º 059.873.009-59 e CI: N.º 838.073-3-SSP/PR., brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado na Avenida João XXIII, Centro, na Cidade de Mercedes-Pr., pela compra feita de ANTONIO ZANCANELLA, CPF N.º 175.671.309-04, e CI. N.º 1.416.

261-5-SSP/PR., e sua esposa MARIA ZANCANELLA, CPF N.º 968.597. 179-04 e CI. N.º 2.165.903-SSP/PR., brasileiros, agricultores, casados pelo Regime de Comunhão de Bens, anterior à vigência da Lei n.º 6515/77, pelo Tabelionato de Imóvel de Mercedes-Pr., em data de 30 de março de 1974, Certidão de Casamento sob n.º 487, folhas 487, Livro B-1, residentes e domiciliados na Rua Dr. Mário Totta, na Cidade de Mercedes-Pr., imóvel avaliado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Isento do ITR, conforme Guia de Recolhimento sob n.º 53/2002, da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr., Certidão de Denominação de Imóvel, datada de 29 de maio de 2002, devidamente assinada pelo Sr. Celso Kawa, Sec. Mun. Adm. e Finanças da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr., Certidão Negativa sob n.º 145/2002 da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr., datada de 29 de maio de 2002, e Memorial Descritivo, devidamente assinado pelo Sr. Armin Priesnitz - Eng. Civil - CREA 6267-D; ART de CREA sob n.º 21000152840310, recolhendo a importância de R\$ 18,91 (dezoito reais e novecentos e um centavos), devidamente quitada em 27 de maio de 2002; CCIR/INCRA 1998/1999, quitado; Certidão Negativa sob n.º 376/2002, datada de 15 de maio de 2002, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural NRO. 5.422.018 datada de 29 de maio de 2002, expedida pela Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda; Certidão de Anuência Prévia para fins de Parcelamento de Glebas Rurais NÚMERO: 062/2002, datada em 29 de maio de 2002, emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, devidamente assinada pela Bióloga Maria Glória Pozzobon; QUE os vendedores ficam isentos da apresentação da CND do INSS, por não serem empregadores rurais (Lei n.º 8212, e da Contradição Rural, Decreto n.º 1958, de 09/09/1982 por não industrializarem seus produtos

RUBRICA

CONTINUAÇÃO

DA MATRÍCULA

N.º 26.843

FICHA

-02-

e nem vendê-los ao consumidor. Ato isento da Guia de Recolhimento do FUNREJUS, por ser isento do IPI; QUE os vendedores declaram que inexistiu contra os mesmos quaisquer ações reais e pessoais reipersecutórias que obstaculizem a transferência do imóvel retro, declaração esta que fazem em cumprimento ao disposto da Lei Federal nº 7433 de 18/12/1985 e Decreto nº 93.240, em 09/09/1986, assumindo toda e qualquer responsabilidade civil e penal, quando ao presente Registro. Condições: QUE a presente venda foi autorizada de acordo com a Lei Municipal nº 325/2002, datada de 04 de Abril de 2002, tornada de interesse social, através do Decreto nº 012/2002, da Prefeitura do Município de Mercedes-PR, sob as demais condições constam do corpo da Escritura, de qual fica uma fotocópia arquivada neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e sou o Marechal Cândido Rondon, 07 de Junho de 2009.  Escrevente Juramentada. btk

Ao Ofício: R\$ 329,40 (4332,00)

CPC: R\$ 3,50

-X-X-X-X-X-X-

-X-X-X-X-X-X-X- (Prot. nº 164.968 de 10/11/2009).

AV-276.843: Data: 19 de novembro de 2009. (Prot. nº 164.968 de 10/11/2009).
 Averba-se por Requerimento, datado de 10 de novembro de 2009, devidamente assinado pelo Secretário de Planejamento, Administração e Finanças: Luciano Bayer, e pelo Assessor Jurídico OAB/PR 52531: Giovanni Pereira de Mello, pela Declaração devidamente assinada pelo Prefeito Wilson Schwanke, bem como, pela apresentação da Lei Complementar nº 003/2008, datada de 23/10/2008, da Prefeitura Municipal de Mercedes-PR, que o imóvel constante da presente matrícula pertence ao QUADRO URBANO da cidade de Mercedes-PR. Ato isento do FUNREJUS, conforme Artigo 3º do Item VII, letra b, 9, da Lei nº 12.216 de 15/07/98. Sendo que, a requerimento, a Declaração, bem como uma fotocópia da referida Lei, ficam arquivados neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé. Marechal Cândido Rondon, 19 de novembro de 2009.  Beatriz Talini Kinas - Escrevente Juramentada.lrb.

Emolumentos: R\$ 6,30 (60,00/VRC).

SEQUE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON — PARANÁ

JORGE NACLI NETO

OFICIAL - CPF 185.421.600-04

NORVALDO BOSKA

OFICIAL MAIOR - CPF 033.353.718-34

BEATRIZ TALINI KINAS

OFICIAL - CPF 407.247.408-00

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL - LIVRO Nº 2

MATRÍCULA Nº 26.845

FICHA Nº 1

Rubrica

MATRÍCULA Nº 26.845: Data: 07 de Junho de 2002. Consta da CHÁCARA Nº 102/A (cento e dois/A)

(formada pela Parte Nordeste da Chácara nº 102), situada na Zona Suburbana do Município de Mercedes, desta Comarca de Marechal Cândido Rondon e Estado do Paraná, com a área de 16.800,00 m² (dezesseis mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, com os seguintes limites e confrontações: AO NORDESTE: Confronta com a Chácara nº 103/A, numa extensão de 240,0 metros lineares, com AZ de 139°51'30"; A SUDESTE: Confronta com a Chácara nº 102, numa extensão de 70,0 metros lineares, com AZ de 249°51'30"; A SUDOESTE: Confronta com a Chácara nº 101, numa extensão de 240,0 metros lineares, com AZ de 159°51'30"; A NOROESTE: Confronta com a Parte Nordeste da Chácara nº 104, numa extensão de 70,00 metros lineares, com AZ de 249°51'30". Frazes e lotes: NICODEMOS ZANCANELLA, CPF Nº 166.345.359-49 e VAI, Nº 1.303.961-SSP/PR., e sua esposa BRONILDA ZANCANELLA, CPF Nº 005.709.329-63 e CI. Nº 2.165.938-SSP/PR., brasileiros, agricultores, casados pelo Regime de Comunhão de Bens, anterior à vigência da Lei nº 6515/77, pelo Tabelionato de Registro de Imóveis de Mercedes, Pr., em 19 de Fevereiro de 1977, Certidão de Casamento nº 115, folhas 89 do Livro B-1, residentes e domiciliados na Fazenda Cana Brava, Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, I.N.C.R.A. sob nº 721.115.069. 884-3; Mód. Rural: 40,0 ha; Mód. Rurais: 0,04; Mód. Fiscal: 18,0 ha; Mód. Fiscais: 0,12; F.M.P.: 2,0 ha; área total: 2,3 ha. REGISTRO ANTERIOR: R-1-19.448 e AV-2-19.448 da Matrícula nº 19.448 da ficha nº 01 de Registro Geral, deste Ofício Imobiliário. O referido é vendido e dou fé. Marechal Cândido Rondon, 07 de Junho de 2002. *Gluma* Escrevente Juranmentada.

-X-X-X-X-X-
R-1-26.845: Data: 07 de Junho de 2002. (Prot. sob nº 119.375). Nos termos da ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA, datada de 29 de maio de 2002, lavrada às fls. 103 do Livro nº 05 e sob nº 4.840, nas Notas do Tabelionato do Município de Mercedes, neste Estado e Comarca, o imóvel constante da presente matrícula foi adquirido pela outorgada Compradora: "PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES", Estado do Paraná,

MATRÍCULA Nº 26.845

SEQUE

DA MATRÍCULA Nº 26.845

CONTINUAÇÃO

Inscrita no CNPJ sob nº 95.719.373/0001-23, órgão público de direito interno, estabelecida no prolongamento da Avenida João XXIII nº 1.175, na Cidade de Mercedes, neste Estado; neste ato representada por seu Prefeito Municipal Sr. LIDIO JOSÉ SCHNEIDER, CPF Nº 059.973.009-59 e CI. Nº 838.079-3-SSP/PR., brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado na Avenida João XXIII, Centro, na Cidade de Mercedes-Pr., por compra feita de NICODEMOS ZANCANELLA, CPF Nº 166.345.359-49 e CI. Nº 1.303.961-SSP/PR., e sua esposa BRONILDA ZANCANELLA, CPF Nº 005.709.329-63 e CI. Nº 2.165.938-SSP/PR., brasileiros, agricultores, casados pelo Regime de Comunhão de Bens, anterior à vigência da Lei nº 6515/77, pelo Tabelionato de Registro de Imóveis de Mercedes, Pr., em 19 de Fevereiro de 1977, Certidão de Casamento nº 115, folhas 89 do Livro B-1; residentes e domiciliados na Fazenda Cana Brava, Formosa do Rio Preto; Estado da Bahia, neste ato representados por seu Procurador ANTONIO ZANCANELLA, CPF Nº 075.671.309-04 e CI. Nº 1.416.261-5-SSP/PR., brasileiro, casado agricultor, residente e domiciliado na Rua Dr. Mário Totta, nº 2, Cidade de Mercedes-Pr., nos termos da Procuração Pública lavrada no 2º Ofício de Dianópolis, Tocantins, Livro 089, folhas 200v., em data de 25 de Fevereiro de 2002; imóvel avaliado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Isento do ITR, conforme guia de recolhimento sob nº 55/2002 da Prefeitura do Município de Mercedes, Pr., Isento da Guia de Recolhimento do FUNREJUS, por tratar-se de ato isento do ITR; Certidão de Denominação de Imóvel, datada de 29 de maio de 2002, devidamente assinada pelo Sr. Celso Hamann Sec. Mun. Adm. e Finanças da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr., Certidão Negativa nº 149/2002 de 29 de maio de 2002, da Prefeitura do Município de Mercedes-Pr., CCIR/INCRÁ 1998/1999, quitado; Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural NRO. 5.422.014, emitida em 29 de maio de 2002, pela Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda; Certidão Negativa sob nº 375/2002, datada de 15 de maio de 2002, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Mapa e Memorial Descritivo, devidamente assinado pelo Sr. Armin Priesnitz - Eng. Civil - CREA - 6276-D; ART do CREA sob nº 2100152840309, recolhendo a importância de R\$ 18,91 (dezoito reais e noventa e um centavos), quitada em 24 de maio de 2002; Certidão de Anuência Pr via para fins de Parcelamento de Glebas Rurais NUMERO: 060/2002, datada de 29 de

17

Ass.

SEQUE

CONTINUAÇÃO

DA MATRÍCULA
26.845

maio de 2002, devidamente assinada pela Bióloga Sra. Maria Gloria Pozzobom, emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná IAP., vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA; QUE os vendedores ficam isentos da apresentação da CNCD do INSS, por não serem empregadores rurais, Lei nº 8212 e da Contribuição à Previdência Social Rural, Decreto nº 1958 de 09/09/1982, por não industrializarem seus produtos e nem vendê-los ao consumidor. QUE os vendedores declaram que inexistem contra os mesmos, quaisquer ações cíveis e pessoais reipersecutórias que obstaculizem o presente Registro, declaração esta que fazem em cumprimento ao alínea na Lei Federal nº 7433 de 18/12/1985 e Decreto Nº 53.240 de 09/09/1986, assumindo toda e qualquer responsabilidade cível e penal pelo presente Registro. Condições: QUE a presente venda foi autorizada de acordo com a Lei Municipal nº 325/2002, datada de 04 de abril de 2002 e destina-se a interesse social, através do Decreto nº 014/2002. AS demais condições constam do corpo da Escritura da qual fica uma fotocópia arquivada neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e sou eu, Marechal Cândido Rondon, 07 de Junho de 2002. Escrevente Jurementada. btk

Ao Ofício: R\$ 629,40 (432/VRC)

Ao CPC: R\$ ~~3.509~~

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

AV-276845 Data: 09 de novembro de 2009. (Prof. nº 164.968 de 10/11/2009)

Avenida do Rio Negro, 100 - Centro, datado de 10 de novembro de 2009, devidamente assinado pelo Sr. Luciano Bayer, Secretário de Planejamento, Administração e Finanças; Luciano Bayer, e pelo Assessor Jurídico Sr. Roberto de Oliveira, OAB/RS nº 52574, e Sr. João Pereira de Mello, pela Declaração devidamente assinada pelo Prefeito Sr. Wilson Schwantes, bem como pela apresentação da Lei Complementar nº 003/2008, datada de 23/10/2008, da Prefeitura Municipal de Mercedes-PR, que o imóvel constante da presente matrícula, passou a pertencer ao **QUADRO URBANO** da cidade de Mercedes-PR. Ato de transmissão do FUNREIUS, conforme Artigo 3º do Item VII, letra b, 9, da Lei nº 12.216 de 15/07/98. Sendo que o Requerimento, a Declaração, bem como uma fotocópia da referida Lei, ficam arquivados neste Ofício Imobiliário, para todos os fins de Direito. O referido é verdade e dou fé.

Marcelchal Cândido Rondon, 19 de novembro de 2009. Beatriz Talini Kinas - Secretária Juvenilizada Irb.

Emolumentos: R\$ 6.30 (60.00/VRC).

—X—X—X—X—X—X—X—X—

10000

15007.

udamente assinado pelo

pelo Assessor Jurídico

e assinada pelo Prefeito

n° 003/2008, datada de

constante da presente

de Mercedes-PR. Alca

nº 12 216 de 15/07/98

de referir a la opinión de

da Ielenda Del, Italian
ido f mondo e da: El

... e Verdade e dou re.

Beatriz Talini Kinas -

100

— 3095 —

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. _____

OBJETO: QUADRA COBERTA – LAGO MUNICIPAL

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as orientações jurídicas mais comuns emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os requisitos da Instrução processual, sem prejuízo da Lista de Verificação.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por profissional habilitado, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agrimensura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A ausência deste termo ou de justificativas pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva ou ressalva no Parecer Jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

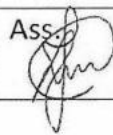
OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a leitura das Notas Explicativas deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
7. CUSTOS DIRETOS	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	11
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	12
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	13
13. PROJETO EXECUTIVO	13
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	13
15. VISTORIA	16
16. SUBCONTRATAÇÃO	16
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	16
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	17
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	17
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	17
21. DA SUSTENTABILIDADE	18

NOTAS EXPLICATIVAS	19
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO	19
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia	19
1.2. Classificação como serviço comum ou especial	20
2. REGIMES DE EXECUÇÃO	21
2.1. Empreitada por Preço Unitário	21
2.2. Empreitada por Preço Global	22
2.3. Empreitada Integral	22
2.4. Contratação Por Tarefa	23
2.5. Contratação Integrada	24
2.6. Contratação Semi-Integrada	25
2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado	25
2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes	26
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	29
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	30
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS	31
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	32
7. CUSTOS DIRETOS	33
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS	34
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	35
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	37
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	38
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	39
13. PROJETO EXECUTIVO	40
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	41
15. VISTORIA	45
16. SUBCONTRATAÇÃO	46
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	48
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS	48
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	49
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	51
21. DA SUSTENTABILIDADE	53
21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade	53
21.2. Da Especificação Técnica	54
21.3. Da Minimização do Impacto	54
21.4. Licenciamento Ambiental	55
21.5. Dos Resíduos e Rejeitos	56
21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal	56
21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos	56
21.8. Da Acessibilidade	56



DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (☒) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO CONSISTE EM ATIVIDADE ESTABELECIDADA, POR FORÇA DE LEI, COMO PRIVATIVA DAS PROFISSÕES DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO QUE IMPLICA NA INTERVENÇÃO NO MEIO AMBIENTE POR MEIO DE UM CONJUNTO HARMÔNICO DE AÇÕES QUE, AGREGADAS, ACARRETA ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS DE BEM IMÓVEL, AINDA, ENBASA-SE A CLASSIFICAÇÃO NA ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO IBRACOP 002/2009, EM ESPECIAL, NO FLUXOGRAMA DE ENQUADRAMENTO DO ANEXO I.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (☒) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

O OBJETO TRATA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETIVAMENTE PADRONIZÁVEIS EM TERMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE, DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO IMÓVEL.

Vide Nota Explicativa n. 1.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- () empreitada por preço unitário
(☒) empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

O NÍVEL DE PRECISÃO DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO PROJETO FORNECEM TODOS OS ELEMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O TOTAL E COMPLETO CONHECIMENTO DO OBJETO.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico (☒) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

AS SUBESTIMATIVAS E SUPERATIVAS RELEVANTES A QUANTIDADE DE SERVIÇOS, SERÃO AVALIADAS QUANDO O REFERIDO SERVIÇO SE ENQUADRAR EM COMO SERVIÇOS SIGNIFICATIVOS (REPRESENTATIVIDADE MONETÁRIA MAIOR OU IGUAL A 5,62% DO VALOR DA OBRA) E A VARIÇÃO SUPERAR A SOMATÓRIA DO RISCO E LUCRO PREVISTOS EM 8,84% PARA MAIS OU PARA MENOS.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa:

OS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DAS SUBESTIMATIVAS E SUPERESTIMATIVAS FORAM DEFINIDAS.

Vide Nota Explicativa n. 2.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de () engenharia, (☒) arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da () ART, (☒) RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, () NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte justificativa:

HOUVE A EMISSÃO DA RRT (16498338).

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos () NÃO foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

O PROJETO BÁSICO E DOCUMENTOS TÉCNICOS FORAM ELABORADOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ARQUITETURA.

Vide Nota Explicativa n. 3.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) NÃO observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, cuja observância é OBRIGATORIA quando a obra/serviço for custeada por recursos da União (art. 23, § 3º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais à mediana dos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relator o técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos

Na presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (X) FORAM adotados custos oriundos nas seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(X) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção):

OS CUSTOS UNITÁRIOS FORAM EXTRAÍDOS DA SINAPI (PARANÁ) MARÇO 2026 E ORSE 2026.

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

OS CUSTOS UNITÁRIO FORAM EXTRAÍDOS DA SINAPI (PARANÁ) MARÇO 2026 E ORSE 2026.

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

OS CUSTOS UNITÁRIO FORAM EXTRAÍDOS DA SINAPI (PARANÁ) MARÇO 2026 E ORSE 2026.

Vide Nota Explicativa n. 4.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s);

(X) NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) (X) planilha(s) analítica(s)

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(X) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(☒) fora utilizada a Tabela de Referência adotada pelo órgão ou entidade licitante, uma vez que não se trata de obra/serviço custeado por recursos da União (art. 23, § 3º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

(☐) foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;

(☐) foram adotadas composições "adaptadas" do SINAPI, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☐) foram adotadas composições "próprias", extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Vide Nota Explicativa n. 6.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☒) compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

(☐) observa os parâmetros do Acórdão n.º 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(☐) adota o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☐) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio;

A OBRA É DE BAIXA COMPLEXIDADE, RÁPIDA EXECUÇÃO, DE PEQUENO PORTE, LOCALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, PRÓXIMO A LOCAIS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DAS SEDES DE EMPRESAS DO RAMO, PORTANTO, NÃO CONFIGURANDO A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE ITEM EM SEPARADO PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. QUALQUER INDÍCIO PARA CONSIDERAÇÃO COMO ITEM DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL, É ABSORVIDO PELO ITEM "ADMINISTRAÇÃO CENTRAL".

(☐) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

A OBRA É DE BAIXA COMPLEXIDADE, RÁPIDA EXECUÇÃO, DE PEQUENO PORTE, LOCALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO, PRÓXIMO A LOCAIS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DAS SEDES DE EMPRESAS DO RAMO, PORTANTO, NÃO CONFIGURANDO A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE ITEM EM SEPARADO PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL. QUALQUER INDÍCIO PARA CONSIDERAÇÃO COMO ITEM DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL, É ABSORVIDO PELO ITEM "ADMINISTRAÇÃO CENTRAL".

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(☒) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução de execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(☐) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

ADOTADO PAGAMENTO PROPORCIONAL PARA OS CUSTOS DIRETOS.

Vide Nota Explicativa n. 7.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☒) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e (☒) SERVIÇOS.

(☒) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☒) INSUMOS e aos (☐) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

A CURVA ABC DE SERVIÇOS É OBSERVÁVEL NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA JUNTADA. A CURVA ABC DE INSUMOS NÃO FORA JUNTADA, AO PROCESSO. VISTO O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE MERCEDES NÃO POSSUIR SOFTWARE ESPECÍFICO PARA ORÇAMENTAÇÃO, CONTUDO, HAVENDO A NECESSIDADE, É POSSÍVEL "ABRIR" AS COMPOSIÇÕES DOS SERVIÇOS ELENCADOS E TRACAR A REFERIDA CURVA.

Vide Nota Explicativa n. 8.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (X) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

COM DESONERAÇÃO: R\$ 1.021.852,68

SEM DESONERAÇÃO: R\$ 989.729,02

Vide Nota Explicativa n. 9.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Seguro e garantias: () 1º quartil ou () quartil médio ou (X) 3º quartil

3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Fisco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Licita.: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou (X) 3º quartil

ENTRE MÉDIO E 3º QUARTIL, PRESERVADO O INTERVALO PERMITIDO PELO ACÓRDÃO N. 2.622/2013.

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

NÃO FORAM ADOTADOS PERCENTUAIS SUPERIORES AO 3º QUARTIL.

Vide Nota Explicativa n. 10.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO.

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

NÃO FORAM ADOTADOS PERCENTUAIS SUPERIORES AO 3º QUARTIL.

Vide Nota Explicativa n. 11.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

☒ FOI juntado aos autos

☐ NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

☒ FURNIR com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

☐ NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

Ver Nota Explicativa n. 12.

13. PROJETO EXECUTIVO

☒ FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

☐ NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente reservada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, ☐ ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

Ver Nota Explicativa n. 13.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ☒ CREA e/ou ao ☒ CAU e/ou ao ☐ CRT, com base na seguinte justificativa técnica.

O REGISTRO É EXIGIDO, VISTO QUE AS ATIVIDADES REFERENTES AO OBJETO ESTÃO NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS FISCALIZADORES.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

☒ serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA/TRELIÇA EM AÇO; TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERCAS; PINTURA SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA; TELHAMENTO C/ TELHA TERMOISOLANTE; E ALAMBRADO ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO COM FECHAMENTO EM TELA GALVANIZADA.

☒ SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA/TRELIÇA EM AÇO: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40,00% dos quantitativos licitados [6 UD OU 128,80 M OU 7.250,36 KG];

Para os serviços de TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERCAS: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40,00% dos quantitativos licitados [338,67 M² OU 324,00 M OU 2.161,92 KG];

Para os serviços de PINTURA SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40,00% dos quantitativos licitados [1.324,35 M²];

Para os serviços de TELHAMENTO C/ TELHA TERMOISOLANTE: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40,00% dos quantitativos licitados [338,67 M²];

Para os serviços de ALAMBRADO ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO COM FECHAMENTO EM TELA GALVANIZADA: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40,00% dos quantitativos licitados [200,88 M²].

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ☒ ACEITO ou ☐ VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

O AUMENTO DE QUANTITATIVOS NÃO INCREMENTA A COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(☐) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☒) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados.

Para o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO: serviços de FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESCOJA/TRELICA EM AÇO; TRAMIA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS; PINTURA SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA; TELHAMENTO C/ TELHA TERMOISOLANTE; E ALAMBRADO ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO COM FECHAMENTO EM TELA GALVANIZADA.

(☒) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

NÃO SERÁ EXIGIDO COMPROVAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL COM QUANTITATIVOS MÍNIMOS.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (☒) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

NÃO SERÁ EXIGIDA INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO ESPECÍFICOS.

Vide Nota Explicativa n. 14.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO QUE CONHECE AS CONDIÇÕES DO LOCAL DA OBRA.

Vide Nota Explicativa n. 15.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☐) NÃO ADMITIU ou (☒) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

ADMITE-SE A SUBCONTRATAÇÃO DE ATÉ 1,22% (PARCELA REFERENTES A SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO LOCAL) DO VALOR DO OBJETO.

EM CONTRAPONTO, É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA), QUAL REPRESENTA 74,83% DO VALOR DO OBJETO.

Vide Nota Explicativa n. 16.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (☒) CAPITAL MÍNIMO ou (☐) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10%, por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

LIMITE LEGAL DE 10% (DEZ POR CENTO).

Vide Nota Explicativa n. 17.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

Na Lei n. 8.666, de 1993, a conceituação da atividade como obra ou serviço de engenharia se dava por exemplificação. Atividades de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação constituíam uma obra, ao passo que serviço de engenharia seria toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

No Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que é destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, tais atividades foram sintetizadas sob a concepção da alteração significativa ou não significativa do espaço, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão.

A Lei n. 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

Obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, que aplica intervenção ao meio ambiente por meio de um conjunto técnico de ações que, conjuntamente, tornam um todo que muda a essência física da natureza, ou altera a alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinados a obter determinada utilidade intelectual ou material, de interesse para a Administração e que não enquadrados no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

Segundo Marçal Justen Filho¹, “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

O caráter comum ou especial do serviço está ligado à presença, ou não, de padronização no mercado e não reside, necessariamente, no grau de complexidade executiva do serviço ou na imposição legal de que a atividade seja exercida por profissionais habilitados. O que afeta o enquadramento do serviço como comum é o domínio do mercado sobre as técnicas de sua realização, em face da existência de características padronizadas de desempenho e de qualidade.

Considerando que a avaliação da natureza comum ou especial do objeto envolve aspectos técnicos dos serviços de engenharia a ser contratada, essa classificação compete ao profissional legalmente habilitado.

[Voltar ao preenchimento](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, poderão ser adotados nas contratações de obras e serviços de engenharia os seguintes regimes de execução: I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; ou VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

2.1. Empreitada por Preço Unitário

O regime de empreitada por preço unitário é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se convém, em princípio, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço. A execução dos “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como obra quando o seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e cumulativamente, a) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O enquadramento como serviço de engenharia, por outro lado, tem caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Percebemos que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que:

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova em coisa já existente. ()

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a função de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/objeto material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, conservação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material existente, a ser usado ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objetos em espaço existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentá-lo a utilidade de utilidade e que se destina ou pode se destinar, em bem físico e humano.

Compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra ou serviço de engenharia.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

Uma vez que a atividade seja classificada como serviço de engenharia, cabe à equipe técnica procurar se esse serviço é comum ou especial, que assim são definidos no art. 6º, XI, “a” e “b”, da Lei n. 14.133, de 2021:

a) **Serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações objetivamente padronizadas, em termos de desempenho e qualidade, de regulamentação de adequação e de adaptação de bens imóveis e móveis, com preservação das características originais dos bens;

b) **Serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser enquadrado na definição constante da alínea “a” deste inciso.

Esse regime deve ser adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmonte de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais; barragem; adições, melhorias de irrigação; obras de saneamento; infraestrutura urbana; obras portuárias; dragagem e aterramento; reformas de edificações; e construção de peças artesanais.

2.2. Empreitada por Preço Global

No regime de empreitada por preço global a execução da obra ou serviço se dá por preço certo e total. Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar à Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, também até certo limite. Assim, na empreitada por preço global, o grau de assunção de riscos pelo contratante é maior do que na empreitada por preço unitário.

Esse regime deve ser adotado quando houver um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto. Ele pressupõe projetos de boa qualidade, que forneçam aos licitantes todos os elementos e informações necessários para a total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

É cabível, então, quando for possível definir previamente no projeto, com alta precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual.

No presente regime de execução, deve ser adotada a sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, sendo vedada a sistemática de remuneração atrelada a preços unitários ou quantitativos de itens unitários executados.

2.3. Empreitada Integral

Quando adotado o regime de empreitada integral, o empreendimento é contratado em sua integralidade, compreendendo todas as etapas, serviços e instalações necessários. O contratado se responsabiliza pela entrega do empreendimento ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidas os requisitos técnicos e legais para sua utilização em segurança estrutural e operacional.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Dialética, São Paulo, 2009, p. 80.

Nesse regime, a Licitação abrange a execução do objeto e o fornecimento e instalação de bens pelo contratado. O objeto deve ser entregue pelo contratado totalmente concluído e com os bens (máquinas, equipamentos, etc.) instalados e em perfeitas condições de uso e funcionamento. De acordo com Marçal Justen Filho⁷:

O regime de empreitada integral é utilizado para situações que envolvem a implantação de uma unidade operacional, em que a infraestrutura física é necessária, mas não suficiente para garantir o interesse da Administração.

O objeto visado pela contratação é a construção da infraestrutura e a implementação de serviços e outras atividades necessárias ao desempenho de uma atividade operacional ordinária.

Esse regime deve ser adotado quando a necessidade da Administração vai além da entrega da infraestrutura e envolve também a plena operacionalização do empreendimento de acordo com parâmetros previamente definidos. Em outras palavras, o empreendimento deve ser entregue em pleno funcionamento.

Assim, a empreitada integral é o regime adequado para projetos volumosos e complexos, que demandem, para o seu pleno funcionamento, a perfeita integração entre obras, equipamentos e instalações. Importante destacar que não é o fornecimento de qualquer equipamento ou mobiliário que justifica a adoção de empreitada integral, mas apenas aqueles em que possuam um grau de integração atípico com a infraestrutura da obra⁸. Do contrário, deverão ser contratados separadamente, pois a adoção indevida desse regime pode levar o princípio do parcelamento e, por consequência, da ampla competitividade.

Nos casos em que a Administração vislumbra problemas que possam ser revelados apenas quando efetivamente promovida a etapa de funcionamento do empreendimento, é conveniente a adoção da empreitada integral, pois o contratado somente se desincumbirá de suas obrigações quando o empreendimento estiver em pleno funcionamento.

2.4. Contratação Por Tarefa

Na contratação por tarefa, contrata-se mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

Pode abranger a contratação de prestadores como pedreiro, azulejista, encanador, carpinteiro, pintor etc., para executarem serviços incluídos de menor dimensão.

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Revext, 2016. p. 195.

⁸ TCU, Acórdão 711/2016 Plenário. Informativo de Licitações e Contratos n. 284/2016.

que a complexidade das circunstâncias conduzir à impossibilidade de definir com segurança a solução técnica mais satisfatória⁹.

Prossegue Marçal Justen Filho:

A vantajosidade econômica da contratação integrada apenas se verifica nas situações em que há complexidade e problemas envolvidos na execução do objeto. A dimensão dos problemas acarreta incertezas e dificuldades que se refletem no preço, mas pode ser mais eficiente transferir para o particular o encargo de conceber a solução e executá-la do que tentar desenvolver uma solução satisfatória no âmbito da própria Administração.

Dessa forma, embora a Lei nº 14.133/2021 não preveja requisitos explícitos para adoção do regime, "é necessário evidenciar que a complexidade da situação e a incerteza sobre o atingimento do resultado desejado mediante as soluções de empreitada tradicional geram riscos de insucesso relevante, além de acarretarem custos econômicos elevados. Deve ser demonstrado que a assunção por um particular do encargo de conceber o empreendimento, com todos os riscos inerentes, propiciará uma solução economicamente mais vantajosa do que aquela que seria obtida mediante uma modalidade distinta de empreitada".

2.6. Contratação Semi-Integrada

A contratação semi-integrada aproxima-se amplamente da contratação integrada – porém, como diferença essencial, a Administração elabora o projeto básico da licitação, atribuindo ao contratado somente a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo.

Ainda assim, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação – assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

De resto, aplicam-se à contratação semi-integrada as mesmas observações associadas à contratação integrada, especialmente quanto à limitação de sua utilização aos objetos complexos.

2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado

Nesse regime, além do fornecimento do objeto, o contratado responsabiliza-se por sua operação, manutenção ou ambos, por tempo determinado.

⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2016.

"Assim, a contratação por tarefa costuma ocorrer naqueles casos em que o prestador do serviço atua individualmente, sem o concurso de equipamentos sofisticados, com remuneração de valor reduzido".

Fazendo o paralelo com a participação de pessoas físicas na licitação, não se aplica quando a contratação exige estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (Decreto Municipal nº 104/2023).

Portanto, não se requerenda a contratação por tarefa para objetos de maior complexidade que extrapolem a atuação cotidiana do prestador individual.

2.5. Contratação Integrada

Na contratação integrada, o contratado é responsável não somente por executar a obra ou serviço de engenharia, mas também por elaborar e desenvolver o projeto básico e o projeto executivo – além de fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

A Administração produz apenas o anteprojeto – peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, contendo, entre outros elementos, a proposta de concepção da obra e o memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construídos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

O contratado é responsável por escolher as soluções técnicas reputadas mais compatíveis com as diretrizes fixadas para o empreendimento – cabendo à Administração aprovar o projeto básico elaborado pelo contratado, avaliando sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam sua qualidade ou vida útil.

Em razão dos maiores riscos envolvidos, a contratação integrada deve obrigatoriamente contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado – mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico por ele elaborado.

Assim, ale por sua natureza para a encarecer a contratação, o regime não se destina aos objetos rotineiros – mas sim de natureza complexa, "quando não houver solução técnica determinada para a execução e colocação em operação do empreendimento ou nos casos em

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 17ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2016.

⁸ TCU, Acórdão 711/2016 Plenário. Informativo de Licitações e Contratos n. 284/2016.

No exemplo de Marçal Justen Filho⁹, seria adequado para contratar a construção de um edifício inteligente, com fornecimento dos equipamentos pertinentes e operação das diversas funcionalidades essenciais – já que contratar em separado cada objeto poderia gerar complexidade de gestão e eventualmente elevação de custos:

Haveria dificuldade na adequação entre a construção dos equipamentos e a sua operação. Ao promover uma contratação única e abrangente, surge a obrigação de o particular conceber o edifício inteligente em vista das peculiaridades dos equipamentos e das funcionalidades no tocante à prestação do serviço. O particular terá o dever de fornecer os equipamentos mais compatíveis com as características do edifício e com os serviços de operação e manutenção. E se pode presumir que os custos de operação e de manutenção serão muito mais reduzidos, em vista da existência de um mesmo sujeito a executar todas as prestações.

Porém, alerta o Autor, "soamente é cabível adotar esse modelo de contratação quando as diversas prestações conjuntas fazem efetiva integração entre si e se evidenciar que a contratação isolada acarretará perdas sob o prisma técnico e econômico. Portanto, não existe autonomia para promover contratação cumulativa de objetos autônomos entre si, o que configuraria opção restritiva da amplitude da competição".

2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes

A definição das chamadas "subestimativas e superestimativas relevantes" decorre de orientação do TCU para os contratos por empreitada por preço global ou integral (Acórdão n. 1.977/2014 – Plenário), a fim de garantir segurança jurídica em razão de quantias inexpressivas de aditivos para correção do projeto.

Segundo avalia o TCU, ambas as partes – Administração e contratado – são obrigadas a arcar com as imprevisões do projeto na empreitada por preço global – porém, apenas até o limite de encarecimento sem causa de uma parte em detrimento da outra.

Assim, "pequenos erros quantitativos" devem ser tolerados e não devem acarretar a celebração de termos aditivos em valores relevantes, "por se tratarem de erros anodinos, incapazes de interferir na formação de vontades e, principalmente, na formação do projeto a ser ofertado, a ser lido com a maior vantagem".

Porém, o contrato também prevê "erros substanciais" – ou seja, aqueles de tal envergadura a ponto de ultrapassarem a tolerância dos

O setor técnico deve elaborar uma matriz de riscos para analisar os riscos do projeto e definir a margem de tolerância de erro quantitativo a ser adotada pelas partes. Trata-

⁹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Nova Lei 14.133/2021 (previdenciária). 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

a menor ("subestimativas" em desfavor da contratada) quanto a maior ("superestimativas" em desfavor da Administração).

Tal margem de tolerância será fixada sob a forma de um percentual incidente sobre as quantidades do serviço.

Nesse ponto convém notar que a inclusão dos riscos da empreitada deve ser parte obrigatória da remuneração da empresa contratada, nos termos do art. 13, § 4º, do Decreto Municipal nº 936, de 2023, que traz a composição do BDI:

Art. 13. As obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura a serem contratados e executados terão seus preços máximos deturpados por meio da somatória do custo direto, orçado pelo órgão licitante, com o valor da Benefício e Despesas Indiretas - BDI.

§ 1º O preço máximo será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais dos tributos incidentes sobre o preço do serviço, incluindo aqueles de natureza direta e pessoalidade em espécies acessórias previstas no § 2º deste artigo, que onerem a contratação;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

IV - taxa de despesas financeiras; e

V - taxa de lucro.

Ora, a Taxa de Risco compreende os "riscos de construção", os "riscos normais de projetos de engenharia", bem como os "riscos de erros de projetos e engenharia", conforme se extrai do Acórdão TCU nº. 2622/2013-Plenário. Portanto, não é compreensível que a Administração venha a remunerar esses riscos e ao mesmo tempo assumi-los (ou de quaisquer quantitativos subestimados por meio da celebração de aditivos, tal como se faz no regime de empreitada por preço unitário. Daí a taxa de risco fixada pela administração por ocasião da elaboração do BDI é um importante fator a ser levado em consideração no cálculo das superestimativas e subestimativas relevantes.

Além disso, a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - *International Cost Engineering Council*), indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5% (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de empreitada por preço global, ou seja: quando todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada estão disponíveis. Assim, esse parâmetro pode ser utilizado pela Administração como critério médio que pode variar conforme o risco.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, em conformidade com as definições constantes no art. 6º, XII e XXI, da Lei nº 14.133, de 2021, o responsável a participação do profissional habilitado da área. A elaboração do Projeto Básico caberá:

(a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CRIA/CAU-BR/CFI), que deverá providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica - ART/RRT/TRT referente aos projetos;

(b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializada, habilitada pelo CREA/CAU-BR/CFI, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente. Cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Assim, o projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletrônica ou de comunicação, florestal, geológico etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica - ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU nº. 260/2010:

É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-basis, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico financeiro e outras peças técnicas.

No que se refere à ART, compete observar a Resolução CONFEA nº. 1.137, de 2023:

Cumprir lembrar que, ainda que as modificações nas planilhas orçamentárias sejam elaboradas pela empresa contratada para a execução do projeto, deverá haver profissional habilitado pertencente aos quadros da Administração, ou por ela contratado, para a verificação, correção e/ou adaptação da alteração proposta.

Nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, na licitação na modalidade pregão, o Termo de Referência previsto no art. 6º, XXIII, não traz especificações técnicas. Assim, tais aspectos devem ser apresentados por meio de outro documento, no caso um Projeto Básico, prevista no art. 6º, XXV, da Lei, que, quando necessário, deverá ser anexado ao Termo de Referência. Deste modo, deve ser comprovada a aptidão do responsável pelo Projeto Básico por meio da competência de documentação de responsabilidade técnica, a qual, se exige para o Termo de Referência.

de cada etapa do projeto. Em todo e caso, porém, compete exclusivamente à área técnica a definição dos respectivos percentuais de subestimativas e superestimativas relevantes.

Uma vez fixados os percentuais, durante a execução contratual, se for constatado um erro de quantitativo ("subestimativa" ou "superestimativa") em determinado serviço, o setor técnico comparará com o percentual fixado na matriz de riscos.

Se o percentual do erro ficar abaixo do percentual limite, significa que o erro não é relevante, tal fato de não ocasionar o empreendimento, já remunerado pela taxa de "erro" que consta do BDI da obra ou serviço, não deve fundamentar a prolação de termo aditivo.

Favore, se o percentual do erro ficar acima do percentual limite, será considerado relevante e permitirá a prolação do termo aditivo - sem prejuízo da análise técnica acerca dos demais requisitos necessários para as modificações contratuais, nos termos do art. 174, III, da Lei nº. 14.133, de 2021.

Segue o exemplo do TCU: "os contratos podem, com simplicidade, objetivar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão aleatórios da contratação. Para que não haja incómodos, pedidos de inequidade decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento incorram como taxa de "erro relevante". Mantém, assim, a lógica da medição por preço global, ao mesmo tempo em que se vedea o enriquecimento sem causa de qualquer das partes, sem ferir o princípio fundamental da obtenção da melhor proposta".

Assim, a definição do percentual de tolerância pode abranger cada item de serviços, grupos de serviços ou apenas os serviços de maior relevância na contratação (avaliados de acordo com a metodologia ABC) - neste último caso, o erro de quantitativo se onerará a prolação do termo aditivo se atingir juntamente um dos serviços agrupados na curva "A" da contratação, ou nas curvas "A" e "B" (podendo prever um percentual limite maior para os serviços da curva "B" em relação a curva "A", por exemplo).

Trata-se de questão técnica a ser avaliada pelo setor em cada licitação, de acordo com as peculiaridades do objeto.

Por fim, nos termos do art. 15, inciso II, do Decreto Municipal nº 936, de 2023, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computado-se esse percentual para verificação da soma prevista no art. 174 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Volta ao preenchimento

Volta ao preenchimento

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação de obras e serviços de engenharia deve seguir os ditos nos arts. 23, §2º, da Lei nº. 14.133, de 2021, que estabelece o uso dos parâmetros específicos abaixo estabelecidos, nessa ordem de prioridade:

- comparação de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos e Referências de Obras (SICRO), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI), para as demais obras e serviços de engenharia;

- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de fontes de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Deste modo, os critérios subsequentes somente serão aplicados quando, justificadamente, o preço de referência não puder ser definido por meio dos critérios anteriores.

Conforme faculta o § 3º do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021, "nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo".

O Decreto Municipal nº. 936, de 2023, reproduz o rol de parâmetros listados no art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021, definindo unicamente quando caberá como primeiro critério a comparação de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente da Tabela de Referência adotada pelo órgão ou entidade licitante. Tão previsto, pois, implica a existência de uma Tabela de Referência adotada pelo Município. Não havendo, deve-se seguir o rol do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Na adaptação quaisquer referências de custos externos ao SINAPI, deve o setor técnico optar por aqueles que melhor se aproximam do projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adoção dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da

execução do contrato. Essa avaliação deve constar da justificativa específica a ser preenchida pelo profissional responsável pelo Termo de Justificativas Técnicas Relevantes - TJTR.

Quanto ao uso de sistema privado de organização (a exemplo do SGA) o TCU apontou que sua utilização não constitui irregularidade, todavia é ressalvada, no item 5.14 Acórdão n. 2595/2021-Plenário, que:

[...] o uso de sistemas privados de organização de custos para obras e serviços de engenharia, como o SGA, em substituição de um computadorizado com os parâmetros de mercado, e sem a realização de adequados estudos de preços, para fins comparativos, está em desacordo com o art. 6º, inciso IX, "f", da Lei 8.666/1993, com o princípio da eficiência e da economicidade, e é contrário ao entendimento do TCU formulado nos Acórdãos 555/2008, 702/2008, 857/2008, 283/2009, 1.102/2007, 2.062/2007 e 1.947/2007, todos do Plenário.

Assim, em sua justificativa, o responsável pelo TJTR deve demonstrar a atenção dada a essa orientação.

Por fim, relativamente à contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, observou-se o que determina o art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

Via de regra, uma vez que o orçamentista tenha definido os custos que integrarão o orçamento de referência da Administração, o valor estimado nessas contratações será expresso por meio da elaboração do orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.

Geralmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra – chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são, então, somados, chegando ao custo global de referência da obra – sobre o qual incide o valor percentual do BDI (benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

No que diz respeito à contratação sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, "sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético" (art. 23, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Nos casos em que houver adaptação de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO, preferencialmente, deve-se utilizar insumos ou composições também extraídos desses sistemas vez que a Lei n. 14.133, de 2021, exige que a utilização de outras fontes somente ocorra por inviabilidade de utilização dos elementos das composições oficiais.

No que diz respeito aos demais custos de referência extraídos de fontes extra-SINAPI – entre aquelas autorizadas no art. 23, §2º da citada Lei –, também é necessário que as respectivas composições de custos unitários sejam devidamente detalhadas e juntadas aos autos – são as chamadas composições "próprias".

Além de juntar aos autos as respectivas composições, no caso de utilização dessas outras fontes, cabe ao orçamentista se assegurar de que se trata de fontes acessíveis aos licitantes e, quando se tratar de tabelas, que as planilhas de custos façam referência aos códigos utilizados por essas tabelas e que elas tenham sido devidamente aprovadas.

Deve-se notar que a escolha de materiais, profissionais ou atividades são relacionados nos sistemas oficiais existentes recomenda a devida motivação técnica. Ademais, a utilização de mão de obra de profissionais não discriminados na tabela SINAPI, além da justificativa da necessidade específica do tipo de profissional, deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário acompanhada da discriminação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional.

Nesse sentido, a justificativa detalhada quanto à elaboração da planilha analítica, onde se certifique a observância de tais recomendações, mostra-se imperativa.

[Voltar ao preenchimento](#)

7. CUSTOS DIRETOS

Custos diretos são aqueles que podem ser discriminados nominalmente e surgem como novos para a contratada, exclusivamente em função das obrigações assumidas para a execução do contrato. Destarte, não podem ser considerados custos diretos os encargos tributários, pré-existent e os custos decorrentes da manutenção do escritório central da empresa. Demais disso, não podem ser cotados na composição do BDI.

São classificados como custos diretos os insumos materiais, a mão de obra empregada e os respectivos encargos suportados em razão exclusiva do cumprimento do contrato, a mobilização, a desmobilização, a instalação do canteiro e do acampamento, por exemplo.

No Acórdão n. 2.622/2013-Plenário, o TCU também tratou especificamente do custo direto de administração local. Assim, após cuidadoso estudo, foram adotados os seguintes padrões para o percentual de administração local a ser inserido no custo direto da obra de construção de edifícios: 3,49% (1º quartil) - 6,23% (mediana) - 8,37% (3º quartil).

Já a planilha analítica, como veremos no tópico a seguir, traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Para assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado e a independência que o sistema de referência das planilhas do custo total e o custo unitário devem ter, a data de divulgação do edital não deve ser superior a um ano, contado da publicação do Edital (Lei n. 2.652/2010-Plenário), do qual se destaca o item 7.0.

Assim, a Lei 23/2020 admite prazos de até 1 ano entre as referências empregadas na data de divulgação da licitação e o momento comercial, sendo que tal prazo é adequado também para a unidade de uma empreitada, sobretudo quando a licitação de uma obra pública.

Como já expusemos em tópico anterior, a documentação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrará o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

[Voltar ao preenchimento](#)

8. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Nos casos que demandem a elaboração da planilha analítica, como já esclarecemos acima, tal documento deverá conter o detalhamento de todos os insumos necessários à composição do custo unitário de cada um dos itens que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade.

Segundo a Súmula TCU n. 258/2010, "as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos locais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devendo constar dos anexos da edital de licitação e das propostas dos licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verbal" ou de unidades genéricas".

Para os custos de referência extraídos do SINAPI, porém, é desnecessária a junção das composições que lhes dão suporte – pois trata-se de sistema oficial de base acessível a todos interessados – e, respectivamente, junto à tabela analítica de SINAPI para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão envolvidos.

Todavia, em caso de adoção de especificidades locais em projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia, em relatório técnico elaborado por profissional habilitado, as composições do SINAPI poderão ser "adaptadas" e deverão ser obrigatoriamente juntadas aos autos, para o devido conhecimento dos licitantes.

Somente devem ser inseridas em tal rubrica as despesas efetivamente incorridas pela empresa ao executar a obra, devidamente detalhadas, conforme orientações do TCU – "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas".

É importante também observar que a administração local depende da estrutura organizacional que o construtor vai montar para a condução de cada obra e de sua respectiva lotação de pessoal. Não existe modelo rígido para esta estrutura, mas deverá observar a legislação profissional do sistema técnico e as normas relativas à higiene e segurança do trabalho. A administração, no entanto, a cada obra determinará a estrutura organizacional necessária para bem administrá-la, a concepção dessa organização, bem como da lotação em termos de recursos humanos requeridos, e tarefa de planejamento específico do executor da obra.

Cabe ao orçamentista realizar um ensaio sobre a questão, com vistas a estabelecer bases para estimar os custos envolvidos na administração local. Deverá ser considerada as características da obra, a estratégia adotada para sua execução, o cronograma, bem como a intensidade geográfica das frentes de trabalho.

Ademais, assim como os demais custos diretos, a Administração deverá atentar para a necessidade de definir critério objetivo para a medição e o pagamento do item "administração local", estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira do contrato, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mínimo fixo, estando-se atenta de eventuais devidos de administração local em virtude da situação ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual em cumprimento ao subitem 9.3.7.2 do Acórdão n. 2.622, de 2013, do TCU.

[Voltar ao preenchimento](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

A partir das planilhas orçamentárias, cabe também elaborar a Curva ABC, assim definida no manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU:

2.10 Como a classificação ABC de Serviços, tabela obtida a partir da planilha orçamentária da obra, na qual os itens do orçamento são agrupados e ordenados, ordenados por sua importância relativa de preço total, em ordem decrescente, definindo-se a percentagem do valor total em relação ao valor total do orçamento, considerando-se em seguida os valores percentuais acumulados desses preços [...].

A importância da curva ABC reside na análise das planilhas orçamentárias, relativamente frequente a existência em orçamentos com grande quantidade de itens de serviços diretos. Em tais circunstâncias, a análise dos serviços, por meio da avaliação global do orçamento com o auxílio de apenas unidades dos serviços [...].

2.20 Curva ABC de insumos: apresenta todos os insumos da obra (material, mão de obra e equipamentos) classificados em ordem decrescente de relevância. Para sua confecção, necessita-se da consolidação de valores unitários de todos os serviços da obra para o agrupamento dos insumos similares de cada serviço.

A curva ABC de insumos é uma ferramenta que cria várias facilidades para a organização de uma obra, proporcionando que o orçamentista refine o orçamento mediante pesquisa de mercado dos insumos mais significativos. Também auxilia no planejamento e programação de obras, pois fornece o efetivo de mão de obra e a quantidade dos diversos tipos de equipamentos necessários para a execução da obra.

No caso, uma das funções principais da Curva ABC é definir as parcelas mais relevantes da contratação sob o prisma econômico, a fim de permitir a indicação dos serviços cuja execução prévia deverá ser comprovada nos atestados de capacidade técnica apresentados pelo licitante (requisito de qualificação técnica). Além disso, permite identificar os insumos que podem ser objeto da incidência de BDI Diferenciada.

Ademais, a Curva ABC também é importante instrumento para a análise de riscos da contratação e a previsão de mecanismos de gestão e fiscalização contratual. Ademais, ainda, a análise crítica dos pleitos de modificação das planilhas orçamentárias por item de materiais, para verificar o ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a potencial ocorrência de "jogo de planilha" ou sobrepreços relevantes.

Por fim, o próprio TCU costuma utilizar a Curva ABC em suas auditorias para averiguar tais irregularidades nos processos de tomada de contas de obras e serviços de engenharia – cabendo ao órgão diligente se antecipar e preparar sua própria versão do documento, a fim de antever eventuais fragilidades em suas planilhas orçamentárias.

Do ponto de vista prático, a relevância desse documento pode ser assim resumida: indicar os itens em relação aos quais se deve exigir atestados; indicar o percentual que será solicitado nos atestados (até 50% - TCU); e, indicar a importância de BDI diferenciado para equipamentos.

Voltar ao preenchimento

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

O órgão promotor da licitação deve atentar para o regime de tributação que está sendo considerado no orçamento de referência da Administração, mormente se esta ou não considerando no BDI adotado no certame os efeitos da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), ou seja, da desoneração tributária, evidentemente, enquanto ela estiver vigente e aplicável às empresas do setor de engenharia.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Nos termos do art. 23, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021, o valor estimado do objeto deverão ser acrescidos o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e os Encargos Sociais (ES) cabíveis.

Na falta de um critério legal para a definição do BDI, recomenda-se a utilização dos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão TCU n. 2.622/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI: taxa de rateio da administração central, lucros, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Depreende-se, ainda, do referido acórdão, os seguintes parâmetros:

- Não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independentemente do critério na fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que contribuem e tributam de renda com base no lucro presumido;
- PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o faturamento – são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI nos termos do Súmula TCU n. 254/2010;
- A taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cento por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac. 2622/2013-Fluor, item 122 do voto e item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac. 3013/2010-Prefeitura, voto do relator);
- Adoção dos novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos antigos mencionados no Acórdão n. 2.369/2011 e utilização da terminologia "quantil", ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior;
- Fixação do entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle;
- Caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESEMPENHADOS, deverá acrescentar o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013, pois os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão n. 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei n. 12.546, de 2011.

Atualmente, o regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços das obras também apresentam valores sociais "desonerados" e "não-desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos n. 257 do TCU, esta Corte entende que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei n. 12.546 de 2011, não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de avaliação de preços máximos na licitação, a depender de o licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão n. 6.012/2015 - 2ª Câmara).

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração – segundo as premissas do PARCELCEL n. 44/2019/DACTH/CGU/AGU.

Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá considerar em único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que for o mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se submetem.

c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e silenciosa contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.

d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planejamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico anexar nos autos a simulação dos preços globais da obra ou serviço, com base nos dois cenários – custos "desonerados" (acrescido o percentual da CPRB no BDI) versus custos "não-desonerados" (excluído o percentual da CPRB no BDI) – para justificar a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

Necessariamente o projeto deverá declarar se a atividade a ser contratada se encontra entre os itens da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para fins de utilização das tabelas desoneradas.

Voltar ao preenchimento

- Adoção de percentual de ISS compatível com a legislação tributária dos municípios onde serão prestados os serviços (percentual proporcional entre o limite máximo de 5% e o limite mínimo de 2%);

Cumprir alertar que, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado em relação à média indicada na autoridade, mais robusta deverá ser a justificativa para a adoção do índice escolhido;

Nesse disposição, na justificativa, cumprir ao profissional declarar expressamente a metodologia adotada e certificar a observância dos parâmetros supra.

Alertamos, ainda, que, a depender do parâmetro utilizado, pode ocorrer de o BDI estar embutido no preço paradigmático. Caso em que o orçamentista deverá considerar tal condição, conforme alerta de Valmir Campelo e Rafael Jardim Cavalcante:

Quando o licitante, ao apresentar os preços de referência, deve fazer o cálculo de seu lucro e taxa de administração, o BDI já embutido no preço de referência. Portanto, no caso, os preços somados ao embutirem os custos máximos (custos máximos + administração + encargos contratuais + encargos sociais, custos administrativos e lucro). Assim, novamente, o BDI contratual sobre o valor do objeto não pode resultar na sobrevaloração de preços da empresa contratada em relação ao mercado, notadamente quando o serviço for executado diretamente pelo licitante contratado, sem a subcontratação. (Súmula TCU, Valmir Jardim Cavalcante, 14 de maio de 2018, p. 605)

Voltar ao preenchimento

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal, sem comprometimento da essência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar licitações diferentes para a empreitada e para o fornecimento.

Nos termos da Súmula TCU 252, "Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem potencial significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Restalamos, novamente, que a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra – e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Portanto, quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão n. 2.627/2013 - Plenário do TCU, o BDI para item de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) - 14,02% (médio) - 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 15, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não encaixados, como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, exceto quando se a regra anteriormente prevista.

Por fim, convém esclarecer que o BDI Diferenciado não abrange os materiais ordinários da contratação (Acórdão TCU n. 2942/2011-Plenário).

Verificar o preenchimento

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 18 do Decreto Municipal n.º 036, de 2023, a minuta de contrato deverá conter cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras.

Conforme explica o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o cronograma físico-financeiro consiste na divisão da obra ou serviço de engenharia em fases que deverão ser executadas sequencialmente, onde cada uma delas prevê as atividades que serão realizadas e os respectivos prazos de execução, ao final das quais a Administração deverá verificar o devido cumprimento em comparação com as especificações dos projetos básico/executivo e atestar as condições daquilo que foi entregue pela contratada a fim de determinar as correções devidas pelo executor da obra ou comunicar ao setor financeiro competente a possibilidade de deflagração dos procedimentos pertinentes ao pagamento da etapa cumprida.

Na empreitada por preço global, o cronograma adquire importância ímpar, pois o critério de aceitabilidade da proposta vencedora não incidirá sobre seus preços unitários, e sim sobre o preço de cada uma das etapas previstas no referido documento, que deverá ficar igual ou abaixo dos preços de referência correspondentes da administração pública (arts. 19 e 20, do Decreto Municipal n.º 036, de 2023).

realizado por qualquer uma das licitantes sem grandes variações, tal como se fosse um "serviço de prateleira", isto é, semelhante a um serviço comum de engenharia.

Para tanto, é necessário que os estudos preliminares, o programa de necessidades, o projeto básico e o sistema de especificações, dentre outros, sejam suficientemente claros e de grande precisão. Além disso, é necessário que constem as plantas conceituais do objeto, não se permitindo especificações genéricas ou ambíguas que onerem a carga da licitante a opção por um modo de execução que influencie diretamente no preço ou no bem que interessa à Administração.

Ressalta-se que, caso a responsabilidade pela elaboração dos projetos executivos seja transferida à contratada, isso deve constar como obrigação específica no Termo de Referência ou Projeto Básico e os custos inerentes devem estar contemplados no preço.

Por fim, é importante mencionar que, excepcionalmente, admite-se, nos termos do § 1º do art. 46 da Lei n.º 14.133, de 2021, a contratação de obras e serviços comuns de engenharia sem projeto executivo nos casos em que o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade adequados e a especificação do objeto puder ser realizada apenas em termos de referência ou em projeto básico.

Verificar o preenchimento

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro na empresa no conselho profissional

A exigência de registro da empresa na entidade profissional competente (art. 6º, V, da Lei n.º 14.133, de 2021) refere-se à atividade básica do objeto da contratação - conforme entende o TCU:

"§ 3.1. faça constar dos editais de forma clara e detalhada, a fundamentação legal para a exigência de registro ou inscrição das licitantes em entidades fiscalizadoras do exercício de profissão, alçando-se de exigir o registro ou inscrição das entidades, à medida que não há registro no âmbito de competência destas entidades a fiscalização da atividade básica do objeto do certame;" (Acórdão nº 1.094/2012 - Plenário).

"1. O registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação" (Acórdão nº 2.769/2014 - Plenário).

"A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho

Da mesma forma, durante a execução contratual, a remuneração devida à contratada também seguirá o valor de cada etapa do cronograma - sendo altamente recomendável que a previsão de pagamento coincida com 100% (cem por cento) da conclusão da respectiva etapa, a fim de se evitar a necessidade de medição (atividade própria da empreitada por preço unitário).

Na empreitada por preço unitário, os pagamentos são atrelados aos quantitativos efetivamente executados pela contratada, com base nos preços unitários registrados em seu plano. Ainda assim, o cronograma é importante instrumento para acompanhar as etapas de execução contratual, além de também basear a medição dos serviços prestados.

Verificar o preenchimento

13. PROJETO EXECUTIVO

O projeto executivo é requisito obrigatório da contratação de obras e serviços (art. 46, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021), inclusive nos casos de contratação direta (art. 72, I, da Lei n.º 14.133, de 2021) e deve ser elaborado na fase preparatória da licitação, antecedendo a elaboração do edital (art. 28, II, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Segundo a definição legal, é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados a obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes (art. 6º, XXVI, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Forém, a Administração poderá autorizar que o projeto executivo seja elaborado pelo próprio contratado, concomitantemente com a execução da obra ou serviço (art. 14, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Em tal situação, para que a tarefa de elaboração do projeto executivo possa ser repassada à contratada, é necessário que os documentos técnicos prévios da licitação sejam suficientemente detalhados, com a descrição completa das características e especificações relevantes do objeto licitado, nos termos do art. 6º, XXV, da Lei n.º 14.133, de 2021. O projeto básico deve possuir nível de precisão e detalhamento que permita caracterizar adequadamente o empreendimento, inferir seus custos reais e definir metodologia e prazo de execução. Não é admissível a realização da licitação com base em projeto básico deficiente, carente dos detalhamentos exigidos por lei, para que, em momento seguinte à contratação, quando da elaboração do projeto executivo pela contratada, sejam procedidas expressivas alterações ao projeto. Nesse sentido, preconiza o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU:

O que a lei não explicitamente é que essa facilidade somente poderá ser exercida se o nível de detalhamento do projeto básico for suficientemente alto para evitar subjetivismos por parte das licitantes. Ou seja, a definição dos métodos, quantitativos, prazos e valores deverá ter de preceder a elaboração do projeto executivo, se for o caso, para que não se

que tenha a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação" (Informante de Licitações e Contratos 280/2019).

O Projeto Básico deverá definir os profissionais que serão necessários à execução do objeto licitado para, então, permitir ao edital delimitar a necessidade de inscrição da licitante no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, no CFT - Conselho Regional dos Técnicos Industriais, ou em outros órgãos de registro profissional, dependendo da natureza das atividades a serem executadas.

Nesse ponto, destaca-se que a Lei n.º 13.639, de 2018, criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e a Resolução CFT n.º 101, de 2020, prescreve as atribuições desses profissionais. Assim, compete ao órgão ou entidade avaliar qual profissional é o necessário e adequado ao objeto licitado e estabelecer a exigência pertinente. O mais importante nessa avaliação é cuidar para não excluir profissionais que possuam competência para executar o objeto, segundo as normas da respectiva categoria, porque isso representaria restrição indevida à competitividade.

Capacidade técnica operacional

A compreensão da capacidade técnica operacional deve limitar-se às parcelas semestralmente ou anualmente avaliadas e valor significativo do objeto licitado (item 6.1.1 do art. 263/2011-Plenário), isto é, aquelas que tenham valor individual igual ou superior a 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 6º, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Tabela ABC, tanto para os serviços quanto para os materiais necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação - e permite analisar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica - ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que não toda a empresa possa cumprir de forma satisfatória, demandando a sua a contratação própria para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica em licitação de grande complexidade técnica" (Acórdão n.º 33/2017 - Plenário), bem como "restrição à execução de serviços de pequena complexidade técnica" (Acórdão n.º 1.898/2011 - Plenário).

A Lei n.º 14.133, de 2021, em consonância com consolidada jurisprudência do TCU (Acórdãos n.º 2.094/2009, 2.147/2009, 3.13/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.842/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 3.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário) admite a exigência de atestados com quantidades mínimas, desde que limitadas até 50%.

(cinquenta por cento) do quantitativo das parcelas de maior relevância, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos atestados.

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifestou-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição. "Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório." (Voto no Acórdão n. 1.771/2007 – Plenário).

Possibilidade de somatório dos atestados

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnica operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 1.722/2009, 1.782/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.078/2013, 1.731/2012, 1.746/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja dúvida justificativa técnica, é inválida a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2014, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (Itens 9.5.1 a 9.5.3) todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados – quando o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço" (Acórdão n. 2.150/2008 – Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De toda maneira a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada, ainda que, no total, representem a mesma extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10km.

Dai a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Exigências de instalações, aparelhamentos e pessoal técnico

Segundo o art. 67, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que o licitante dispõe, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acrescentar alguma garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar despercebida pela licitante – e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados essenciais para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, acrescida, caso necessário, da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em demonstração da disponibilidade do pessoal técnico (art. 67, § 8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

Voltar ao preenchimento

15. VISTORIA

Quando a avaliação prévia do local de execução dos serviços for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurando-se ao licitante o direito de realização de vistoria prévia (art. 63, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021).

A Lei n. 14.133, de 2021 determina que o o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

Em consonância com o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), a vistoria prévia deixa de ser uma obrigação passível de ser imposta pela Administração, e se transforma em um direito das

empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a realização prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

Porém, na situação contrária, "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados" (Acórdão n. 2.760/2012 – Plenário).

Capacitação técnico-profissional

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstre ter exercido previamente o serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT.

As ARTs, TRTs e TRTs emitidas em nome de cada profissional são disponibilizadas na respectiva Carteira de Anotação Técnica – Cat, expedida pelo CREA, CAU ou CRI, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o TRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitam-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativos aos atestados (art. 67, § 1º da Lei n. 14.133, de 2021).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve se limitar à área ou área de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos poderá bastar o ART/TRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outros pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TROPE, que a minuta do edital entregue às propostas.

Novamente, a Carteira ABC é instrumento fundamental para definir quais serão as parcelas em cada licitação.

Universalmente da que dispunha a Lei de Licitações revogada, a Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional (art. 67, § 1º). Ademais, admite, que na contratação de serviços de natureza continuada se exija a comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos no tempo, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a três meses (art. 67, § 5º).

empresas licitantes, que podem solicitar ao órgão responsável pelo certame a realização prévia das condições do local onde os serviços serão executados.

Voltar ao preenchimento

16. SUBCONTRATAÇÃO

O art. 122 da Lei n. 14.133, de 2021, admite a subcontratação parcial de obra, serviço ou fornecimento, até o limite autorizado pela Administração. A subcontratação, desde que autorizada pela Administração, possibilita que terceiros, que não participaram do certame licitatório, realizem parte do objeto.

Vejamos também a definição de Marçal Justen Filho:

A subcontratação torna-se cabível, sendo inevitável, quando o contrato celebrado comporta uma execução complexa, em que algumas tarefas, etapas ou aspectos apresentam individualidade e são desempenhadas por terceiros especializados.

A avaliação dos princípios organizacionais produzida o conhecimento técnico, que define os princípios da organização e da execução das atividades. Em vez de desenvolver integralmente todos os aspectos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

Quando a Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade contratada.

Por iniciativa própria, prevalece a subcontratação na execução de obras, prestações, isto é, a solução economicamente mais eficiente e tecnicamente mais satisfatória.

A Administração tem o dever de adotar as práticas mais eficazes, incorporando as práticas próprias da iniciativa privada. Logo, o subcontratante deve permitir, quando viável, que identifique procedimentos administrativos na execução do contrato administrativo.

Em relação à subcontratação, a Administração possui vantagens econômicas e técnicas dos ganhos e eficiências da partilha contratual.

Entretanto, regras diversas das práticas entre as organizações. A administração possui a competitividade do certame. É possível se persuadir que todos os aspectos, que a Administração compreende, as práticas e ações adotadas pelo iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.

A subcontratação pode representar inclusive um fator de anulação da competição. As certas atividades dotadas de especialização, complexidade e onerosidade diferenciada, impor a sua execução de modo necessário pelo próprio contratado pode resultar na redução do número de possíveis licitantes. Permitir a subcontratação em tais casos é justificado pelas mesmas razões que legitimam a participação de empresas em consórcio.

(Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Thomson Reuters Revista dos Tribunais. Edição on-line pp. 1343-1350).

O §2º do art. 122 possibilita que edital ou regulamento vedem, restrinjam ou estabeleçam condições para a subcontratação. Trata-se de uma faculdade. Portanto, não é obrigatório que o instrumento convocatório ou seus anexos estabeleçam limites a subcontratação. Caso o instrumento convocatório ou seus anexos não deem à possibilidade de subcontratação, durante a fase preparatória da licitação, a Administração pudera estabelecer esses limites durante a execução do contrato.

Embora facultativa na fase preparatória, o estabelecimento de condições mínimas para a subcontratação no instrumento convocatório ou em seus anexos e medida que atende aos princípios da impessoalidade, da publicidade, do interesse público, da preclusão administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da vinculação do edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Na vigência da Lei n. 8.666, de 1993, consolidou-se o entendimento de que não poderiam ser subcontratadas as parcelas tecnicamente mais complexas ou de valor mais significativo do objeto, que motivaram a necessidade de comprovação de capacidade financeira ou técnica pelo licitante contratado (Acórdão 3144/2011 Plenário).

Contudo, o §9º do art. 67 da Lei n. 14.133, de 2021, expressamente admitiu a possibilidade de que a qualificação técnica do licitante, para aspectos técnicos específicos, seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado. Por sua vez, o §1º desse artigo limitou a exigência de atestados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Portanto, os §§1º e 9º do art. 67 expressamente possibilitam a subcontratação de parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

Embora caiba à Administração o juízo de conveniência e oportunidade sobre a possibilidade técnica e a viabilidade de admitir a subcontratação, deve observar o princípio da motivação das decisões administrativas, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão n. 1.453/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que "o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias."

gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atrasos nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento: os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira, todos esses fatores que estarão a subsidiar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor." (Acórdão n. 1.165/2012 – Plenário).

O Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o juízo acerca da admissibilidade de não de empresas consorciadas na licitação dependa de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (compartilhamento de recursos menores que, de outra forma, não participariam da certame), quanto a cercear-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

Compulsando diversos julgados daquela Corte de Contas o respeito deste tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, chega-se às seguintes conclusões que servem de norte para a admissão ou não da participação de empresas reunidas em consórcio:

1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
2. Tratando-se de objeto de pequena vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no custo – impactando na taxa líquida que as empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, aufeririam com a participação na licitação;
3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executar, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

[Voltar ao preenchimento](#)

19 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A participação de cooperativas em certames licitatórios é admitida, desde atendido, os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração.

Assim, a vedação da subcontratação ou o estabelecimento ou não de condições para a sua adoção deve ser motivada pela área técnica do órgão assessorado.

[Voltar ao preenchimento](#)

17.1 DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

No âmbito da União, o art. 22 da Instrução Normativa S/GES/MP/01 n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas, será constatada na data de obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

Quando essas empresas apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo na forma dos §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação.

O § 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666, de 1993, correspondem ao § 6º do art. 6º de Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita a Administração, nas condições para a habilitação final e na execução de obras e serviços, a fixação do edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10% (dez por cento), a qual deve basear-se em critérios técnicos. A sondagem do mercado se afigura importante, a fim de obter dados sobre o porte das empresas que atuam na área objeto da contratação. Ressalte-se que, se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame, em especial, de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional do incentivo a essas unidades empresariais. Por essa razão, é indispensável avaliação técnica sobre o assunto.

[Voltar ao preenchimento](#)

18 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio e limitação operacional e a adoção dessa restrição está condicionada à apresentação de justificativa pela área técnica do órgão assessorado, nos termos do art. 15, caput, da Lei n. 14.133, de 2021.

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada de cada caso concreto, conforme orientações do TCU. "Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de

Segundo o parágrafo 23º do TCU: "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o consórcio e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade".

De igual modo, o Parecer n. 034/2015/DECOR/CGU/AGU (03407-034/03/2014-16 Seq. 41) tem a seguinte ementa:

OBJETO: ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. UNIFORMIDADE PARALELA ENTRE A PROCLAMAÇÃO DA LEI Nº 12.650/2012 E A PROCLAMAÇÃO DA LEI Nº 12.650/2012. PISTA INCLUSIVE O TERMO DE CONDIÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS FUNDAMENTAIS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI Nº 12.650/2012. E Nº 12.348, DE 2010 – ENVIO DO CONTRATO Nº 12.348, DE 2010, E Nº 12.348, DE 2010 – ENVIO DO CONTRATO Nº 12.348, DE 2010, PARA A NATUREZA, CAPACIDADE E HABILIDADE DO EMPREENDEDOR, COM SUBORDINAÇÃO JURÍDICA ENTRE O EMPREENDEDOR E O EMPREENDEDOR.

As cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.650, de 2012, são entidades constituídas para o exercício de atividades laborais em projetos comuns, sob a regência coletiva e cooperativa, mediante autogestão e adição jurídica e financeira.

Os efeitos decorrentes pelo termo de condição judicial firmado entre o TCU e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela personalidade, subordinação e não eventualidade.

II – Vedação à participação de cooperativas nos certames abertos a qualquer serviço que não ofenda às leis nº 12.650, de 2012 e nº 12.348, de 2010, uma vez que são admitidas apenas as organizações e participações de entidades e cooperativas nas licitações, proibindo-se, consequentemente, a contratação de cooperativas para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

III – Proibição que se volte para proteger os valores sociais de trabalho e promover a responsabilização da União dos encargos trabalhistas.

Por meio do Parecer n. 030/2023/DECOR/CGU/AGU, o Departamento de Coordenação e Orientação Jurídica da Advocacia-Geral da União (Deco-JGU/AGU) expediu que se menciona na Lei n. 14.133, de 2021, a proibição de contratação de cooperativas quando o objeto do contrato seja relação de subordinação entre o cooperante e a cooperativa ou entre aqueles e o fornecedor de serviços, conforme ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - ALTERAÇÃO EFGS ATIVA SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021: EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA: ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado, conjuntamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a relação das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MP/Tr - e a empresa contratada da União - AGU.

II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de interferir em assuntos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, denota o vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrada. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução dos serviços, não há possibilidade de participação de cooperativas no certame. É geralmente conhecida a prática de utilização de diversos profissionais que, "pelo modo como o empreendimento é executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio pelos próprios cooperados - e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedado qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

[Voltar ao preenchimento](#)

20 - GARANTIA DA EXECUÇÃO

Conforme o parâmetro avertido pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão n. 3.126/2012 - Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021.

[Voltar ao preenchimento](#)

21 - DA SUSTENTABILIDADE

21.1 - Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

Em obras e serviços de engenharia, a fase de planejamento da contratação deve prever a inclusão de conceitos de sustentabilidade nos projetos que serão elaborados. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo, para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental e para a prevenção e o gerenciamento dos resíduos da construção (arts. 59 e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 79, XI, da Lei n. 12.306, de 2010).

A equipe de gerenciamento da contratação tem o dever legal de analisar a viabilidade de inclusão de soluções sustentáveis ainda na fase de elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Por meio desse documento, o órgão deve identificar, do ponto de vista administrativo e funcional, quais os requisitos estruturais, tecnológicos e de desempenho que devem ser atendidos em uma obra ou serviço de engenharia específica. É essa equipe que orienta a confecção dos projetos e dos cadernos de encargos e especificações técnicas e deve apresentar quais os reais problemas que deverão ser solucionados, identificando as soluções que a Administração se propõe a cumprir.

É a partir das definições contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que o Engenheiro/Arquiteto vai especificar quais os materiais a serem adquiridos, as técnicas a serem utilizadas e os custos do empreendimento. Ou seja, se a Administração insere no ETP que um determinado prédio deve ter sistemas de economia de água e energia, ou um sistema de captação e utilização de águas pluviais ou, ainda, que a disposição das salas e do layout de um edifício deve favorecer certos fatores climáticos locais, por exemplo, todas essas especificações deverão ser detalhadas no Projeto de Arquitetura ou de Engenharia a ser elaborada.

Nesse contexto, a Administração pode inclusive buscar a certificação de sustentabilidade do empreendimento. O processo de certificação quando adotado implica a obediência a determinados padrões de qualidade, desempenho, bem como de conformidade a regras nacionais e internacionais.

São bem conhecidas as certificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, coordenado pelo Inmetro e o Ministério de Minas e Energia, bem como o Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações - PRQUE/Edifica, também coordenado pelo Inmetro em parceria com a Eletrobrás.

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nos casos em que ela se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia." (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 439)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público frente à particularidade de cada licitação.

De todo modo, a política final sempre cabe à autoridade administrativa - cabendo-lhe justificar sua decisão por exigência ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos, com vigência superior a 1 (um) ano, a garantia das obrigações das obrigações o percentual da garantia incidirá sobre o valor anual do contrato (art. 99, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

Conquanto a Lei n. 14.133, de 2021, não estabeleça a exigência de obras e serviços de engenharia, a Lei n. 14.133, de 2021, afirma, afirmando que o órgão licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, modalidade de seguro vinculada ao desempenho, em que a empresa seguradora não apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (art. 102).

Quando exigida a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, a seguradora deverá firmar o instrumento de contrato, inclusive os termos adicionais, como interveniente interveniente, e lhe será garantido o acompanhamento da execução do contrato, incluindo, inclusive, ter acesso às instalações em que for executado o contrato e aos documentos da fiscalização técnica e contábil (art. 102, I, da Lei n. 14.133, de 2021).

Em caso de obras e serviços de engenharia de grande vulto, as contratações de aqueles serviços cujo valor superior a limite previsto no art. 69, VIII, com as alterações previstas no art. 362, art. 141, da Lei n. 14.133, de 2021, a Administração poderá exigir garantia na modalidade seguro-garantia, inclusive com cláusula de retomada, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99 da Lei n. 14.133, de 2021).

Por meio desses dois iniciativas foram introduzidos no Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE, os Requisitos Técnicos de Qualidade para o Roteiro de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços, Públicos (RIE-C) e o Regulamento Técnico da Qualidade para o Roteiro de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RIE-R).

Além dos procedimentos de submissão definidos nos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Edifícios e Instalações de Edificações (RAC) é possível, inclusive, obter o selo de um edifício no Projeto Nacional de Conservação de Energia (PNCE) no Inmetro.

Por meio do Acórdão n. 16.09.2019 Plenário, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de apreciar a legislação da exigência de apresentação de certificações em certames, e entendeu que a Administração deve buscar o equilíbrio entre a ampla participação e as exigências de qualificação e o conteúdo das propostas.

No que diz respeito ao planejamento de obras e serviços de engenharia, é possível identificar três eixos principais em que o desenvolvimento sustentável deve ser observável: a) Quando da definição dos aspectos técnicos do objeto - especificação técnica; b) Na minimização do impacto - prevenção de resíduos; e c) Quanto à destinação ambiental dos resíduos e efluentes - gestão de resíduos.

A Secretaria-Geral do Ministério publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no qual a Administração Pública encontrará subsídios que a auxiliem a efetivar o compromisso de sustentabilidade.

A proposta do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do CENAPAD, além de conter a inserção das diretrizes legais relacionadas nas minutas e elaboradas os instrumentos, antes do desenvolvimento do processo administrativo para Parecer Jurídico, é um dever do Poder Público.

Possalta-se que há possibilidade de serem incluídos outros critérios e práticas de sustentabilidade além daqueles legalmente previstos e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios, mediante justificativa a constar do processo administrativo.

21.2 - Da Especificação Técnica

No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e padrões de sustentabilidade, a existência de certificações a serem cumpridas durante a execução dos serviços e dos materiais a eles vinculados, bem como a incidência de normas técnicas de comercialização de produtos ou de licenciamento de atividades (ex: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis específicas (arts. 66 e 67, V, da Lei n. 14.133, de 2021).

21.3 - Da Minimização do Impacto

No que tange a obras e serviços de engenharia, o art. 13, § 1º, XI da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece como um dos elementos do estudo técnico preliminar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para descarte correto e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável".

O art. 45 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece que as contratações de obras e serviços de engenharia devem respeitar as normas relativas a:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, quando definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impacto de vizinhança na fase de licitação e execução;
- V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e ambiental, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

21.4. Licenciamento Ambiental

No tocante ao licenciamento ambiental, instrumento previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981, artigos 9º, VI e 10) como boa prática de gestão administrativa é fundamental que, nos casos em que exigido, o órgão assessorado diligencie previamente perante os órgãos competentes para análise do tempo estimado para sua obtenção.

A "prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do SINGAM" e "celeridade" que constaram do artigo 25, 2º, da Lei 14.133, de 2021, não implicam priorização de medidas que resultem em prejuízos ao dever de preservação ambiental, devendo ser observados todos os regramentos específicos para o licenciamento ambiental.

Registre-se que sempre que a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital (art. 115, 4º, Lei 14.133, de 2021).

importante ressaltar que tais barreiras podem ser de natureza urbanística/arquitetônica; podem estar relacionadas aos meios de transporte, aos meios de comunicação, a forma como é prestada a informação; podem ser barreiras de origem comportamental, ou ainda, em barreiras tecnológicas.

Nesse sentido, a Administração Pública, quando da contratação de obras e serviços de engenharia deve: a) Na fase de planejamento, observar os princípios do desenho universal, concebendo os ambientes de forma a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico; e b) Observar os parâmetros técnicos estabelecidos pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - NBR 9050/2004.

Voltar ao preenchimento

As hipóteses nas quais a responsabilidade pelo licenciamento for da Administração, o órgão assessorado deverá considerar o estudo técnico preliminar na avaliação de risco e estabelecer um cronograma físico-financeiro compatível, a fim de que seja possível a obtenção de licença ambiental, entendendo-se a obtenção da licença ambiental como condição para a execução contratual e futuras necessidades de manutenção.

21.5. Dos Resíduos e Rejeitos

Resíduos e rejeitos são quaisquer de grande impacto ambiental, portanto, a Administração Pública deve, quando da contratação de obras e serviços de engenharia, ter como metas as seguintes políticas: (a) Da não geração; (b) Da redução; (c) Da reutilização; (d) Do tratamento; e, (e) Da disposição adequada.

21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal

A Sustentabilidade é tratada enquadrada-se no conceito de política social, ambiental e cultural, devido à sua transversalidade, pode ser conjugada com outras políticas públicas, e que lhes conferem maior efetividade.

Como exemplos de políticas públicas que podem ser aplicadas em conjunto com a Sustentabilidade nas contratações públicas, temos: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 2010); a Política de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar n. 123, de 2006); e a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 3.298, de 1999, e Decreto n. 6.949, de 2009).

21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Assim, nos termos do inciso VI de art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de responsabilidade social e ambientalmente sustentáveis.

21.8. Da Acessibilidade

A acessibilidade constitui outro aspecto relevante da sustentabilidade a ser observado pelo Gestor, inclusive quanto à contratação de obras e serviços de engenharia (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015).

O Tribunal de Contas da União - TCU, inclusive, tem recomendado a observância das "normativas aplicáveis à matéria, sem prejuízo de outras ações não normatizadas que visem a atender o Princípio da Homogeneidade que se refere à acessibilidade" (AC 0047/01/11 P, Plenário, Relator Bruno Dantas).

A acessibilidade caracteriza-se pela identificação e eliminação de barreiras que impeçam ou restrinjam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É



Município de Mercedes Estado do Paraná



Município de Mercedes Estado do Paraná

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

QUADRA COBERTA - LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES
Prolongamento da Rua Dr. João Inácio, Chácara 102 103 104 - Lago Municipal - Mercedes /Pr

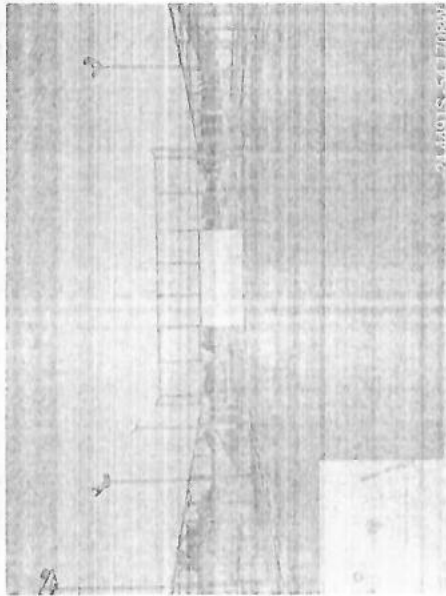


Foto 01: Estrutura existente da Quadra.

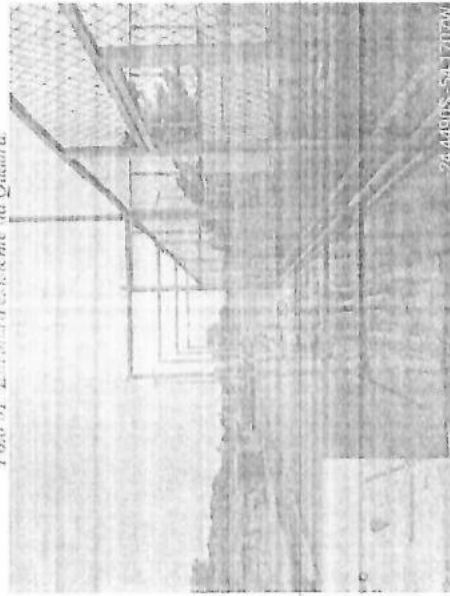


Foto 02: Estrutura existente da Quadra.

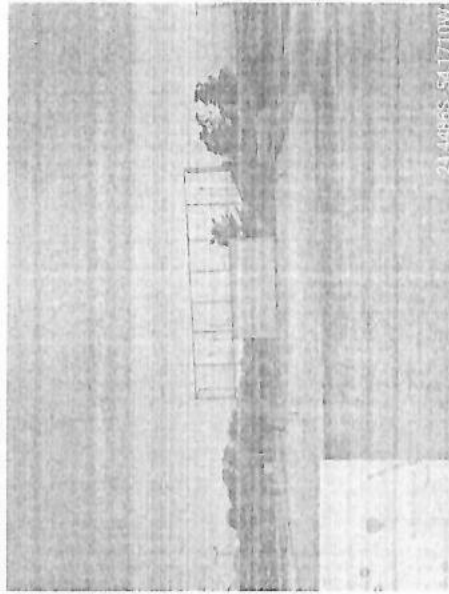


Foto 03: Estrutura existente da Quadra.

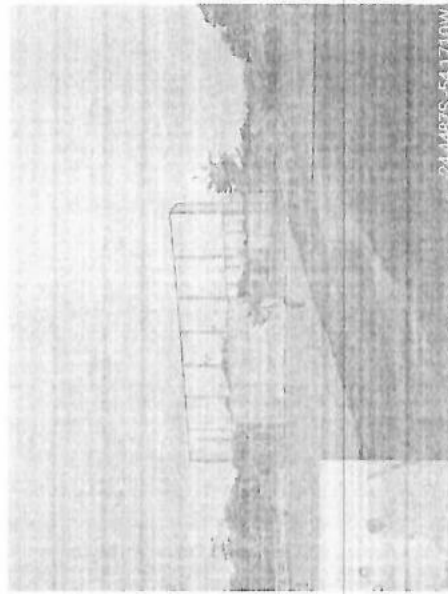


Foto 04: Estrutura existente da Quadra.



Município de Mercedes
Estado do Paraná



Município de Mercedes
Estado do Paraná

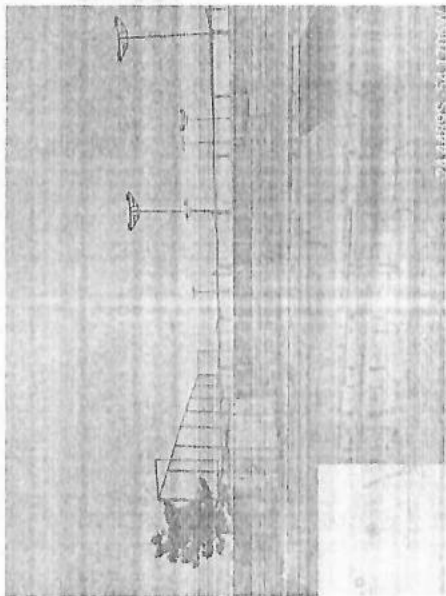


Foto 05: Estrutura existente da Quadra

24.4489S -54.1708W



Foto 06: Estrutura existente da Quadra

24.4489S -54.1708W

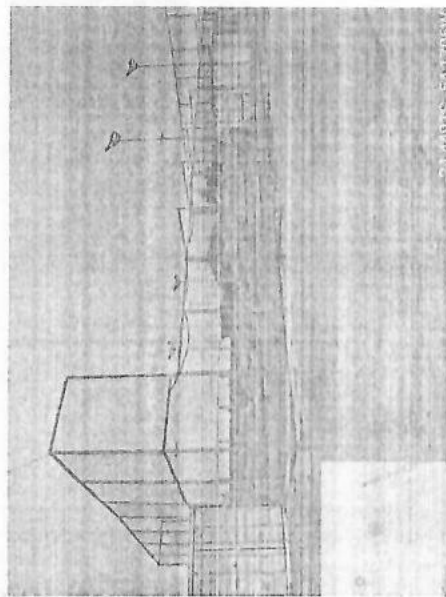


Foto 07: Estrutura existente da Quadra

24.4491S -54.1705W

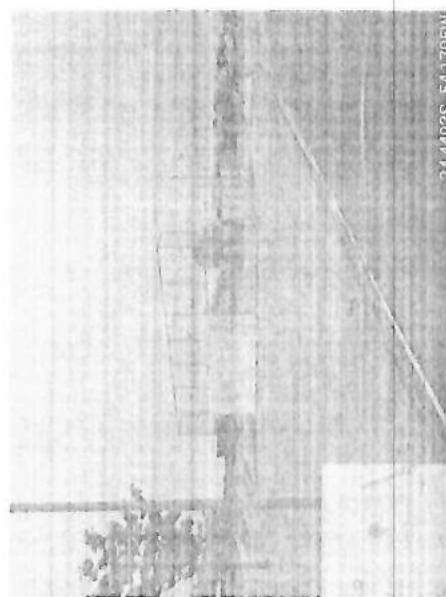


Foto 08: Estrutura existente da Quadra

24.4493S -54.1705W



Município de Mercedes
Estado do Paraná

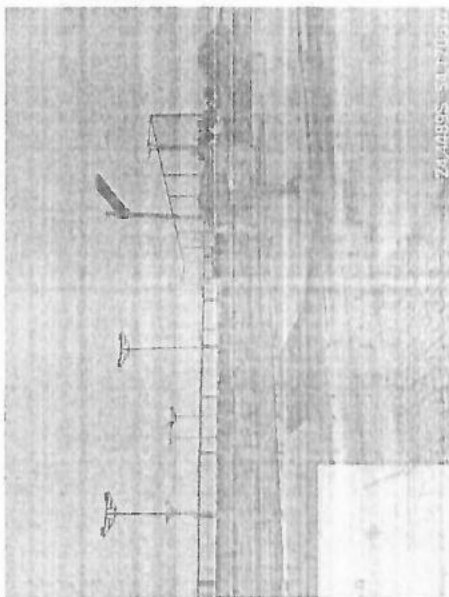


Foto 09 - Estação museu da Quadra



R A M -Sondagens e Serviços Ltda.

Rio das Ostras, 24 de maio de 2025

RELATÓRIO TÉCNICO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO - SPT

(Segundo as Normas Brasileiras NBR 6502, NBR 6484 e NBR 9036)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

END: Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, Mercedes / PR - 85998-000

ART: 1720253270557

2º ADITIVO CONTRATO: 161/2023

PRFGÃO ELETRÔNICO: 108/2022

OBRA: SERVIÇO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE SPT.

Endereço: Rua do Lago Municipal, Centro, Mercedes / PR - 85998-000

Ref: Lago Municipal

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59
END: Rua Capitão Fonseca S/N - QD 22 L1-20 - Cidade Esportiva - CEP: 28256-140 - Rio das Ostras / RJ
TEL: (22) 3334-7540 - (22) 99741-7441 / 99874-1033 - E-MAIL: atendimento@ramsondagens.com.br



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA UTILIZADA

3. PARAMETROS E CRITÉRIOS

4. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

5. SERVIÇOS EXECUTADOS

6. ANEXOS

6.1. LOCALIZAÇÃO DOS FUROS DA SONDAGEM

6.2. PERFIS GEOLÓGICO-GEOTÉCNICOS INDIVIDUAIS

6.3. REGISTRO FOTOGRÁFICO

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-59

END: Rua Capitão Fonseca S/N - QD 22 L1-20 - Cidade Esportiva - CEP: 28256-140 - Rio das Ostras / RJ

TEL: (22) 3334-7540 - (22) 99741-7441 / 99874-1033 - E-MAIL: atendimento@ramsondagens.com.br

Pag.
41

Ass.



Limitação de Responsabilidade

O presente relatório foi preparado por profissionais qualificados de acordo com as normas técnicas recomendáveis e com base nos termos da solicitação c/cu do contrato firmado com o cliente. O presente relatório não poderá ser alterado por qualquer pessoa ou entidade sem o prévio e expresso consentimento da RAM SONDAGENS E SERVIÇOS ou do seu cliente. A RAM se isenta de qualquer responsabilidade perante o cliente ou terceiros pela utilização deste trabalho, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado. O presente relatório é confidencial e destinado ao uso exclusivo do cliente. Dessa forma, a RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA, não se responsabiliza pela sua utilização, em sua totalidade ou parte, por terceiros que dele venham a ter conhecimento. As conclusões apresentadas neste relatório são limitadas essencialmente à situação encontrada à época da realização dos trabalhos e não podem ser aplicadas às eventuais alterações das condições da área.



1. INTRODUÇÃO

Atendendo ao solicitado por V.s.as, apresentamos no presente relatório, conforme contrato dos serviços relativos Sondagem de simples Conhecimento SPT em solo, os resultados de 02 furos de sondagens a percussão- SPT, realizados na área de:

- LAGO MUNICIPAL

O relatório com resultados é apresentado em forma de seções geológicas geotécnicas, indicando as características das camadas do solo perfuradas e posições dos níveis de água encontrados nos 02 furos de sondagem SPT, num total 5,83 metros de perfuração nesta localização e Nível de água não encontrado - N.A

A realização das sondagens baseia-se nos seguintes normais técnicos:

- ABNT NBR 6502/2022 - "Solos e Rochas - terminologia".
- ABNT NBR 6494/2020 - "Sondagem de simples reconhecimento com SPT- método de ensaio".
- ABNT NBR 8036/1983 - "Programação de sondagem de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios".

Os trabalhos consistiram basicamente do seguinte serviço:

1.1 Serviços Topográficos

Demonstração dos afastamentos em relação a pontos de referências, mais destacados no local (Referência de Alinhamento Determinado pelo cliente)

1.2 Exame Tátil-visual

Análise das amostras coletadas para classificação.

Os resultados das determinações supracitadas estão apresentados nos perfis individuais de sondagem em anexo. Segue, em anexo, os perfis individuais dos 02 furos de sondagem em questão



2. METODOLOGIA UTILIZADA

2.1-SONDAGEM PENETROMÉTRICA

A presente sondagem a Percussão SPT, foi executada conforme os critérios definidos pela NBR 6484/2020

O trabalho iniciou com o ensaio penetrométrico de medida da resistência do solo. A seguir o furo seguiu através de lavagem com circulação de água, sendo então protegido por revestimento de 2 1/2" de diâmetro externo. Para a execução da lavagem foi utilizada bomba d'água auto estorvante, com entrada d'água sendo realizado por mangote de 2" de diâmetro externo e saída por mangueira de 1 1/4" acoplada à boca de entrada de poça de lavagem, sendo água do interior das hastes na base da composição através das grades laterais do tripiano de desagregação.

A cada metro foi executado ensaio de penetração do tipo standard, com o peso de 65 kg caindo em queda livre de uma altura de 75 cm, para obter 25 cm de amostra do padrão em três penetrações consecutivas de 15 cm cada uma. Com base no número de golpes necessários para cravação são fornecidas as indicações de compactação para materiais arenosos e arenos-silicosos e de consistência para materiais argilosos e argilo-silicosos. O amostrador utilizado é do tipo padrão ASMT, com diâmetro externo de 2" (50,8 mm) e diâmetro interno de 1 3/8" (34,8 mm). Após cada rotina de cravação do amostrador, do mesmo é retirada uma amostra amolgada do solo, que é imediatamente acondicionada em recipiente hermético de dimensões que permitam receber pelo menos um cilindro de solo.

O tipo de solo é obtido através da análise tátil-visual dessas amostras, que objetiva determinar os seguintes parâmetros:

- Granulometria
- Plasticidade,
- Coef. e,
- Origem.

Onível do lençol freático é obtido por meio das observações feitas pelo operador durante o processo de perfuração. Por meio dos índices de resistência é classificada a compactidade (no caso de areias ou siltes arenosos) ou a consistência (argila ou siltes argilosos) do solo.



2.2 Exame Tátil Visual

O exame visual das amostras permite avaliar a predominância do tamanho de grãos, sendo possível individualizar grãos de tamanho superior à um décimo de milímetro, admitidos como visíveis a olho nu.

* Solos com predominância de:

- a) grãos maiores que 2 mm, devem ser classificados como pedregulhos;
 - b) grãos inferiores a 2 mm e superiores a 0,1 mm, devem ser classificados como areias.
- Um exame mais aprofundado permite a subdivisão das areias em:
- a) grossas: grãos da ordem de 1,0 mm;
 - b) médias: grãos da ordem de 0,5 mm;
 - c) finas: grãos da ordem de 0,2 mm.

- Solos com predominância de partículas de grãos inferiores a 0,1 mm devem ser classificados como:
 - a) argilas;
 - b) siltes

As argilas se distinguem dos siltes pela sua coesão, quando possuem umidade suficiente, pela coesão quando secas ao ar e pela mobilidade da água em estado saturado de agitação.

Através do ensaio de resistência à penetração, os valores de SPT obtidos confirmam informados nos perfis em geral, dão uma indicação quanto à consistência (solos argilosos) ou estado de compactação (solos arenosos) das camadas do solo investigadas, e conforme a tabela NBR 6484/2020

Anexo A, expomos uma correlação entre Resistência à Penetração e Pressão Admissível para uma avaliação preliminar sendo:

Tabela A.1 – Estado de compactação e consistência

Solo	Índice de resistência a penetração f_p	Designação a
Areias e siltes arenosos	≤ 4	Fofato
	5 a 8	Pouco compactado
	9 a 16	Medianamente compactado
	19 a 40	Compactado
Argilas e siltes argilosos	> 40	Muito compactado
	≤ 2	Mole
	3 a 5	Mole
	6 a 10	Médio
	11 a 19	Rufo
	20 a 30	Muito rufo
	> 30	Duro

* As amostras empregadas para a determinação da consistência das areias (fofo, compacta etc.) são retiradas das amostras de solo, e não podem ser confundidas com as mesmas designações empregadas para a designação das amostras de solo, pois a situação referente ao índice de visibilidade das areias é diferente.

Correlação NBR 6484/2020

2.3 - TABELA DE SONDAGEM PARA CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS

Avaliação preliminar: Correlações empíricas entre Resistência à Penetração e Pressão Admissível para uma avaliação preliminar, sendo:

Nº de Golpes	Compacidade	Pressão Admissível (Kg/cm²)
≤ 4	Fofa	0,5 / 1,0
5 a 8	Pouco Compacta	1,0 / 1,5
9 a 18	Medianamente Compacta	1,5 / 3,0
19 a 40	Compacta	3,0 / 5,0
>40	Muito Compacta	>5,0

* SOLOS COESIVOS

Após numerosos ensaios, Terzaghi e Peck indicam as seguintes relações:

Consistência, número de golpes N e compressão simples.

(correlações empíricas - uso limitado a estudos preliminares)

Consistência	S.P.T.	c, simples - Kg/cm²
Muito mole	2	0,25
Mole	2 - 4	0,25 - 0,50
Média	4 - 8	0,50 - 1,00
Rija	8 - 15	1,00 - 2,00
Muito rija	15 - 30	2,00 - 4,00
Dura	> 30	4,00 - 8,00

3. PARAMETROS E CRITÉRIOS

3.1 Índice de penetração

Determinação que se dá pelo número de golpes correspondente à cravação de 30 cm do amostrador-padrão, após a cravação inicial de 15 cm, utilizando-se corda de sisal para levantamento do martelo padronizado. As apresentações das penetrações do amostrador devem seguir os exemplos da Tabela 1.

Tabela 1 - Apresentação das penetrações

Penetração	Registro dos golpes	Exemplo
Penetração de 45 cm		
Três trechos iguais a 15 cm	Golpes por trecho	3/15 - 3/15 - 4/15
Penetração diferente de 45 cm	Número de golpes para uma penetração imediatamente superior e 15 cm	3/17 - 4/14 - 5/15
Penetração superior a 45 cm com a aplicação do primeiro golpe de martelo	Número de golpes e respectiva penetração	1/50
Penetração com haste e amostrador sem número de golpes	Sem número de golpes	FM/50
Penetração com martelo, haste e amostrador sem número de golpes	Sem número de golpes	FM/70
Penetração superior a 45 cm com a aplicação de pontos golpes no martelo	Número de golpes e respectiva penetração nos respectivos intervalos	1/33 - 1/20
Penetração inferior a 45 cm	Número de golpes para cada intervalo de penetração	32/15
Se em qualquer dos três segmentos o número de golpes ultrapassar 30	Número de golpes para zero centímetros de penetração	5-0
Se não for observado avanço do amostrador durante a aplicação de cinco golpes sucessivos do martelo		

* Conforme NBR 6484/2000.

A sondagem a penetração deve ser feita por terminada nos seguintes casos:

Critério de paralisação

O critério de paralisação das sondagens e de responsabilidade técnica da contratante ou de seu preposto, e deve ser definido de acordo com as necessidades específicas do projeto. Na ausência do fornecimento do critério de paralisação por parte da contratante ou de seu preposto, as sondagens devem avançar até que seja atingido um dos seguintes critérios:

a) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 10 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 25 golpes.



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

- b) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 8 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 30 golpes;
- c) avanço da sondagem até a profundidade na qual tenham sido obtidos 6 m de resultados consecutivos indicando N iguais ou superiores a 35 golpes.

Quando forem atingidas as condições mencionadas no item anterior, e após a retirada da composição com o amostrador-padrão, deve em seguida ser executado o ensaio de avanço da perfuração por circulação de água.

O ensaio deve ter duração de 30min, devendo-se anotar os avanços do trépano/ peça de lavagem obtidos em cada período de 10 min.

A sondagem deve ser dada por encerrada quando, no ensaio de avanço de perfuração por circulação de água, forem obtidos avanços inferiores a 50mm em cada período de 10min.

Quando da ocorrência destas causas, cessar no relatório a designação de impenetrável ao trépano/ peça de lavagem.

Caso haja necessidade técnica de continuar a investigação do subsolo além das profundidades mencionadas após a circulação de água, para atender o critério de paralisação, o procedimento de perfuração deve ser substituído por penetração rotativa.

A cravação do amostrador-padrão é interrompida antes dos 45 cm de penetração sempre que ocorrer uma das seguintes situações:

- a) se em qualquer dos três segmentos de 15 cm, o número de golpes ultrapassar 40;
- b) se o amostrador-padrão não alcançar, diante a aplicação de cinco golpes sucessivos do martelo.

Caso ocorra a situação de encerramento antes da profundidade de 1m, a sondagem deve ser desfeita no mínimo duas vezes para perfurações imediatamente opostas, a 2 m da sondagem inicial, ou conforme orientação do cliente ou seu preposto.

Atingidas as condições assim definidas, os ensaios de penetração devem ser suspensos, sendo executado a seguir, ensaio de avanço da perfuração com lavagem por tempo.

O processo de perfuração por circulação de água, associado aos ensaios de penetração, deve ser utilizado até onde se obtiver, nesses ensaios, uma das seguintes condições:

- a) em 3 m sucessivos, se obtiver 30 golpes para penetração dos 15 cm iniciais o amostrador padrão;
- b) em 4 m sucessivos, se obtiver 50 golpes para penetração dos 30 cm iniciais do amostrador padrão;
- c) em 5 m sucessivos, se obtiver 50 golpes para a penetração dos 45 cm do amostrador padrão.

havendo necessidade técnica de continuar a investigação do subsolo em profundidades superiores, o processo de perfuração pode ser prosseguido pelo método rotativo, após solicitado e indicado pela fiscalização do referido contrato.

Sociedade Social RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 11.762.908/0001-59
Rua Camilo Falcão S/N - QD 25 L1-20 - Cidade Bela Vista - CEP 28890-140 - Rio das Ostras RJ
TEL (22) 2624-2556 / 2624-1000 / 2624-1002 / 2624-1004 FAX (22) 2624-2556 - ramsondagens@ramsondagens.com.br



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

4. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

- Todos os colaboradores usam uniforme em bom estado de conservação, com identificação da empresa.
- Foram obedecidas às normas de segurança e a sinalização, definidas pelo cliente para a operação nas áreas objeto de investigação.
- Cada equipe de sondagem a trado foi composta por três colaboradores, com o líder sendo Técnico de Sondagem com experiência comprovada na atividade.
- Em campo as equipes mantiveram postura disciplinada e com atitudes seguras, portanto, as seguintes orientações foram cumpridas:
- A empresa assegurou a perfeita execução e o cumprimento das responsabilidades de campo sobre os critérios de locação e paralisação de cada sondagem.

O informe foi individualizado,

- Em campo as equipes mantiveram postura disciplinada e com atitudes seguras, portanto, as seguintes orientações foram cumpridas:

- a. Manutenção do local de trabalho limpo e organizado;
- b. Todos os furos de sondagem foram devidamente fechados;
- c. Isolamento da área de trabalho com cerca de plástico amarela e pontaleiros de madeira.

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.058/0001-59
END: Rua Capitão Lourenço SN - QD 25 LT 20 - A. 300x - Barra Mar - CEP: 28860-140 - Rio dos Outeiros - RJ
TEL: (11) 5042-2500 / (11) 9979-7460 / 9980-7462 - FAX: (11) 5040-7700 - E-mail: ramsondagens.com.br

ANEXOS

5. SERVIÇOS EXECUTADOS

Nesta área, foram executados 02 furos de sondagem a percussão- SPT conforme Medição discriminada na tabela abaixo, representando também as profundidades máximas que além delas, são impenetráveis pelo método de Percussão - SPT.

SONDAGENS A PERCUSSÃO - SPT				
Sondagem	Local da Sondagem	Profundidade em Solo (M)	Profundidade Acumula (M)	Nível d' Água
SPT 01	LAGO MUNICIPAL	2,88	2,88	SECO
SPT 02	LAGO MUNICIPAL	2,95	2,83	SECO
TOTAL PERCUSSÃO				5,83
* Simbologia N.A. representa "Nível d' água não Encontrado" - NA				

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos estão apresentados através do perfil individual de Sondagem percussiva (SPT) anexado a este relatório, onde constam todos os dados executivos, profundidade das camadas, índice de resistência a penetração, descrição e classificação das amostras coletadas.

7. PERFIS INDIVIDUAIS DE SONDAGEM

As amostras de solo e testemunhos de cada sondagem foram cuidadosamente descritas e classificadas por Geólogo habilitado, em acordo com as diretrizes das normas pertinentes, orientações da ABNT e particularidades de especificação Técnica do serviço.

A EMPRESA se coloca ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais relativos ao presente trabalho.

Sendo o que nos apresenta para o momento, firmamos-nos

Atenciosamente

Razão Social: RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.058/0001-59
END: Rua Capitão Lourenço SN - QD 25 LT 20 - A. 300x - Barra Mar - CEP: 28860-140 - Rio dos Outeiros - RJ
TEL: (11) 5042-2500 / (11) 9979-7460 / 9980-7462 - FAX: (11) 5040-7700 - E-mail: ramsondagens.com.br





RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA

Localização de Sondagem

Ciente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

Local: Rua do Lago Municipal, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000

0161/23

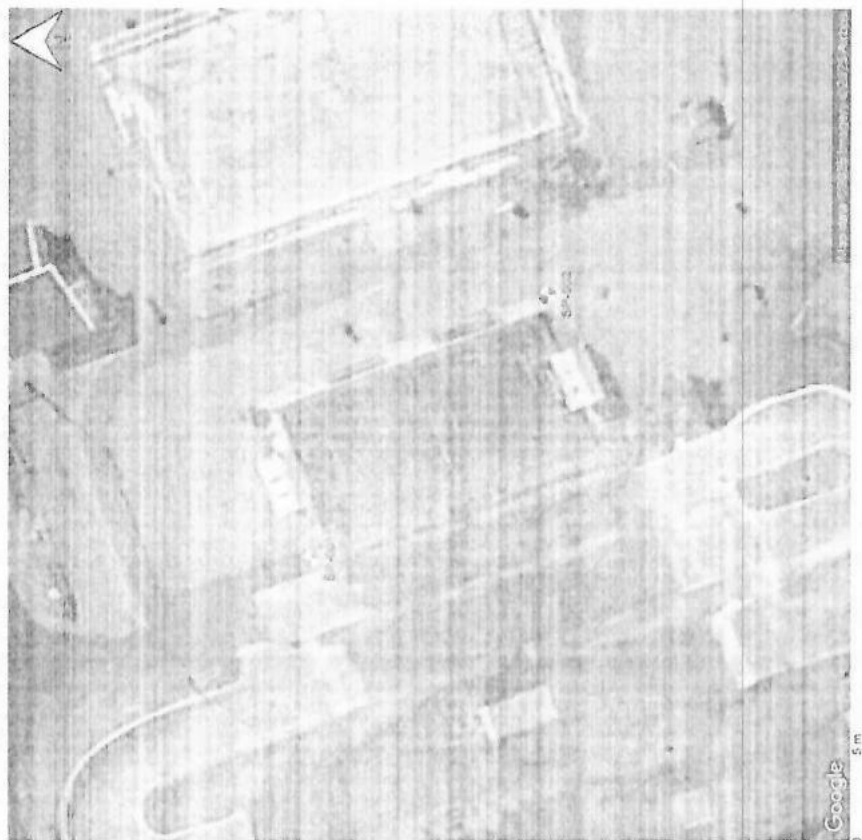
151365

Page 9/9

24/05/2025

ANEXOS

LOCAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM



Digitized by Google

Pag. 47

Ass. 

CP-2001 24,463,041°C ± 7032°C, WGS84

35F-012 14 644051-0 34 470031-0 WGS84

† NLD 1980 comparison: SN = 0.025, $\sigma = 0.004$; Beta Mar = 0.04, 288.96–147.6–160 dust layers, 161–162, 163–164, 165–166, 167–168, 169–170, 171–172, 173–174, 175–176, 177–178, 179–180, 181–182, 183–184, 185–186, 187–188, 189–190, 191–192, 193–194, 195–196, 197–198, 199–200, 201–202, 203–204, 205–206, 207–208, 209–210, 211–212, 213–214, 215–216, 217–218, 219–220, 221–222, 223–224, 225–226, 227–228, 229–230, 231–232, 233–234, 235–236, 237–238, 239–240, 241–242, 243–244, 245–246, 247–248, 249–250, 251–252, 253–254, 255–256, 257–258, 259–260, 261–262, 263–264, 265–266, 267–268, 269–270, 271–272, 273–274, 275–276, 277–278, 279–280, 281–282, 283–284, 285–286, 287–288, 289–290, 291–292, 293–294, 295–296, 297–298, 299–300, 301–302, 303–304, 305–306, 307–308, 309–310, 311–312, 313–314, 315–316, 317–318, 319–320, 321–322, 323–324, 325–326, 327–328, 329–330, 331–332, 333–334, 335–336, 337–338, 339–340, 341–342, 343–344, 345–346, 347–348, 349–350, 351–352, 353–354, 355–356, 357–358, 359–360, 361–362, 363–364, 365–366, 367–368, 369–370, 371–372, 373–374, 375–376, 377–378, 379–380, 381–382, 383–384, 385–386, 387–388, 389–390, 391–392, 393–394, 395–396, 397–398, 399–400, 401–402, 403–404, 405–406, 407–408, 409–410, 411–412, 413–414, 415–416, 417–418, 419–420, 421–422, 423–424, 425–426, 427–428, 429–430, 431–432, 433–434, 435–436, 437–438, 439–440, 441–442, 443–444, 445–446, 447–448, 449–450, 451–452, 453–454, 455–456, 457–458, 459–460, 461–462, 463–464, 465–466, 467–468, 469–470, 471–472, 473–474, 475–476, 477–478, 479–480, 481–482, 483–484, 485–486, 487–488, 489–490, 491–492, 493–494, 495–496, 497–498, 499–500, 501–502, 503–504, 505–506, 507–508, 509–510, 511–512, 513–514, 515–516, 517–518, 519–520, 521–522, 523–524, 525–526, 527–528, 529–530, 531–532, 533–534, 535–536, 537–538, 539–540, 541–542, 543–544, 545–546, 547–548, 549–550, 551–552, 553–554, 555–556, 557–558, 559–560, 561–562, 563–564, 565–566, 567–568, 569–570, 571–572, 573–574, 575–576, 577–578, 579–580, 581–582, 583–584, 585–586, 587–588, 589–590, 591–592, 593–594, 595–596, 597–598, 599–600, 601–602, 603–604, 605–606, 607–608, 609–610, 611–612, 613–614, 615–616, 617–618, 619–620, 621–622, 623–624, 625–626, 627–628, 629–630, 631–632, 633–634, 635–636, 637–638, 639–640, 641–642, 643–644, 645–646, 647–648, 649–650, 651–652, 653–654, 655–656, 657–658, 659–660, 661–662, 663–664, 665–666, 667–668, 669–670, 671–672, 673–674, 675–676, 677–678, 679–680, 681–682, 683–684, 685–686, 687–688, 689–690, 691–692, 693–694, 695–696, 697–698, 699–700, 701–702, 703–704, 705–706, 707–708, 709–710, 711–712, 713–714, 715–716, 717–718, 719–720, 721–722, 723–724, 725–726, 727–728, 729–730, 731–732, 733–734, 735–736, 737–738, 739–740, 741–742, 743–744, 745–746, 747–748, 749–750, 751–752, 753–754, 755–756, 757–758, 759–760, 761–762, 763–764, 765–766, 767–768, 769–770, 771–772, 773–774, 775–776, 777–778, 779–780, 781–782, 783–784, 785–786, 787–788, 789–790, 791–792, 793–794, 795–796, 797–798, 799–800, 801–802, 803–804, 805–806, 807–808, 809–810, 811–812, 813–814, 815–816, 817–818, 819–820, 821–822, 823–824, 825–826, 827–828, 829–830, 831–832, 833–834, 835–836, 837–838, 839–840, 841–842, 843–844, 845–846, 847–848, 849–850, 851–852, 853–854, 855–856, 857–858, 859–860, 861–862, 863–864, 865–866, 867–868, 869–870, 871–872, 873–874, 875–876, 877–878, 879–880, 881–882, 883–884, 885–886, 887–888, 889–890, 891–892, 893–894, 895–896, 897–898, 899–900, 901–902, 903–904, 905–906, 907–908, 909–910, 911–912, 913–914, 915–916, 917–918, 919–920, 921–922, 923–924, 925–926, 927–928, 929–930, 931–932, 933–934, 935–936, 937–938, 939–940, 941–942, 943–944, 945–946, 947–948, 949–950, 951–952, 953–954, 955–956, 957–958, 959–960, 961–962, 963–964, 965–966, 967–968, 969–970, 971–972, 973–974, 975–976, 977–978, 979–980, 981–982, 983–984, 985–986, 987–988, 989–990, 991–992, 993–994, 995–996, 997–998, 999–1000, 1001–1002, 1003–1004, 1005–1006, 1007–1008, 1009–1010, 1011–1012, 1013–1014, 1015–1016, 1017–1018, 1019–1020, 1021–1022, 1023–1024, 1025–1026, 1027–1028, 1029–1030, 1031–1032, 1033–1034, 1035–1036, 1037–1038, 1039–1040, 1041–1042, 1043–1044, 1045–104



RAM SONDAGENS
E SERVIÇOS LTDA

ANEXOS

PERFIS GEOLÓGICO-GEOTÉCNICOS INDIVIDUAIS

Página 02 de 02 - RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 11.762.908/0001-80
End: Rua Camilo Torres, 100 - 1º Andar - Centro - Rio das Ostras - RJ
CEP: 32.420-000 - Fone: (21) 3105-1122 - E-mail: contato@ramsondagens.com.br

		RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA		0161/23	
Sondagem de Reconhecimento a Percussão					
SP-001					
Página: 1/1					
Data: 24/05/2025					
Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES					
Ref.: Lago Municipal					
Local: Rua do Lago Municipal, CENTRO, MERCEDES/PR, 85968-000					
Ensaio de Avanço por Circulação de Água					
Ext.: 50,8 mm					
Int.: 34,9 mm					
Peso: 65 kgf					
Escala vertical: 1:100					
Revestimento: Manual					
Sistema: Manual					
Nível d'água: 2,88 m					
Perfuração: C/Circulação d'Água TC-Tubo Corrente TH-Tubo Horizontal					
Coordenadas: 24.446641°S, 54.17058°O, WGS84					
Classificação do Material					
Solo orgânico.					
Alterro siltearenoso, detritico, cor					
vermelha clara e vermelha					
Siltite arenoso, cor vermelha e					
amarela compactada de compacta a					
muito compacta.					
Matéria					
LIMITE DE SONDAGEM					
Obs.: Periclitada por impermeabilidade					
e por falta de lavagem (S 2.4.5 NBR					
6454:2020).					

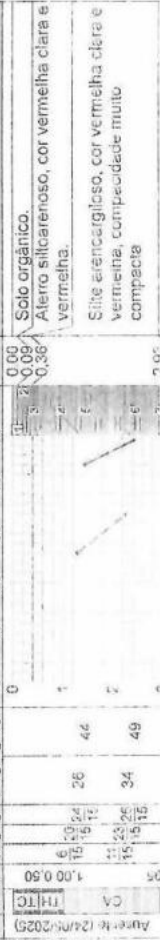
FRANCISCO HELTON
ALVO
25/05/2025
CPF: 030.110.110-00



RAM SONDAGEM E SERVIÇOS LTDA		0161/23
Sondagem de Reconhecimento a Percussão		SP-002
Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES		Página 1/1
Ref.: Lago Municipal		Data 24/05/2025
Local: Rua do Lago Municipal, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000		

Ø Amostrador	Ext. 50,8 mm	Altura de queda 75 cm	Cota da boca do furo: 1,00 m	Ensaio de Avanço por Circulação de Água
	Int. 34,9 mm	Peso 65 kgf	Revestimento 1-100	Início 10 min 20 min 30 min Término
Ø Revestimento	63,5 mm	Escala vertical Manual	Nível d'água	Avanço 2,93 m 2,0 cm 0,0 cm 0,0 cm 2,85 m

Perfuração CA-Cruidação d'Água TC-Trado Concha TH-Trado Helicoidal		Revestimento
Nº de Gótes		Resistência a Penetração x Profundidade
SPT	10 cm	10 20 30 40 50
Rev. / Perf. (m)	10 20 30 40 50	Prof. (m)

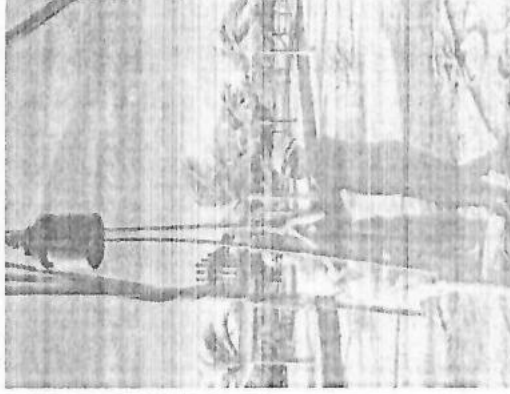


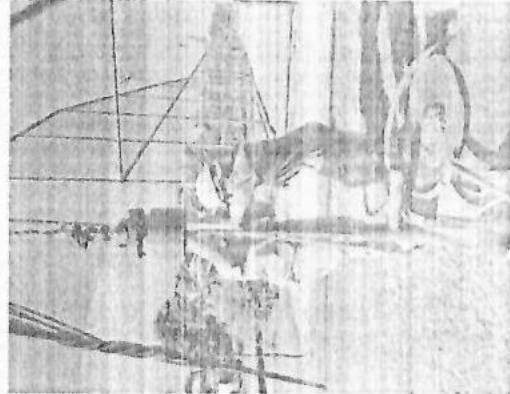
Obs: Percebi-se por injeção de água no tipo de lavagem (S 2,4,5 NER, 24/04/2020).

ANEXOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Rua do Lago Municipal, CENTRO, MERCEDES/PR, 85998-000
END: Rua Capitão Faria da Silva - 01023-11-20 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84020-900
CNPJ: 08.000.000/0001-00

 RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA.	REGISTRO FOTOGRAFICO		IDENTIF. FORMA Nº 01/02	SPT 01
	Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR Obra: SONDADEMA A PERCURSAÇÃO COMENSAÇÃO DE SPT. Local: Rua do Lago Municipal, Centro, Mercedes/PR LAGO MUNICIPAL			
 				
  				
EMPRESA:	DATA: 24/05/2025	DATA: 24/05/2025	TÉCNICO: Rafael M.	IDENTIFICADORA:
CUS		IDENTIFICADORA:		
IDENTIFICADORA:		IDENTIFICADORA:		

 RAM SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA.	REGISTRO FOTOGRAFICO		IDENTIF. FORMA Nº 02/02	SPT 02
	Cliente: PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES/PR Obra: SONDADEMA A PERCURSAÇÃO COMENSAÇÃO DE SPT. Local: Rua do Lago Municipal, Centro, Mercedes/PR LAGO MUNICIPAL			
 				
  				
EMPRESA:	DATA: 24/05/2025	DATA: 24/05/2025	TÉCNICO: Rafael M.	IDENTIFICADORA:
CUS		IDENTIFICADORA:		
IDENTIFICADORA:		IDENTIFICADORA:		



Autorização de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Art. de Obra ou Serviço
1720253270557

Substituição sem Cotas: 8 1720253270557

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional

GEOLOGO

Empresa Contratada R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

RNP 2013326504

Cidade: RJ-20142765ED

Registro/Voto 75665

2. Dados do Contrato

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 565

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Contrato nº 181/2023

Valor R\$ 1.055.92

Objeto da contratação: Pessoa Jurídica (Direto Público) Brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO LAGO MUNICIPAL, 00

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Data de Início: 24/02/2025

Data de Término: 24/02/2025

Contratado em 30/03/2023

4. Análise de Risco

5. Análise de Risco

6. Análise de Risco

7. Análise de Risco

8. Análise de Risco

9. Análise de Risco

10. Análise de Risco

11. Análise de Risco

12. Análise de Risco

13. Análise de Risco

14. Análise de Risco

15. Análise de Risco

16. Análise de Risco

17. Análise de Risco

18. Análise de Risco

19. Análise de Risco

20. Análise de Risco

21. Análise de Risco

22. Análise de Risco

23. Análise de Risco

24. Análise de Risco

25. Análise de Risco

26. Análise de Risco

27. Análise de Risco

28. Análise de Risco

29. Análise de Risco

30. Análise de Risco

31. Análise de Risco

32. Análise de Risco

33. Análise de Risco

34. Análise de Risco

35. Análise de Risco

36. Análise de Risco

37. Análise de Risco

38. Análise de Risco

39. Análise de Risco

40. Análise de Risco

41. Análise de Risco

42. Análise de Risco

43. Análise de Risco

44. Análise de Risco

45. Análise de Risco

46. Análise de Risco

47. Análise de Risco

48. Análise de Risco

49. Análise de Risco

50. Análise de Risco

51. Análise de Risco

52. Análise de Risco

53. Análise de Risco

1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional

GEOLOGO

Empresa Contratada R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

RNP 2013326504

Cidade: RJ-20142765ED

Registro/Voto 75665

2. Dados do Contrato

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 565

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Contrato nº 181/2023

Valor R\$ 1.055.92

Objeto da contratação: Pessoa Jurídica (Direto Público) Brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO LAGO MUNICIPAL, 00

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Data de Início: 24/02/2025

Data de Término: 24/02/2025

Contratado em 30/03/2023

4. Análise de Risco

5. Análise de Risco

6. Análise de Risco

7. Análise de Risco

8. Análise de Risco

9. Análise de Risco

10. Análise de Risco

11. Análise de Risco

12. Análise de Risco

13. Análise de Risco

14. Análise de Risco

15. Análise de Risco

16. Análise de Risco

17. Análise de Risco

18. Análise de Risco

19. Análise de Risco

20. Análise de Risco

21. Análise de Risco

22. Análise de Risco

23. Análise de Risco

24. Análise de Risco

25. Análise de Risco

26. Análise de Risco

27. Análise de Risco

28. Análise de Risco

29. Análise de Risco

30. Análise de Risco

31. Análise de Risco

32. Análise de Risco

33. Análise de Risco

34. Análise de Risco

35. Análise de Risco

36. Análise de Risco

37. Análise de Risco

38. Análise de Risco

39. Análise de Risco

40. Análise de Risco

41. Análise de Risco

42. Análise de Risco

43. Análise de Risco

44. Análise de Risco

45. Análise de Risco

46. Análise de Risco

47. Análise de Risco

48. Análise de Risco

49. Análise de Risco

50. Análise de Risco

51. Análise de Risco

52. Análise de Risco

53. Análise de Risco

1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional

GEOLOGO

Empresa Contratada R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

RNP 2013326504

Cidade: RJ-20142765ED

Registro/Voto 75665

2. Dados do Contrato

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 565

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Contrato nº 181/2023

Valor R\$ 1.055.92

Objeto da contratação: Pessoa Jurídica (Direto Público) Brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO LAGO MUNICIPAL, 00

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Data de Início: 24/02/2025

Data de Término: 24/02/2025

Contratado em 30/03/2023

4. Análise de Risco

5. Análise de Risco

6. Análise de Risco

7. Análise de Risco

8. Análise de Risco

9. Análise de Risco

10. Análise de Risco

11. Análise de Risco

12. Análise de Risco

13. Análise de Risco

14. Análise de Risco

15. Análise de Risco

16. Análise de Risco

17. Análise de Risco

18. Análise de Risco

19. Análise de Risco

20. Análise de Risco

21. Análise de Risco

22. Análise de Risco

23. Análise de Risco

24. Análise de Risco

25. Análise de Risco

26. Análise de Risco

27. Análise de Risco

28. Análise de Risco

29. Análise de Risco

30. Análise de Risco

31. Análise de Risco

32. Análise de Risco

33. Análise de Risco

34. Análise de Risco

35. Análise de Risco

36. Análise de Risco

37. Análise de Risco

38. Análise de Risco

39. Análise de Risco

40. Análise de Risco

41. Análise de Risco

42. Análise de Risco

43. Análise de Risco

44. Análise de Risco

45. Análise de Risco

46. Análise de Risco

47. Análise de Risco

48. Análise de Risco

49. Análise de Risco

50. Análise de Risco

51. Análise de Risco

52. Análise de Risco

53. Análise de Risco

1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional

GEOLOGO

Empresa Contratada R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME

RNP 2013326504

Cidade: RJ-20142765ED

Registro/Voto 75665

2. Dados do Contrato

Contratante PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 565

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Contrato nº 181/2023

Valor R\$ 1.055.92

Objeto da contratação: Pessoa Jurídica (Direto Público) Brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO LAGO MUNICIPAL, 00

CENTRO - MERCEDES/PR 85660-000

Data de Início: 24/02/2025

Data de Término: 24/02/2025

Contratado em 30/03/2023

4. Análise de Risco

5. Análise de Risco

6. Análise de Risco

7. Análise de Risco

8. Análise de Risco

9. Análise de Risco

10. Análise de Risco

11. Análise de Risco

12. Análise de Risco

13. Análise de Risco

14. Análise de Risco

15. Análise de Risco

16. Análise de Risco

17. Análise de Risco

18. Análise de Risco

19. Análise de Risco

20. Análise de Risco

21. Análise de Risco

22. Análise de Risco

23. Análise de Risco

24. Análise de Risco

25. Análise de Risco

26. Análise de Risco

27. Análise de Risco

28. Análise de Risco

29. Análise de Risco

30. Análise de Risco

31. Análise de Risco

32. Análise de Risco

33. Análise de Risco

34. Análise de Risco

35. Análise de Risco

36. Análise de Risco

37. Análise de Risco

38. Análise de Risco

39. Análise de Risco

40. Análise de Risco

41. Análise de Risco

42. Análise de Risco

43. Análise de Risco

44. Análise de Risco

45. Análise de Risco

46. Análise de Risco

47. Análise de Risco

48. Análise de Risco

49. Análise de Risco

50. Análise de Risco

51. Análise de Risco

52. Análise de Risco



1. Responsável Técnico

FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA

Título profissional:

GEOLOGO

Empresa Contratada: **R A M SONDAGENS E SERVIÇOS LTDA ME**

RNP: 2013326904

Carteira: RJ-201427006/D

Registro/Visto: 75665

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES**

RUA DR. OSWALDO CRUZ, 555

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Contrato: Contrato nº
161/2023

Celebrado em: 30/03/2023

Valor: R\$ 1.995,92

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

CNPJ: 95.719.373/0001-23

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DO LAGO MUNICIPAL, 00

CENTRO - MERCEDES/PR 85998-000

Data de Início: 24/05/2025

Previsão de término: 24/06/2025

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES**

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

[Execução de serviço técnico, Laudo] de *sondagem geotécnica a percussão*

Quantidade
5,33

Unidade
METRO

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO HEELTON ALVES SOUSA, registro Crea-PR RJ-201427596/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 09/06/2025 e hora 15h48.

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



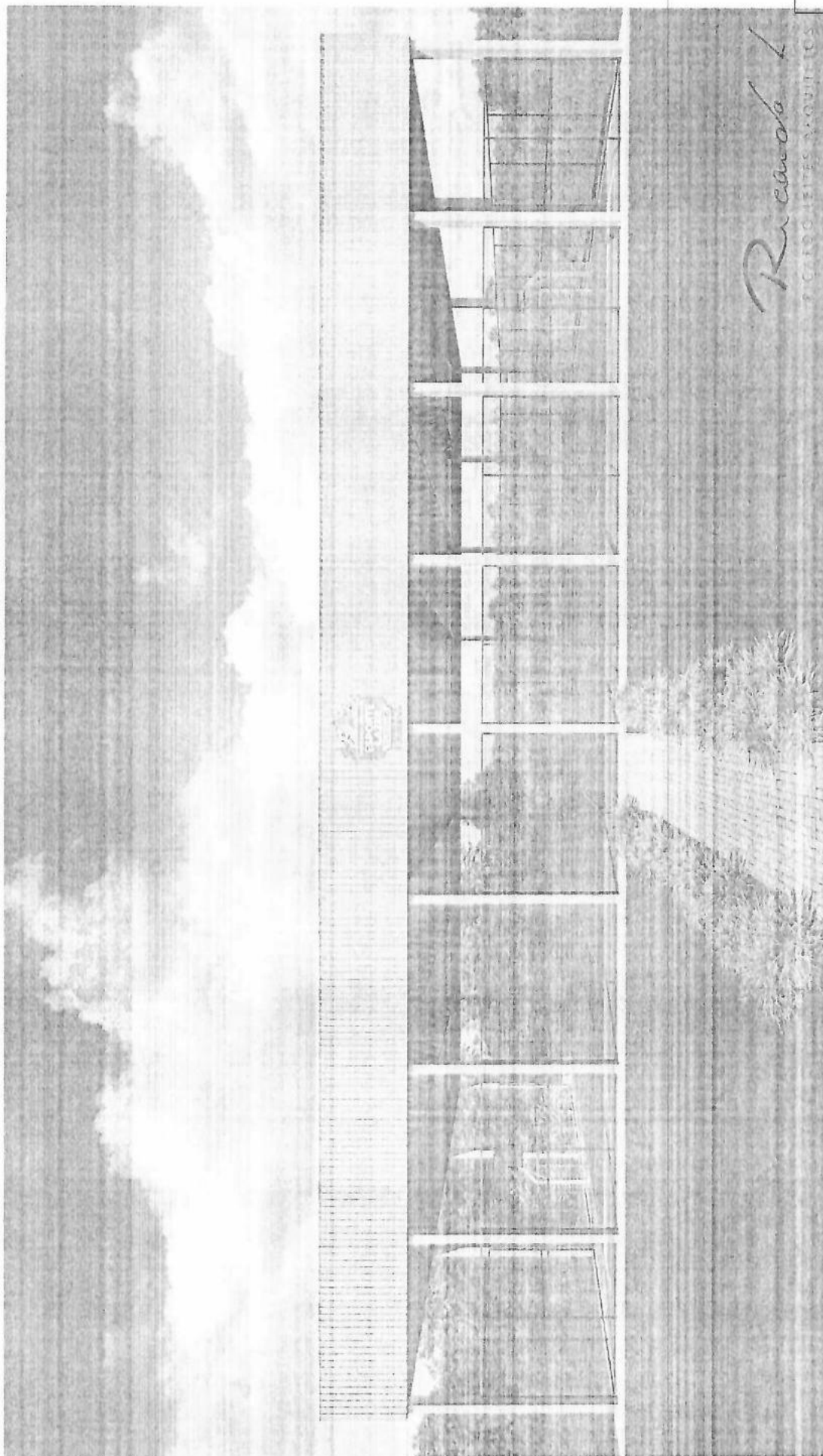
CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

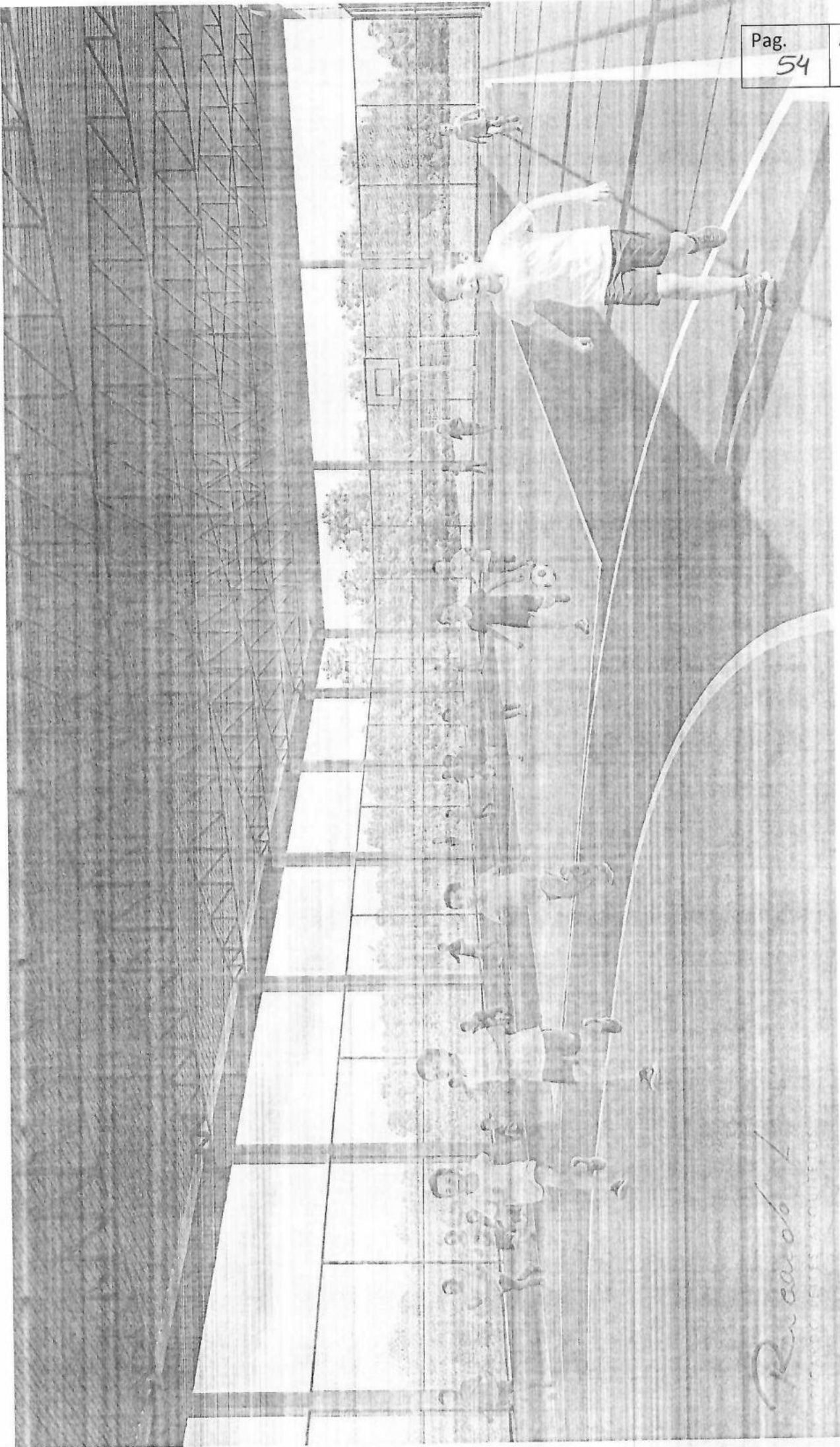
Registrada em : 09/06/2025

ART Use it





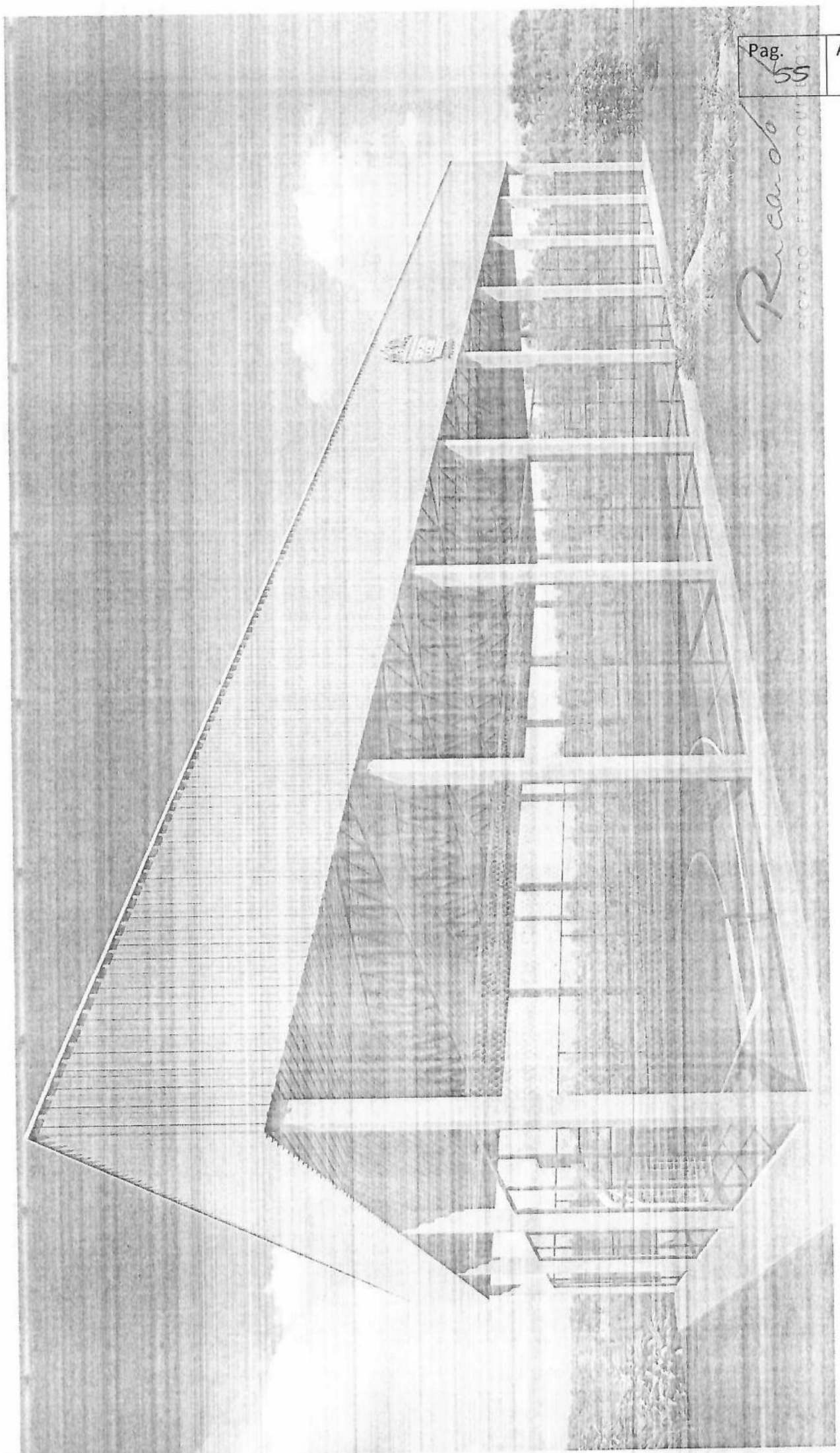
[Signature]

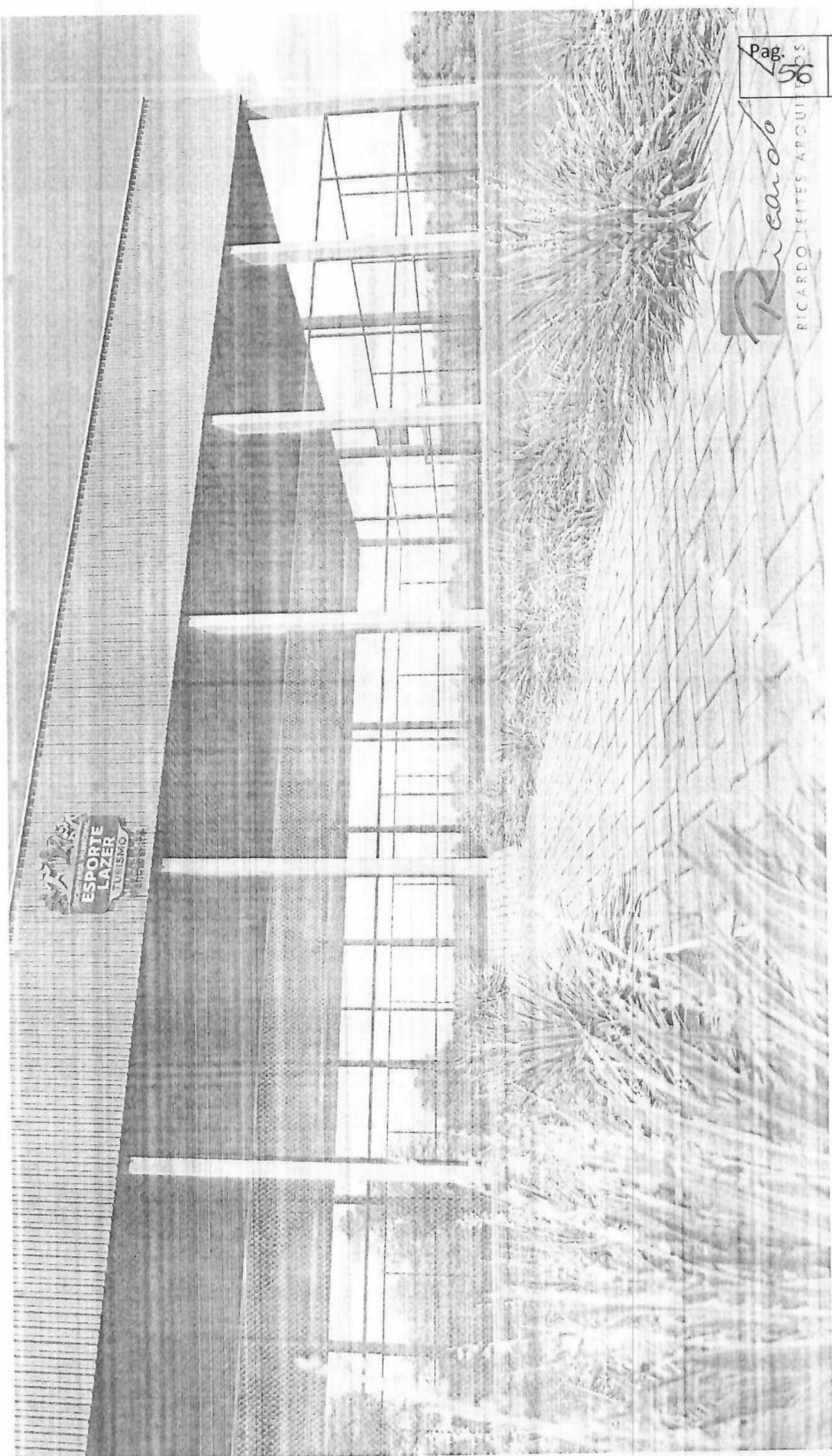


Recorrido 1

RECORRIDO 1

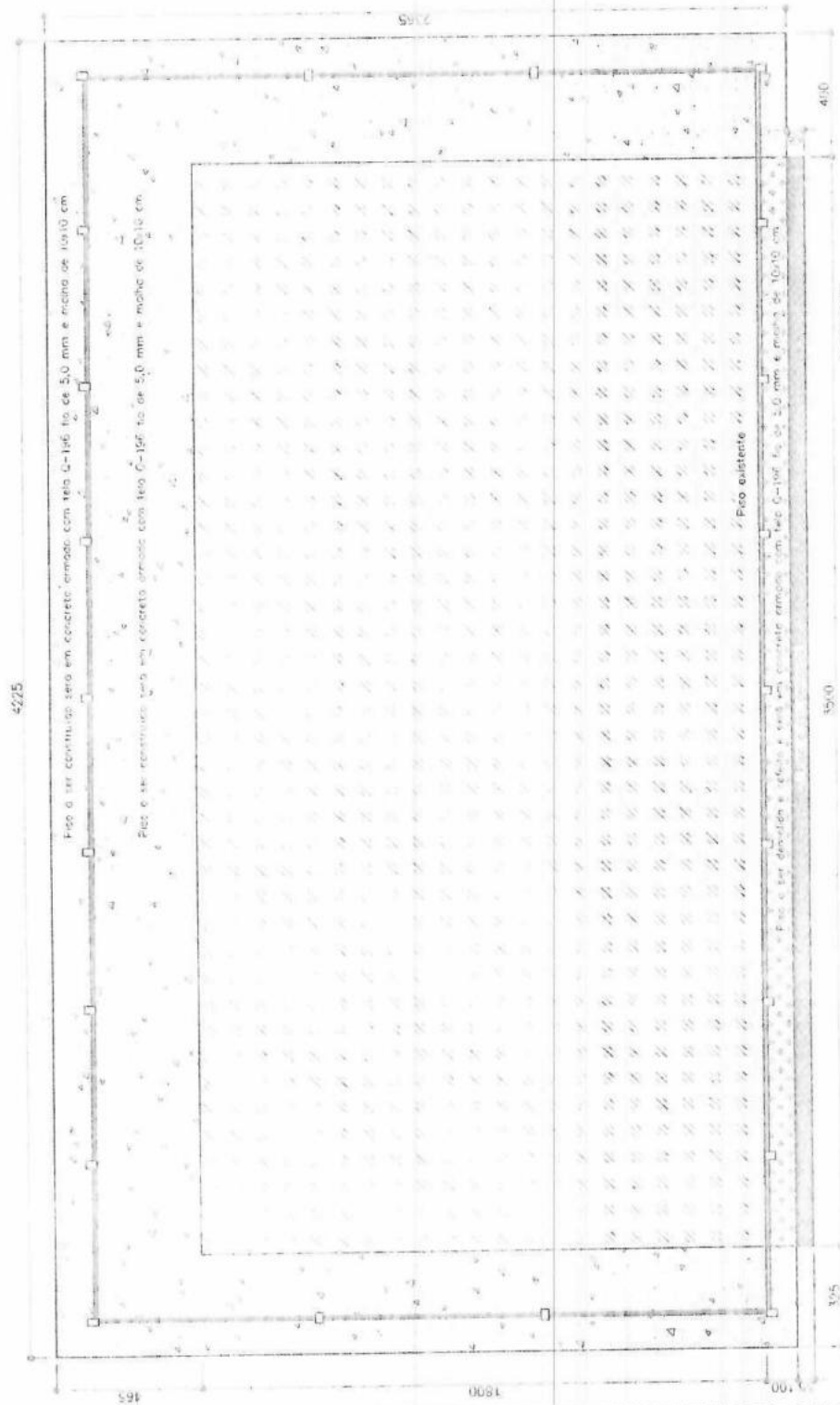
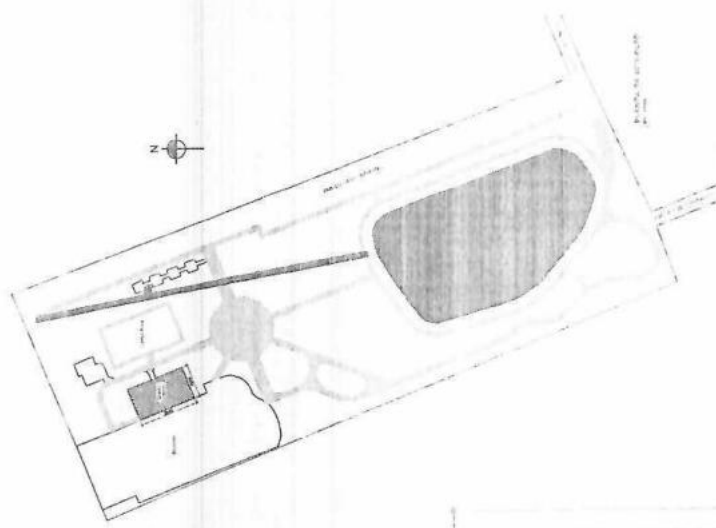
Ricardo
RICARDO LETERA APONTADO





 Ricardo

RICARDO LEITES AROQUIDES

[illegible]



1. Name of the firm 2. Address 3. City 4. State 5. Zip 6. Telephone 7. Fax 8. E-mail 9. Website 10. Other	
--	--

Ricardo L.

PROYECTO ARQUITETÓNICO

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

ENTRADA AL GOBIERNO DE LOS NEPÓCIS

Journal of Management Education 30(6)

TABLE 1

Summary of the Study

Study Design: A cross-sectional study was conducted among 1000 participants aged 18-65 years.

Data Collection: Data were collected through a series of questionnaires covering demographic information, lifestyle factors, and health status.

Analysis: Descriptive statistics were used to summarize the data. Logistic regression analysis was performed to identify risk factors associated with the outcome variable.

Results: The results showed that age, gender, and education level were significant predictors of the outcome variable. Higher levels of education were associated with lower odds of the outcome variable.

Conclusion: The findings suggest that educational attainment plays a role in the health outcomes studied. Further research is needed to explore the underlying mechanisms.

Limitations: The study has several limitations, including its cross-sectional design and potential recall bias. Future studies should consider longitudinal designs to better understand causal relationships.

Implications: These findings have implications for public health interventions aimed at improving health outcomes through educational programs.

[illegible][illegible]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

--

1000

24

U

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

10

—

ELEVACÃO FRONTAL

PASSEIO PÚBLICO EXISTENTE

GPADG

000000

03044446

CHURCH - NEW YORK 18 00 11

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)
2. *Chlorophyll b* (Chl *b*)
3. *Chlorophyll c* (Chl *c*)
4. *Chlorophyll d* (Chl *d*)
5. *Chlorophyll e* (Chl *e*)
6. *Chlorophyll f* (Chl *f*)
7. *Chlorophyll g* (Chl *g*)
8. *Chlorophyll h* (Chl *h*)
9. *Chlorophyll i* (Chl *i*)
10. *Chlorophyll j* (Chl *j*)
11. *Chlorophyll k* (Chl *k*)
12. *Chlorophyll l* (Chl *l*)
13. *Chlorophyll m* (Chl *m*)
14. *Chlorophyll n* (Chl *n*)
15. *Chlorophyll o* (Chl *o*)
16. *Chlorophyll p* (Chl *p*)
17. *Chlorophyll q* (Chl *q*)
18. *Chlorophyll r* (Chl *r*)
19. *Chlorophyll s* (Chl *s*)
20. *Chlorophyll t* (Chl *t*)
21. *Chlorophyll u* (Chl *u*)
22. *Chlorophyll v* (Chl *v*)
23. *Chlorophyll w* (Chl *w*)
24. *Chlorophyll x* (Chl *x*)
25. *Chlorophyll y* (Chl *y*)
26. *Chlorophyll z* (Chl *z*)
27. *Chlorophyll aa* (Chl *aa*)
28. *Chlorophyll ab* (Chl *ab*)
29. *Chlorophyll ac* (Chl *ac*)
30. *Chlorophyll ad* (Chl *ad*)
31. *Chlorophyll ae* (Chl *ae*)
32. *Chlorophyll af* (Chl *af*)
33. *Chlorophyll ag* (Chl *ag*)
34. *Chlorophyll ah* (Chl *ah*)
35. *Chlorophyll ai* (Chl *ai*)
36. *Chlorophyll aj* (Chl *aj*)
37. *Chlorophyll ak* (Chl *ak*)
38. *Chlorophyll al* (Chl *al*)
39. *Chlorophyll am* (Chl *am*)
40. *Chlorophyll an* (Chl *an*)
41. *Chlorophyll ao* (Chl *ao*)
42. *Chlorophyll ap* (Chl *ap*)
43. *Chlorophyll aq* (Chl *aq*)
44. *Chlorophyll ar* (Chl *ar*)
45. *Chlorophyll as* (Chl *as*)
46. *Chlorophyll at* (Chl *at*)
47. *Chlorophyll au* (Chl *au*)
48. *Chlorophyll av* (Chl *av*)
49. *Chlorophyll aw* (Chl *aw*)
50. *Chlorophyll ax* (Chl *ax*)
51. *Chlorophyll ay* (Chl *ay*)
52. *Chlorophyll az* (Chl *az*)
53. *Chlorophyll aza* (Chl *aza*)
54. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
55. *Chlorophyll aca* (Chl *aca*)
56. *Chlorophyll acb* (Chl *acb*)
57. *Chlorophyll acc* (Chl *acc*)
58. *Chlorophyll acd* (Chl *acd*)
59. *Chlorophyll ace* (Chl *ace*)
60. *Chlorophyll acf* (Chl *acf*)
61. *Chlorophyll acg* (Chl *acg*)
62. *Chlorophyll ach* (Chl *ach*)
63. *Chlorophyll aci* (Chl *aci*)
64. *Chlorophyll acj* (Chl *acj*)
65. *Chlorophyll ack* (Chl *ack*)
66. *Chlorophyll acl* (Chl *acl*)
67. *Chlorophyll acm* (Chl *acm*)
68. *Chlorophyll acn* (Chl *acn*)
69. *Chlorophyll aco* (Chl *aco*)
70. *Chlorophyll acp* (Chl *acp*)
71. *Chlorophyll aqa* (Chl *aqa*)
72. *Chlorophyll aqb* (Chl *aqb*)
73. *Chlorophyll aqc* (Chl *aqc*)
74. *Chlorophyll aqd* (Chl *aqd*)
75. *Chlorophyll aqe* (Chl *aqe*)
76. *Chlorophyll aqf* (Chl *aqf*)
77. *Chlorophyll aqg* (Chl *aqg*)
78. *Chlorophyll aqh* (Chl *aqh*)
79. *Chlorophyll aqi* (Chl *aqi*)
80. *Chlorophyll aqj* (Chl *aqj*)
81. *Chlorophyll aqk* (Chl *aqk*)
82. *Chlorophyll aql* (Chl *aql*)
83. *Chlorophyll aqm* (Chl *aqm*)
84. *Chlorophyll aqn* (Chl *aqn*)
85. *Chlorophyll aqo* (Chl *aqo*)
86. *Chlorophyll aqp* (Chl *aqp*)
87. *Chlorophyll aqa* (Chl *aqa*)
88. *Chlorophyll aqb* (Chl *aqb*)
89. *Chlorophyll aqc* (Chl *aqc*)
90. *Chlorophyll aqd* (Chl *aqd*)
91. *Chlorophyll aqe* (Chl *aqe*)
92. *Chlorophyll aqf* (Chl *aqf*)
93. *Chlorophyll aqg* (Chl *aqg*)
94. *Chlorophyll aqh* (Chl *aqh*)
95. *Chlorophyll aqi* (Chl *aqi*)
96. *Chlorophyll aqj* (Chl *aqj*)
97. *Chlorophyll aqk* (Chl *aqk*)
98. *Chlorophyll aql* (Chl *aql*)
99. *Chlorophyll aqm* (Chl *aqm*)
100. *Chlorophyll aqn* (Chl *aqn*)
101. *Chlorophyll aqo* (Chl *aqo*)
102. *Chlorophyll aqp* (Chl *aqp*)
103. *Chlorophyll aqa* (Chl *aqa*)
104. *Chlorophyll aqb* (Chl *aqb*)
105. *Chlorophyll aqc* (Chl *aqc*)
106. *Chlorophyll aqd* (Chl *aqd*)
107. *Chlorophyll aqe* (Chl *aqe*)
108. *Chlorophyll aqf* (Chl *aqf*)
109. *Chlorophyll aqg* (Chl *aqg*)
110. *Chlorophyll aqh* (Chl *aqh*)
111. *Chlorophyll aqi* (Chl *aqi*)
112. *Chlorophyll aqj* (Chl *aqj*)
113. *Chlorophyll aqk* (Chl *aqk*)
114. *Chlorophyll aql* (Chl *aql*)
115. *Chlorophyll aqm* (Chl *aqm*)
116. *Chlorophyll aqn* (Chl *aqn*)
117. *Chlorophyll aqo* (Chl *aqo*)
118. *Chlorophyll aqp* (Chl *aqp*)
119. *Chlorophyll aqa* (Chl *aqa*)
120. *Chlorophyll aqb* (Chl *aqb*)
121. *Chlorophyll aqc* (Chl *aqc*)
122. *Chlorophyll aqd* (Chl *aqd*)
123. *Chlorophyll aqe* (Chl *aqe*)
124. *Chlorophyll aqf* (Chl *aqf*)
125. *Chlorophyll aqg* (Chl *aqg*)
126. *Chlorophyll aqh* (Chl *aqh*)
127. *Chlorophyll aqi* (Chl *aqi*)
128. *Chlorophyll aqj* (Chl *aqj*)
129. *Chlorophyll aqk* (Chl *aqk*)
130. *Chlorophyll aql* (Chl *aql*)
131. *Chlorophyll aqm* (Chl *aqm*)
132. *Chlorophyll aqn* (Chl *aqn*)
133. *Chlorophyll aqo* (Chl *aqo*)
134. *Chlorophyll aqp* (Chl *aqp*)
135. *Chlorophyll aqa* (Chl *aqa*)
136. *Chlorophyll aqb* (Chl *aqb*)
137. *Chlorophyll aqc* (Chl *aqc*)
138. *Chlorophyll aqd* (Chl *aqd*)
139. *Chlorophyll aqe* (Chl *aqe*)
140. *Chlorophyll aqf* (Chl *aqf*)
141. *Chlorophyll aqg* (Chl *aqg*)
142. *Chlorophyll aqh* (Chl *aqh*)
143. *Chlorophyll aqi* (Chl *aqi*)
144. *Chlorophyll aqj* (Chl *aqj*)
145. *Chlorophyll aqk* (

- ☐ Eine der folgenden Figuren
- ☐ Eine Mischung aus einem oder mehreren
- ☐ Eine Mischung der beiden folgenden
- ☐ Eine Mischung der beiden folgenden

[illegible]

1

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO ARQUITETÔNICO DA QUADRA
COBERTA - LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES**

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer os critérios técnicos e as diretrizes gerais para a execução do projeto estrutural da cobertura de quadra esportiva existente, a ser implantada no Lago Municipal de Mercedes, no município de Mercedes - PR.

2. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

O local da obra deverá ser liberado em comum acordo com a Prefeitura Municipal.

As placas na obra deverão obedecer aos padrões adotados pela Prefeitura Municipal conforme detalhes a serem fornecidos.

A locação será executada com instrumentos de acordo com a Planta de Localização da Unidade. A Contratada procederá à aferição das dimensões, alinhamentos, ângulos e quaisquer outras indicações de projeto. Havendo discrepâncias entre as reais condições existentes no local e os elementos de projeto, a ocorrência será objeto de comunicação, por escrito, à Comissão de Fiscalização, a quem competirá deliberar a respeito.

A Contratada deverá manter no canteiro de obra um jogo de cópias dos projetos, RRT's e ART's.

3. DEMOLIÇÕES

As demolições do piso em concreto para qualquer tipo de bloco, de forma mecanizada, sem reaproveitamento. Deverá seguir conforme os indicativos no projeto de demolições. Deverá ser tomadas medidas adequadas para proteção contra danos aos operários, aos transeuntes e observadas as prescrições na NR 18.

Os procedimentos para execução deverão demolir as alvenarias ou pisos de concreto apontadas no projeto, carregar, transportar e descarregar o entulho em local apropriado. Objetos pesados ou volumosos devem ser removidos mediante o emprego de dispositivos mecânicos, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.

A demolição e remoção do piso de concreto existente e será composto pelo fornecimento de material e mão-de-obra para a execução dos seguintes serviços: desmonte, demolição e fragmentação de piso em concreto, incluindo sub-bases ou lastros, carga mecanizada, transporte com caminhão até um quilômetro, descarregamento e acomodação dos entulhos em bola-fora. O item será medido pela área aferida no local, antes da demolição do piso (m²).

4. MOVIMENTO DE TERRA

A Contratada deverá providenciar a limpeza e a regularização do terreno, de forma tal que não resultem déritos ou outros tipos de materiais.

Os trabalhos de escavação e aterro (quando houver) devem ser conduzidos e executados com cautela e segurança, indispensáveis à preservação das propriedades vizinhas. Todos os danos que porventura venham a ocorrer aos vizinhos, decorrentes da execução da obra, serão de responsabilidade da Construtora.

No caso de aterros, devem ser executados em camadas de no máximo de 20 cm e executar a sua compactação.

Não serão admitidas trincas ou rachaduras na estrutura, paredes ou pisos, que a fiscalização condicione como ocasionados por adensamento ou recalques no terreno de fundação, correndo por conta do Construtor quaisquer prejuízos procedentes das fundações.

As áreas externas à obra deverão sempre estar limpas, de forma a permitir fácil acesso e um perfeito escoamento das águas superficiais.

5. ALVENARIAS

As alvenarias deverão apresentar prumo e alinhamento perfeitos, com fiadas niveladas, sendo que a espessura das juntas não deverá ser superior a 1,5cm.

Os tijolos a serem aplicados terão as dimensões de 11,5x19x19cm, devendo ser assentados em uma vez com argamassa mista de cimento, cal e areia.

6. COBERTURAS

A cobertura será feita com estrutura metálica conforme descrito no projeto específico. Compõe-se por telhas e tramo com inclinação de 15°.

O fechamento será com telhas metálicas do tipo galvalume pré-pintada na cor branca com espessura de 0,50 mm com núcleo de isolamento termoaústico com espessura de 50 mm em espuma rígida de Polisocianurato (PIR) injetado a telha inferior pré-pintada na cor branca com espessura de 0,50 mm.

Os rufos serão instalados nos encontros da cobertura com as paredes e usando chapas número 26 com corte de 33 cm. Para a fixação das peças na parede poderá ser utilizados parafusos. Nas emendas de rufos serão com rebites de alumínio vazado de repuxo. Para as emendas e encontro com as paredes deverão ser calafetados para evitar a passagem de água para dentro da cobertura.

As calhas deverão apresentar uma inclinação suficiente para drenagem completa de toda a água, não sendo admitido acúmulo de água dentro dela após a ocorrência das chuvas. As calhas serão metálicas em chapas de aço galvanizado número 24 com desenvolvimento de 50 cm.

Os chapins serão instalados no topo de todas as platibandas para evitar a infiltração de água nas paredes. Serão em chapas de aço galvanizado número 26 com corte de 33 cm. Suas juntas serão calafetadas com selante elástico a base de poliuretano (PU).

O fechamento das laterais será executado com telhas metálicas trapezoidais TP40, com as seguintes características:

Perfil: TP40 (altura de onda 40 mm).

Material: aço galvanizado ou galvalume, conforme projeto.

Espessura nominal: 0,50 mm.

Largura útil: conforme especificação do fabricante.

Acabamento: galvanizado ou pré-pintado (a depender do projeto).

Fixação: parafusos autobrochantes com vedação (arruelas de neoprene).

Transpassos: longitudinal e transversal conforme recomendação do fabricante, garantindo estanqueidade.

Altura de instalação: cobrindo integralmente as áreas laterais previstas, do nível da cobertura até a altura definida em projeto.

As estruturas da cobertura seguirão as especificações conforme projeto específico da estrutura metálica da cobertura.

7. PILARES EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO

Os pilares em concreto pré-moldado seguirão as especificações do projeto estrutural específico.

8. ALAMBRADO DE FECHAMENTO LATERAL

As laterais da quadra serão fechadas com um alambado com 4,05 metros de altura com quadros em perfis de aço galvanizado, sendo os perfis verticais de 2" e espessura de 3,65 mm e os perfis horizontais de 1 1/2" com espessura de 3,25 mm.

A tela de fechamento com malha quadrada de 50x50mm e fio 12 BWG. Lembrando que no projeto arquitetônico apresenta um afastamento do chão de 5 cm.

Os portões seguem o padrão do fechamento das laterais com dimensão de 1,2 x 2,02 metros com os perfis iguais do alambado e fechamento com tela de 50x50mm.

Em cada montante vertical do alambado, será necessário a execução de uma broca de concreto com 20 cm de diâmetro e 50 cm de profundidade.

9. CORRIMÃO E GUARDA-CORPO

Na escada de acesso a quadra apresenta um guarda corpo com corrimão em aço com pintura, seguindo a NBR 9077.

10. REVESTIMENTO DE PAREDES

a. CHAPISCO

Toda a alvenaria que irão receber algum tipo de revestimento deverão ser chapiscada depois do conveniente limpa e umedecida. O chapisco será executado com argamassa de cimento e areia peneirada, com traço de 1:3 e ter espessura máxima de 5 mm. Serão chapiscadas também todas as superfícies lisas de concreto, como tipo montantes, vergas e outros elementos da estrutura que ficarão em contato com a alvenaria, inclusive fundo de vigas.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

b. EMBOÇO E MASSA ÚNICA

O emboço será executado com argamassa de cimento, cal e areia peneirada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de 20mm. O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. De início, serão executadas as guias, faixas verticais de argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência.

As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extensões superior e inferior da parede por meio de buíolos de argamassa, com auxílio de fio de prumo. Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, deverá-se proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e áperos, para facilitar a aderência do reboco.

Serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

11. REVESTIMENTO DE PISOS

Os pisos deverão ser executados primeiramente sob um lastro de brita 5 cm e após com um piso em concreto armado com 8 cm de espessura com aditivo impermeabilizante, sendo o mesmo polido conforme orçamento e após feitos os cortes de dilatação com módulos com dimensões de no máximo 2,0 x 2,0 m, sendo necessário o cuidado extremo a dilatação juntos aos pilares pré-moldados.

12. ENTREGA DA OBRA

Para a entrega e recebimento provisório, deverão ser retirados da área da obra, todos os triflutos e sobra de materiais, deixando o prédio completamente livre e desimpedido.

A limpeza deverá ser feita com materiais apropriados para não manchar ou machucar qualquer piso, estrutura metálica ou qualquer material da obra.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

[illegible]

[illegible]

RICARDO LEITE ARQUITETOS

[illegible]

PROJETO ELÉTRICO

1983

Signature _____

PLANTAS E COLABORADORES

APPENDIX

PROFESSOR OF LAW + LITIGATION, S. E. LEE COLLEGE

1. **THEORY**
 2. **CONCEPTS**
 3. **DEFINITIONS**
 4. **CHARACTERISTICS**
 5. **FUNCTIONS**
 6. **IMPORTANCE**
 7. **SCOPE**
 8. **RELEVANCE**
 9. **APPLICATIONS**
 10. **CONCLUSIONS**
 11. **REFERENCES**
 12. **APPENDICES**
 13. **INDEX**
 14. **GLOSSARY**
 15. **ACKNOWLEDGEMENTS**
 16. **NOTES**
 17. **FOOTNOTES**
 18. **BIBLIOGRAPHY**
 19. **LIST OF FIGURES**
 20. **LIST OF TABLES**
 21. **LIST OF EQUATIONS**
 22. **LIST OF SYMBOLS**
 23. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 24. **LIST OF REFERENCES**
 25. **LIST OF APPENDICES**
 26. **LIST OF INDEXES**
 27. **LIST OF GLOSSARIES**
 28. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 29. **LIST OF NOTES**
 30. **LIST OF FOOTNOTES**
 31. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 32. **LIST OF FIGURES**
 33. **LIST OF TABLES**
 34. **LIST OF EQUATIONS**
 35. **LIST OF SYMBOLS**
 36. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 37. **LIST OF REFERENCES**
 38. **LIST OF APPENDICES**
 39. **LIST OF INDEXES**
 40. **LIST OF GLOSSARIES**
 41. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 42. **LIST OF NOTES**
 43. **LIST OF FOOTNOTES**
 44. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 45. **LIST OF FIGURES**
 46. **LIST OF TABLES**
 47. **LIST OF EQUATIONS**
 48. **LIST OF SYMBOLS**
 49. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 50. **LIST OF REFERENCES**
 51. **LIST OF APPENDICES**
 52. **LIST OF INDEXES**
 53. **LIST OF GLOSSARIES**
 54. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 55. **LIST OF NOTES**
 56. **LIST OF FOOTNOTES**
 57. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 58. **LIST OF FIGURES**
 59. **LIST OF TABLES**
 60. **LIST OF EQUATIONS**
 61. **LIST OF SYMBOLS**
 62. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 63. **LIST OF REFERENCES**
 64. **LIST OF APPENDICES**
 65. **LIST OF INDEXES**
 66. **LIST OF GLOSSARIES**
 67. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 68. **LIST OF NOTES**
 69. **LIST OF FOOTNOTES**
 70. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 71. **LIST OF FIGURES**
 72. **LIST OF TABLES**
 73. **LIST OF EQUATIONS**
 74. **LIST OF SYMBOLS**
 75. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 76. **LIST OF REFERENCES**
 77. **LIST OF APPENDICES**
 78. **LIST OF INDEXES**
 79. **LIST OF GLOSSARIES**
 80. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 81. **LIST OF NOTES**
 82. **LIST OF FOOTNOTES**
 83. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 84. **LIST OF FIGURES**
 85. **LIST OF TABLES**
 86. **LIST OF EQUATIONS**
 87. **LIST OF SYMBOLS**
 88. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 89. **LIST OF REFERENCES**
 90. **LIST OF APPENDICES**
 91. **LIST OF INDEXES**
 92. **LIST OF GLOSSARIES**
 93. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 94. **LIST OF NOTES**
 95. **LIST OF FOOTNOTES**
 96. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 97. **LIST OF FIGURES**
 98. **LIST OF TABLES**
 99. **LIST OF EQUATIONS**
 100. **LIST OF SYMBOLS**
 101. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 102. **LIST OF REFERENCES**
 103. **LIST OF APPENDICES**
 104. **LIST OF INDEXES**
 105. **LIST OF GLOSSARIES**
 106. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 107. **LIST OF NOTES**
 108. **LIST OF FOOTNOTES**
 109. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 110. **LIST OF FIGURES**
 111. **LIST OF TABLES**
 112. **LIST OF EQUATIONS**
 113. **LIST OF SYMBOLS**
 114. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 115. **LIST OF REFERENCES**
 116. **LIST OF APPENDICES**
 117. **LIST OF INDEXES**
 118. **LIST OF GLOSSARIES**
 119. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 120. **LIST OF NOTES**
 121. **LIST OF FOOTNOTES**
 122. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 123. **LIST OF FIGURES**
 124. **LIST OF TABLES**
 125. **LIST OF EQUATIONS**
 126. **LIST OF SYMBOLS**
 127. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 128. **LIST OF REFERENCES**
 129. **LIST OF APPENDICES**
 130. **LIST OF INDEXES**
 131. **LIST OF GLOSSARIES**
 132. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 133. **LIST OF NOTES**
 134. **LIST OF FOOTNOTES**
 135. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 136. **LIST OF FIGURES**
 137. **LIST OF TABLES**
 138. **LIST OF EQUATIONS**
 139. **LIST OF SYMBOLS**
 140. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 141. **LIST OF REFERENCES**
 142. **LIST OF APPENDICES**
 143. **LIST OF INDEXES**
 144. **LIST OF GLOSSARIES**
 145. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 146. **LIST OF NOTES**
 147. **LIST OF FOOTNOTES**
 148. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 149. **LIST OF FIGURES**
 150. **LIST OF TABLES**
 151. **LIST OF EQUATIONS**
 152. **LIST OF SYMBOLS**
 153. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 154. **LIST OF REFERENCES**
 155. **LIST OF APPENDICES**
 156. **LIST OF INDEXES**
 157. **LIST OF GLOSSARIES**
 158. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 159. **LIST OF NOTES**
 160. **LIST OF FOOTNOTES**
 161. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 162. **LIST OF FIGURES**
 163. **LIST OF TABLES**
 164. **LIST OF EQUATIONS**
 165. **LIST OF SYMBOLS**
 166. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 167. **LIST OF REFERENCES**
 168. **LIST OF APPENDICES**
 169. **LIST OF INDEXES**
 170. **LIST OF GLOSSARIES**
 171. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 172. **LIST OF NOTES**
 173. **LIST OF FOOTNOTES**
 174. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 175. **LIST OF FIGURES**
 176. **LIST OF TABLES**
 177. **LIST OF EQUATIONS**
 178. **LIST OF SYMBOLS**
 179. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 180. **LIST OF REFERENCES**
 181. **LIST OF APPENDICES**
 182. **LIST OF INDEXES**
 183. **LIST OF GLOSSARIES**
 184. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 185. **LIST OF NOTES**
 186. **LIST OF FOOTNOTES**
 187. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 188. **LIST OF FIGURES**
 189. **LIST OF TABLES**
 190. **LIST OF EQUATIONS**
 191. **LIST OF SYMBOLS**
 192. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 193. **LIST OF REFERENCES**
 194. **LIST OF APPENDICES**
 195. **LIST OF INDEXES**
 196. **LIST OF GLOSSARIES**
 197. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 198. **LIST OF NOTES**
 199. **LIST OF FOOTNOTES**
 200. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 201. **LIST OF FIGURES**
 202. **LIST OF TABLES**
 203. **LIST OF EQUATIONS**
 204. **LIST OF SYMBOLS**
 205. **LIST OF ABBREVIATIONS**
 206. **LIST OF REFERENCES**
 207. **LIST OF APPENDICES**
 208. **LIST OF INDEXES**
 209. **LIST OF GLOSSARIES**
 210. **LIST OF ACKNOWLEDGEMENTS**
 211. **LIST OF NOTES**
 212. **LIST OF FOOTNOTES**
 213. **LIST OF BIBLIOGRAPHY**
 214. **LIST OF FIGURES**
 215. **LIST**

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 101–108

EXERCÍCIO

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

Journal of Management Education 35(10) 1039-1050
© 2011 Sage Publications
10.1177/0022032111419078

1

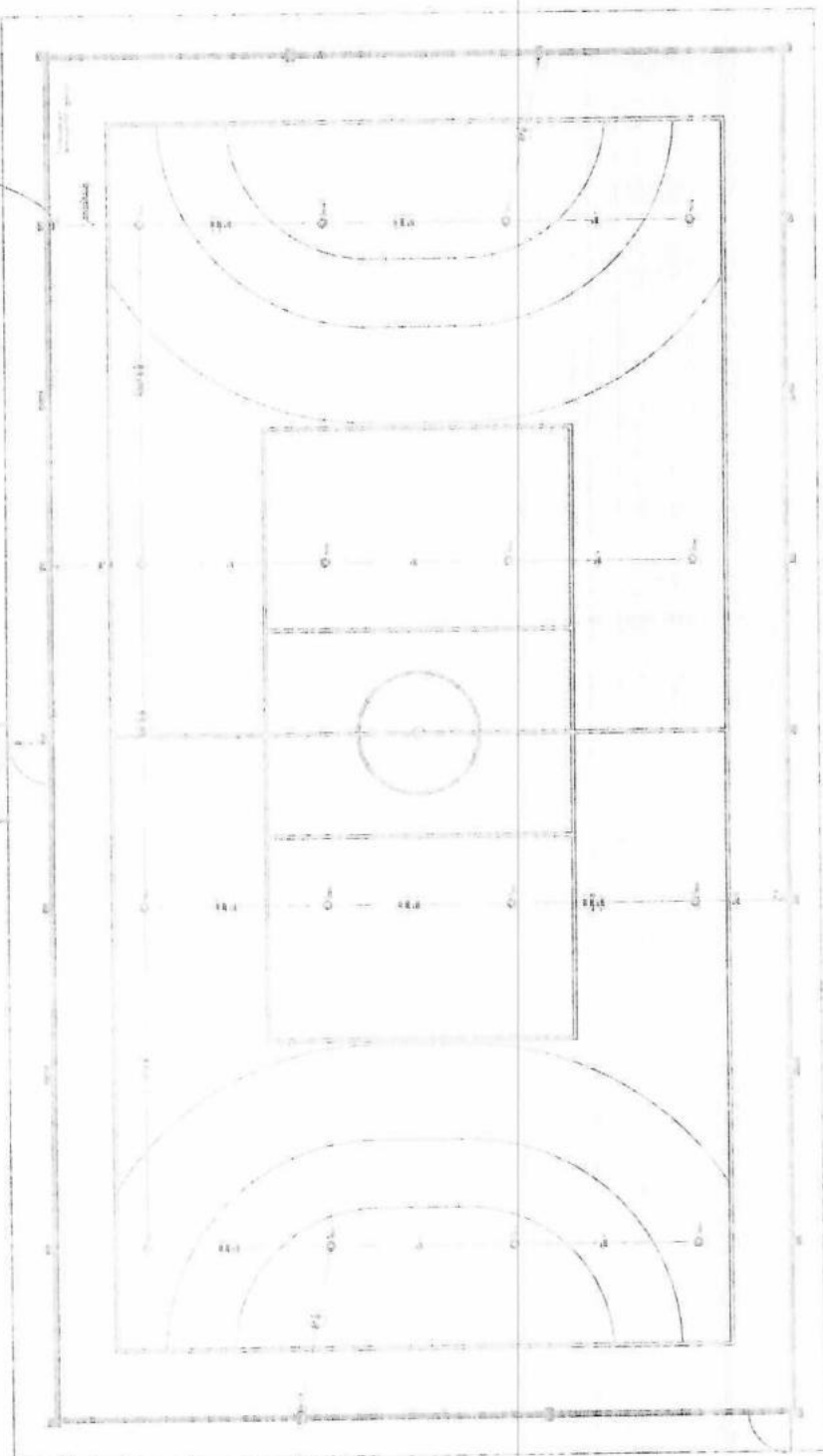
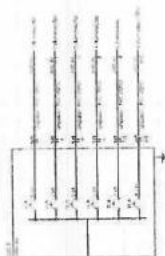
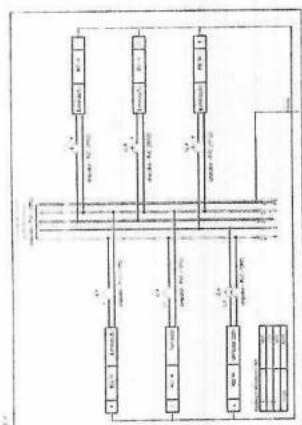
Polymer Bulletin

1

1000

Pag. 6

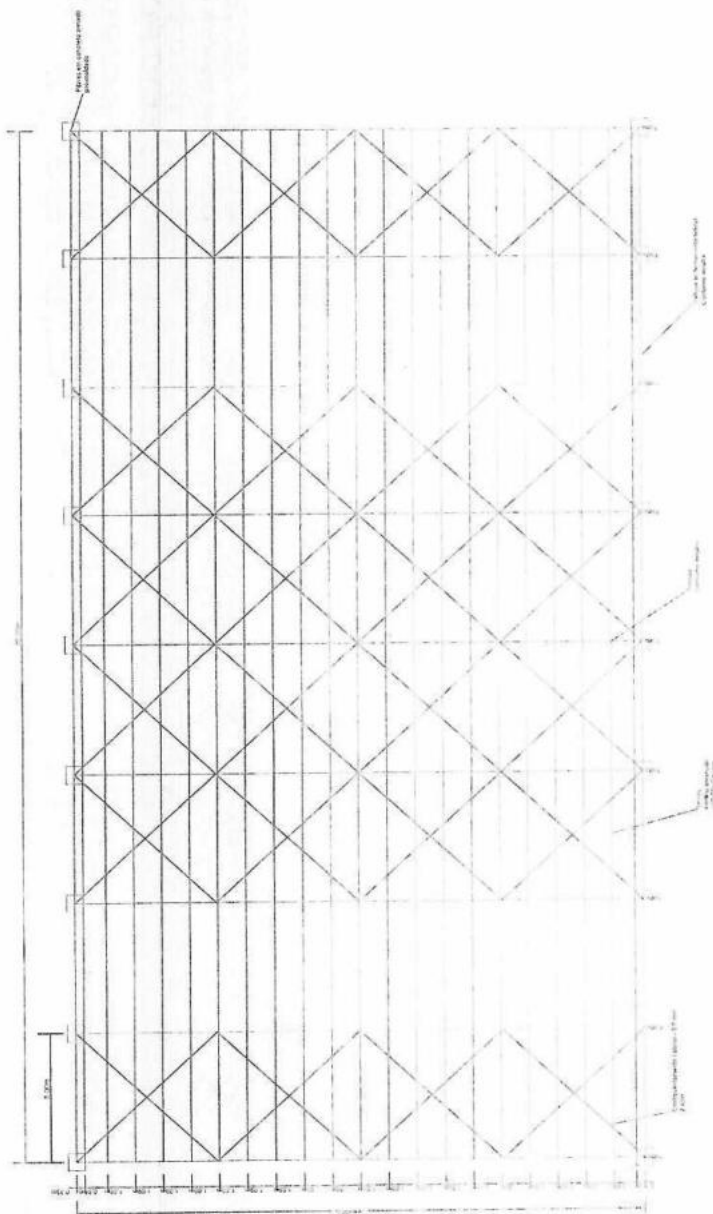
Assy



CARTER: 788.332.9827@alaska.gov



1. The first step is to identify the problem. In this case, the problem is that the system is not working properly. The user has reported that the system is not working properly, and the user has provided some information about the problem. The first step is to identify the problem.



FECA	TEMP. AMBIENTE	TEMP. ESCALA	CTCL	PUO	PESO TOTAL
13-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-2-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
9-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
10-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
11-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
12-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
13-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-3-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
9-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
10-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
11-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
12-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
13-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-4-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
9-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
10-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
11-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
12-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
13-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-5-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
9-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
10-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
11-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
12-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
13-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-6-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
9-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
10-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
11-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
12-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
13-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
14-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
15-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
16-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
17-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
18-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
19-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
20-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
21-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
22-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
23-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
24-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
25-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
26-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
27-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
28-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
29-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
30-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
31-7-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
1-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
2-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
3-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
4-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
5-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
6-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
7-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00
8-8-60	22	20,5	0,00	0,00	0,00

Relação dos Perfis Metálicos - Fechamento lateral

FECHA	FEEL	TEMPERATURA	CTOTAL	FSO	FSO TOTAL
	(mm)	(mm)	(m)	(kg/m)	(kg)
20/03/2015	2	2.65	-250.00	3.22	8.6
21/03/2015	2	2.65	-250.00	3.22	8.6
DIAGNOSTIC	U	920.30	±0.5	739.20	±0.5
					2073.25



DOI: 10.1002/for

Ricardo L.
RICARDO LITES ARQUITECTOS

1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2

PROJETO ESTRUTURAL

THESE

ADDITIO.
BY ANITA FRYATON

ABSTRACT

OLAF JONSSON
SINGAPORE LUTHERAN CHURCH

1000

RECEIVED 22 SEPTEMBER 1997

STRENGTHS

PLATE NO.	01/01
DATE	01/01
TIME	01/01
LOCATION	01/01
REMARKS	01/01

Pag. 65

Ass

MEMORIAL DESCRITIVO DE PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL COBERTURA DE QUADRA – LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES - PR

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos e os procedimentos executivos referentes ao sistema de drenagem pluvial da quadra da quadra esportiva existente, localizada no Lago Municipal de Mercedes, no município de Mercedes – PR.

Este documento integra o Projeto de Drenagem Pluvial, devendo ser rigorosamente seguido pela empresa contratada, em conjunto com os desenhos e detalhes construtivos e demais projetos.

Não serão permitidas alterações de traçado, diâmetros, materiais ou soluções técnicas sem prévia e expressa autorização da fiscalização e do responsável técnico pelo projeto.

2. NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

O sistema de drenagem pluvial deverá ser executado em conformidade com as seguintes normas técnicas, sem prejuízo de outras aplicáveis:

- ABNT NBR 10544 – Instalações Prediais de Águas Pluviais;
- ABNT NBR 5628 – Sistemas prediais de água pluvial – Tubos e conexões de PVC;
- Demais normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM

O sistema de drenagem pluvial foi projetado para coletar e conduzir adequadamente as águas provenientes da cobertura da quadra esportiva,

direcionando-as para a rede pluvial existente no local, evitando acúmulo de água, infiltrações e erosões.

O sistema é composto por:

- Calhas metálicas instaladas ao longo das duas laterais da cobertura;
- Descidas pluviais em tubos de PVC;
- Tubulações enterradas;
- Caixas de passagem e de ligação;
- Conexão com a rede pluvial existente do Lago Municipal.

4. CALHAS E DESCIDAS PLUVIAIS

Serão instaladas calhas ao longo das duas laterais da cobertura, uma na lateral leste e outra na lateral oeste, conforme indicado em projeto. As calhas serão em chapa de aço galvanizado com dimensões conforme projeto.

Cada calha contará com duas descidas pluviais, totalizando quatro descidas, executadas em tubo de PVC, posicionadas junto aos pilares da estrutura conforme detalhamento em planta.

As descidas deverão ser devidamente fixadas à estrutura, garantindo alinhamento, estanqueidade e adequada capacidade de escoamento.

Ao atingir o nível do solo, as descidas pluviais serão conduzidas de forma enterrada, conforme traçado definido no projeto executivo.

5. TUBULAÇÕES E CAIXAS DE PASSAGEM

As descidas pluviais da lateral leste da cobertura serão interligadas por tubulação enterrada em PVC Ø150 mm, com declividade mínima de 1%, conduzindo as águas pluviais até uma caixa de passagem existente, conforme indicado em projeto.

no local.

A partir desta caixa, o escoamento será realizado pela rede pluvial existente

Já as descidas pluviais da lateral oeste da cobertura serão interligadas por tubulação enterrada em PVC Ø150 mm, com declividade mínima de 1%, conduzindo

as águas pluviais até uma caixa de passagem a ser executada, conforme detalhamento construtivo apresentado em projeto.

A partir desta nova caixa de passagem, o sistema seguirá por meio de tubo de concreto simples Ø300 mm, também com declividade mínima de 1%, até a caixa de ligação existente.

A partir da caixa de ligação existente, as águas pluviais serão conduzidas pela rede de drenagem pluvial existente no local

6. DISPOSIÇÕES EXECUTIVAS

As tubulações montadas deverão ser assentadas sobre base regularizada, garantindo a declividade indicada em projeto e evitando recalques futuros.

As caixas de passagem e de ligação deverão ser executadas conforme os detalhes construtivos apresentados, com dimensões, materiais e acabamentos especificados, garantindo fácil acesso para inspeção e manutenção.

As grelhas metálicas das caixas deverão ser firmemente fixadas e dimensionadas para suportar as cargas previstas, conforme indicado em projeto.

Após a execução nas tubulações o reaterro deverá ser realizado com material adequado e devidamente compactado.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução do sistema de drenagem pluvial deverá ser acompanhada pela fiscalização da obra

Qualquer divergência entre projeto, memorial ou condições encontradas em campo deverá ser comunicada imediatamente à fiscalização antes da execução.

A empresa contratada será responsável pela execução fiel do projeto, pela qualidade dos serviços executados e pelo perfeito funcionamento do sistema de drenagem pluvial entregue.

MEMORIAL DESCRITIVO DE PROJETO ELÉTRICO
COBERTURA DE QUADRA – LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES - PR

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer os critérios técnicos, especificações e procedimentos executivos relativos as instalações elétricas da cobertura da quadra esportiva existente, localizada no Lago Municipal de Mercedes no município de Mercedes – PR.

Este memorial integra o Projeto Executivo de Instalações Elétricas, devendo ser seguido rigorosamente pela empresa contratada, em conjunto com os documentos, especificações, quadros de cargas e demais documentos que compõem o projeto.

A empresa vencedora da licitação deverá executar integralmente os serviços conforme projeto, não sendo permitidas alterações de traçado, dimensionamento, materiais ou especificações sem prévia e expressa autorização da fiscalização e do responsável técnico pelo projeto.

2. NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES APLICADAS

As instalações elétricas deverão ser executadas em conformidade com as seguintes normas e regulamentos, sem prejuízo de outras aplicáveis:

- ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- Normas técnicas da concessionária local de energia elétrica – COPEL;
- Demais normas, instruções técnicas e legislações vigentes.

3. ENTRADA DE SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO

A alimentação elétrica da cobertura da quadra esportiva será realizada a partir da entrada de energia existente, conforme indicado no projeto elétrico executivo.

A derivação, proteção e distribuição dos circuitos deverão obedecer rigorosamente aos esquemas, diagramas multifilares e quadros de cargas apresentados em projeto, sendo vedada qualquer modificação sem autorização formal.

4. ATERRAMENTO

O sistema de aterramento tem por objetivo garantir a segurança das pessoas e a proteção dos equipamentos elétricos.

Todas as partes metálicas da estrutura, incluindo estrutura metálica da cobertura, placas metálicas, tesouras, ferragens, fechamentos laterais metálicos e suportes de luminárias, deverão ser interligadas ao sistema de aterramento existente.

O sistema de aterramento deverá atender integralmente a ABNT NBR 5410, utilizando-se os condutores, barramentos e conexões especificados no projeto executivo e tendo sua interligação final ao sistema de aterramento existente.

5. CONDUTOS (ELETRODUTOS)

Os circuitos elétricos deverão ser instalados em eletrodutos adequados ao ambiente externo, conforme indicado em projeto, com resistência mecânica e proteção contra intempéries.

Os eletrodutos aparentes deverão ser fixados à estrutura metálica da cobertura de forma alinhada, contínua e segura, utilizando abraçadeiras apropriadas.

As bitolas dos eletrodutos são aquelas indicadas no projeto executivo, sendo vedada sua substituição sem autorização.

6. CONDUTORES

Os condutores deverão ser de cobre, com isolamento adequada à tensão de operação e às condições ambientais, conforme especificado em projeto.

As seções, cores, tipos de isolamento e formas de identificação dos condutores deverão seguir rigorosamente o projeto executivo.

Não serão permitidas emendas fora de caixas de passagem. Todas as conexões deverão ser executadas com conectores apropriados e devidamente isoladas.

7. ILUMINAÇÃO

A iluminação da queda esportiva será composta por refletores LED, conforme quantidades, potências e posicionamentos indicados no projeto elétrico.

Os refletores deverão ser instalados de forma a garantir os níveis de iluminação e uniformidade previstos, respeitando os ângulos de fixação e alturas indicadas.

8. CAIXAS DE PASSAGEM

As caixas de passagem deverão ser instaladas nos locais indicados em projeto, com dimensões e grau de proteção adequados ao ambiente externo.

As caixas deverão permanecer acessíveis para inspeção e manutenção.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução dos serviços deverá ser acompanhada pela fiscalização da obra. Qualquer divergência entre projeto, memorial ou condições de campo deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização antes da execução.

A empresa contratada será responsável pela execução fiel do projeto, pela qualidade dos serviços e pelo perfeito funcionamento das instalações elétricas entregues.

MEMORIAL DESCRITIVO DE PROJETO ESTRUTURAL COBERTURA DE QUADRA – LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES - PR

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo estabelecer os critérios técnicos e as diretrizes gerais para a execução do projeto estrutural da cobertura de quadra esportiva existente, a ser implantada no Lago Municipal da Ilhota, no município de Mercedes – PR.

A estrutura proposta é composta por pilares de concreto armado pré-moldado, estrutura metálica de cobertura com tesouras e forças metálicas, além de fechamento lateral parcial em estrutura metálica, conforme indicado nos detalhes estruturais.

Para a perfeita execução da obra deverão ser observadas, além deste memorial, todas as informações constantes nos projetos arquitetônico, estrutural e demais projetos complementares.

Qualquer alteração no projeto ou no método construtivo deverá ser previamente comunicada ao Responsável Técnico e somente poderá ser executada mediante sua autorização formal.

2. CRITÉRIOS DE DURABILIDADE

2.1. CONCRETO

Considerando que o presente projeto estrutural possui caráter básico, destinado a processo licitatório, e que o projeto executivo das estruturas de concreto armado (com especial pilares e fundações) será de responsabilidade da empresa vencedora da licitação, caberá a contratada a delimitação, o dimensionamento e a especificação completa dos parâmetros de durabilidade da estrutura.

A empresa executora deverá, obrigatoriamente, definir e apresentar para análise e aprovação da fiscalização e do responsável técnico designado:

- As resistências características do concreto (fck) a serem adotadas para cada elemento estrutural;
- A classe de agressividade ambiental considerada, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com as condições reais de exposição da estrutura;
- Os cobrimentos mínimos das armaduras, compatíveis com a classe de agressividade adotada, tipo de elemento estrutural e método construtivo.

As delimitações acima deverão atender integralmente as normas técnicas aplicáveis as boas práticas de engenharia e às condições específicas do local da obra, sendo formalizadas por meio do projeto executivo estrutural, que deverá ser submetido a aprovação da fiscalização antes do início da execução.

A execução das estruturas somente poderá ser iniciada após a revisão e aprovação do projeto executivo, ficando a empresa contratada integralmente responsável pelo desempenho estrutural, durabilidade e vida útil da obra.

2.2. ESTRUTURA METÁLICA

Os elementos metálicos da cobertura (tesouras, forças e estruturas de fechamento lateral) foram dimensionados e detalhados em projeto específico, devendo ser executados em aço estrutural conforme normas técnicas vigentes e especificações do fabricante. As ligações deve ser todas soldadas.

3. CONSIDERAÇÕES DE PROJETO

3.1. SISTEMA ESTRUTURAL ADOYADO

A cobertura de quadra esportiva será executada sobre a quadra existente acrescentando-se a área de quadra a ser ampliada.

O sistema estrutural proposto é composto por:

- Pilares de concreto armado pré-moldado, posicionados conforme planta estrutural;
- Vigas baldrame moldadas in loco, devidamente detalhadas em projeto;

Estrutura metálica de cobertura composta por:

- Tesouras metálicas;
- Terças metálicas;
- Elementos secundários de contraventamento;
- Fechamento lateral parcial em estrutura metálica, conforme detalhamento específico.

Todos os elementos metálicos encontram-se completamente detalhados em projeto estrutural metálico.

Visão da estrutura principal do barracão, há a necessidade de construção de uma pequena mureta de contenção em uma das laterais da quadra. Os elementos estruturais dessa mureta estão devidamente detalhados no projeto e suas especificações e execução devem atender aos critérios estabelecidos neste memorial e nas normas técnicas vigentes.

3.2. FUNDAÇÕES E PILARES

As vigas baldrame encontram-se totalmente dimensionadas e detalhadas no projeto estrutural.

Entretanto, considerando que a obra será executada por meio de processo licitatório, os pilares de concreto pré-moldado e suas respectivas fundações foram definidos de forma conceitual, ficando a cargo da empresa vencedora da licitação:

- O desenvolvimento do projeto executivo completo dos pilares;
- O dimensionamento e detalhamento das fundações correspondentes.

- A definição das seções dos pilares, métodos construtivos e tipos de fundação, de acordo com:

- Suas formas disponíveis;
- Seu sistema produtivo;
- Os resultados de investigação geotécnica;
- As ações estruturais previstas.

O projeto executivo deverá respeitar integralmente:

- As cargas indicadas em projeto;
- As posições e alinhamentos definidos;
- As normas técnicas vigentes;
- As compatibilizações com os demais projetos.

O projeto executivo das fundações e pilares deverá ser submetido à aprovação da regularização e do responsável técnico antes do início da execução.

4. MOVIMENTO DE TERRA

A Contratada deverá providenciar a limpeza e a regularização do terreno, de forma tal que não resultem detritos ou outros tipos de materiais

Os trabalhos de escavação e aterro (quando houver) devem ser conduzidos e executados com cautela e segurança, indispensáveis à preservação das propriedades vizinhas. Todos os danos que porventura venham a ocorrer aos vizinhos decorrentes da execução da obra, serão de responsabilidade da Construtora.

No caso de aterros, devem ser executados em camadas de no máximo de 20 cm e executar a sua compactação.

Não serão admitidas trinças ou rachaduras na estrutura, paredes ou pisos, que a fiscalização condicione como ocasionados por adensamento ou recalques no terreno de fundação, correndo por conta do Construtor qualquer prejuízo procedentes das fundações.

As áreas externas à obra deverão sempre estar limpas, de forma a permitir fácil acesso e um perfilho escoamento das águas superficiais.

5. LOCAÇÃO DA OBRA

A locação da obra deverá obedecer rigorosamente ao projeto estrutural e arquitetônico, garantindo o correto posicionamento dos pilares, vigas, baldrames e demais elementos.

A locação deverá ser realizada com o uso de linhas e tábuas corridas, devidamente niveladas e alinhadas, com identificação clara dos eixos estruturais.

6. AÇO DAS ARMADURAS

Antes de utilizar o aço, garanta que o mesmo está livre de qualquer tipo de sujeira, óleo, graxa, óleo, etc. O aço não pode apresentar indícios de corrosão. O aço não pode ser dobrado bruscamente e em hipótese alguma pode conter cantos vivos em suas dobras. Não podem ser executadas emendas em vergalhões nas seções de máxima tensão e tração.

As armaduras devem ocupar a posição correta dentro nos elementos, conforme indicado no projeto estrutural, garantindo a resistência considerada no cálculo. Deve se amarrar fortemente com arame e fazer uso de espaçadores para correto posicionamento do aço e garantir o cobrimento determinado.

Os eventuais vergalhões de espertas de pilares e vigas devem ser devidamente protegidos por elementos específicos evitando acidentes e garantindo a segurança no canteiro de obras.

7. FÓRMAS E ESCORAMENTOS

As formas devem ser executadas de modo que suas dimensões INTERNAS sejam iguais as dimensões das seções dos elementos corridos no projeto. A montagem das formas deve ser rigorosamente ABSOLUTO no alinhamento, paralelismo, nível e quadrado.

Devem ser bem fechadas e isoladas para não permitir a perda de material. Antes da concretagem as formas devem ser encharcadas com água para evitar que absorvam água do concreto.

Os produtos para desmoldagem podem ser aplicados na superfície das formas, antes de inserir as armaduras. É VEDADO o uso de óleo queimado como desmoldante.

Os escoramentos deverão ser executados sobre base firme e nivelada, com contraventamentos adequados, garantindo a estabilidade durante a concretagem.

8. ESTRUTURA DE CONCRETO

O concreto deve ser misturado e entregue com garantia de resistência necessária para o projeto. O concreto deve ser vibrado durante sua colocação nas formas evitando para e não vibração do aço.

A concretagem só pode ser iniciada após a colocação de todos os elementos constantes no projeto, e conclusão do responsável técnico. Durante a concretagem deve se tomar cuidado para não deslocar as armaduras.

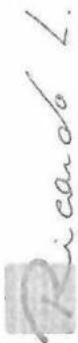
Deve ser garantida a cura correta nos pilares e fundações antes de receber as cargas de projeto. Também, observar os esforços necessários para içamento e montagem dos pilares.

9. COBERTURA

A cobertura da edificação será composta por estrutura metálica formada por tesouras, terças e contraventamentos, conforme projeto estrutural.

As tesouras metálicas serão confeccionadas com perfis de aço, dimensionados para resistir às cargas permanentes e variáveis previstas em norma, incluindo peso próprio, peso das telhas, cargas de vento e possíveis sobrecargas acidentais de manutenção.

As terças metálicas apoiarão diretamente as telhas e serão ligadas às tesouras por meio de soldas. As ligações deverão garantir a estabilidade global da cobertura e o correto comportamento estrutural do conjunto.


RICARDO LEITES ARQUITETOS

Serão executados contraventamentos para garantir a rigidez e a estabilidade da estrutura metálica. Os contraventamentos serão realizados com barras redondas de aço, fixadas com parafusos e eslicadores, garantindo a resistência a esforços horizontais e o adequado desempenho frente à ação dos ventos.

A cobertura será finalizada com telhas metálicas tipo sanduiche, constituídas de duas chapas de aço com núcleo isolante termoaústico. A fixação das telhas deverá ser feita com parafusos autoataarraxantes com arruelas de vedação, assegurando estanquidade e durabilidade.

Todos os serviços de montagem metálica deverão seguir as recomendações da ABNT NBR 8800:2008 -- Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, bem como as boas práticas de regularidade e qualidade na execução.

10. NORMAS TÉCNICAS DE REFERÊNCIA

- ABNT NBR 6116:2023 -- Projeto de Estruturas de Concreto
- ABNT NBR 6120 -- Cargas para o cálculo de estruturas
- ABNT NBR 8800 -- Estruturas metálicas
- ABNT NBR 6123 -- Forças devidas ao vento
- ABNT NBR 8661 -- Ações e segurança nas estruturas

RRT 16498338

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 967.XXX.XXX-87

Nº do Registro: 000A308447

1.1 Empresa Contratada

Razão Social: LEITES SERVICOS DE ARQUITETURA LTDA. - ME.
Período de Responsabilidade Técnica: 21/06/2006 sem data fim

CNPJ: 08.XXX.XXX/0001-51

Nº Registro: 00009167444

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: S16498338100CT001
Data de Cadastro: 28/01/2026
Data de Registro: 28/01/2026

Modalidade: RRT SIMPLES

Forma de Registro: INICIAL

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$130,62

Pagamento: 28/01/2026

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: MUNICÍPIO DE MERCEDES
Tipo: Pessoa Jurídica de Direito Público
Valor de Serviço/Honorários: R\$17.000,00

CNPJ/CNPJ: 05.XXX.XXX/0001-23

Data de Início: 08/10/2025

Data de Previsão de Término: 26/01/2026

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: RRL
Logradouro: RUA DR JOAO MACIO
Bairro: CENTRO
CEP: 13750-011
Município: MERCEDES/SP

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.2.3 - Projeto de estrutura pré-fabricada
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.2.4 - Projeto de estrutura metálica
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.5.2 - Projeto de instalações prediais de águas pluviais
Grupo: PROJETO
Atividade: 1.5.7 - Projeto de instalações prediais de água fria
Grupo: PROJETO
Atividade: 2.4.2 - Projeto de instalações prediais de gás

Quantidade: 366,34

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 866,34

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 866,34

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 866,34

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 866,34

Unidade: metro quadrado

Quantidade: 866,34

Unidade: metro quadrado

RRT 16498338

Atividade: 1.7.1 - Memorial descritivo

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.7.3 - Orçamento

Grupo: PROJETO

Atividade: 1.7.4 - Cronograma

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Esportivo

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

RRT DE PROJETOS E DOCUMENTAÇÃO DA OBRA DA COBERTURA DA CUBREIRA DO LAGO MUNICIPAL DE MERCEDES.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislações federais e em normas técnicas pertinentes para as atividades abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, conforme o art. 1º do art. 56 da Lei nº 12133, de 04 de julho de 2015.

4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT: S16498338100CT001
Contratante: MUNICÍPIO DE MERCEDES
Forma de Registro: INICIAL
Data de Registro: 28/01/2026

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações constantes neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquivamento em nome de RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA, registrado no CAU nº 000A308447, na data e hora: 2025-01-28 17:07:41, com o uso da login e de senha. O CPF/CNPJ está oculto visando proteger os dados fundamentais de identidade, privacidade e a livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (LGPD).





MERCEDES

MUNICÍPIO

Pag.

75

Ass.

ITEM	INFORMAÇÕES
	Informações Referente ao Preenchimento da Planilha de Orçamento
I.1	Orçamento, projeto e memorial descritivo são complementares entre si, de forma que as informações contidas neles devem ser consideradas e executadas.
I.2	É de responsabilidade da empresa proponente a conferência do quantitativo e itens do orçamento, a obra deverá ser executada em sua íntegra conforme informações do orçamento, projeto e memorial descritivo.
I.3	Havendo discrepâncias entre orçamento, projeto e memorial descritivo, a proponente deverá contatar o município de Mercedes - PR, em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
I.4	A planilha BDI informa o cálculo e os coeficientes utilizados para o índice dos benefícios. Podendo seus itens (células em amarelo) serem editadas pela empresa proponente. No cabeçalho da planilha, preencher as células que solicitam a identificação da empresa.
I.5	Na planilha ORÇAMENTO, deverá ser preenchida a coluna P.U. C/ BDI (Preço Unitário com BDI - células em amarelo), onde a proponente informa o valor com o BDI já incluso. Não deverão ser aplicadas fórmulas, somente números reais com duas casas decimais.
I.6	Na planilha CRONOGRAMA, deverão ser preenchidas as células em amarelo, onde a proponente informa o percentual da evolução da obra mês a mês. Não aplicar fórmulas, somente números reais com duas casas decimais.
I.7	Para a licitação assinadas pelo representante da proponente e seu responsável técnico, as planilhas: BDI, ORÇAMENTO e CRONOGRAMA.
I.8	Havendo contrariedade entre este documento e o edital de licitação, prevalecerão as informações contidas no edital.
I.9	Em caso de dúvidas no preenchimento da planilha, entrar em contato com o setor de engenharia do município de Mercedes - PR. Fone (45) 3256-8045.

EMPRESA:
CNPJ:

BDI - SERVIÇOS
Quadra Coberta - Lago Municipal

Item Componente do BDI	INTERVALO DE ADMISSIBILIDADE			Valores Propostos
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%	4,40%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%	1,38%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%	7,57%
I1: PIS e COFINS				3,65%
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)				1,00%
I3: Ccni.Frev s/Rec.Bruta (Lei 13161/15 - Desoneração)				0,00%
BDI - SEM Desoneração da folha de pagamento				22,00%

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I1 - I2 - I3)} \right] - 1$$

OBS.:

Planilha elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU.
Para o cálculo da incidência do ISSQN considerou-se a alíquota 2% sobre a mão-de-obra (2% * 50% = 1,00%). M.O. conforme IN RFB 2110/2022, Art. 116.

EMPRESA: 0
CNPJ: 0

ITEM		REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO		UNID.	QUANT.	PREÇO CONTRATADO		ABC
		SINAPI MAR 26 ORSE MAR 26	Quadra Coberta - Lago Municipal Prolongamento Rua Dr. João Inácio, Chácara nº 102-103-104 - Lago Municipal				P.U. C/ BDI	TOTAL C/ BDI	
							BDI: 22,00%		
1			SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1		COMP 01	Instalação de tela fachadeira perimetral (segurança)		m2	213,00	7,08	6.247,05	0,63%
1.2		90901	Locação c/ cavalete c/ altura de 0,50 m - 2 utilizações		ud	22,00	199,97	4.399,34	0,15%
1.3		98525	Limpeza mecanizada de camada vegetal, vegetação e pequenas árvores (diâmetro de tronco menor que 0,20 m), c/ trator de esteiras		m2	369,21	0,92	339,67	0,44%
2			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
2.1		10775	Locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, c/ 1 sanitário, p/ escritório, completo, s/ divisórias internas (não inclui mobilização/desmobilização)		mes	5,00	1.159,01	5.795,05	0,59%
3			ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA					740.536,85	74,82%
3.1			PROJETO EXECUTIVO - ESTRUTURAL PRÉ-FABRICADO						
3.1.1		COMP 02	Adequação do projeto estrutural p/ peças em conformidade c/ padrão executivo da empresa executora - detalhamento executivo		m2	866,34	9,87	8.550,76	0,86%
3.2			ESTRUTURA - PRÉ-FABRICADO						
3.2.1		8684	Fornecimento e implantação de pilar em concreto pré-moldado, h útil = 7,70m, seção conforme projeto, incluso fundação		ud	22,00	1.232,04	27.104,88	2,74%
3.2.2		COMP 03	Fornecimento e implantação de laje em aço, vão de 22,00 metros, incluso içamento - conforme projeto		ud	9,00	20.555,38	184.986,42	18,66%
3.2.3		COMP 04	Fornecimento e instalação de laje em aço, vão de 22,00 metros, incluso içamento - conforme projeto		kg	5.404,80	13,66	73.829,57	7,46%
3.2.4		COMP 05	Torne de aço composta por torças p/ fechados de até 2 águas, p/ telha termoaústica, incluso transporte vertical (em kg)		ud	60,00	1.734,02	1.040,41	0,10%
3.2.5		B NAC NF-E	Ferro recortado, 5/8", barra 6 metros, p/ contraventimento - instalado		m2	3.310,89	26,81	88.856,06	8,89%
3.2.6		100723	Pintura c/ tinta acrílica de fundo e acabamento (esmalte sintético grão) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão)		m	124,00	541,27	67.117,48	6,71%
3.3		COMP 05	Trelça metálica de fechamento lateral - conforme projeto		m	124,00	541,27	67.117,48	6,71%
3.4		COMP 06	CCERTUPA - PRE-FABRICADO		m2	846,68	294,35	248.220,26	24,82%
3.5		94213	Telhamento c/ telha termoaústica revestida em aço galvanizado, face superior trapezoidal e face inferior plana, c/ pré-pintura nas duas faces, núcleo em PIR, c/ espessura de 50 mm		m2	545,60	89,49	48.825,74	4,93%
3.6		101679	Telhamento c/ telha de alumínio a = 0,5 mm, c/ alt. 2 águas, incluso içamento		m	124,00	50,30	6.237,20	0,63%
3.7		13745	Chapim fixo, capim em aço galvanizado, corte 33		m	27,96	135,49	3.788,30	0,38%
3.8		94228	Cunha em argamassa c/ telha trapezoidal galvanizada, c/ 40 cm de cada lado, e = 0,43mm cor natural		m	80,00	107,82	8.625,60	0,87%
3.9		12737	Cunha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical		m2	6,25	775,77	4.848,56	0,49%
4			PISO E ESCADA					73.036,51	7,38%
4.1		97065	Compactação mecânica de solo, p/ execução de piso de concreto, c/ compactador de solos a percussão		m2	355,21	5,84	2.075,19	0,21%
4.2		96222	Leitura c/ manual transitivo, aplicação em pisos ou lajes sobre solo, espessura de "5 cm"		m2	15,46	271,55	4.205,95	0,43%
4.3		94994	Execução de piso de concreto, c/ concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 8 cm, armado		m2	369,21	125,61	46.376,47	4,69%
4.4		97097	Acabamento de piso de concreto armado de alta resistência		m2	369,21	44,26	16.341,23	1,65%
4.5		95842	Guarda-corpo em aço galvanizado, de 1,10m, montante tubular de 1 1/2" e espaçador de 1 1/2" - espaçador de 1 1/2" - espaçador de 1 1/2" - espaçador de 1 1/2" - espaçador de 1 1/2"		m	2,34	699,00	1.635,06	0,17%
4.6		100751	Pintura c/ tinta epoxídica de acabamento, pulverizada sobre perfil metálico, executado em fábrica (02 demãos)		m2	1,81	57,05	104,26	0,01%
4.7		104760	Demolição de piso de concreto simples, de forma mecanizada, c/ martelo, c/ reaproveitamento		m3	5,43	167,07	913,19	0,09%
4.8		97635	Remoção de piso de bloco intertravado, de forma manual, c/ reaproveitamento		m2	17,40	28,94	503,56	0,05%
5			FECHAMENTOS					128.029,41	12,94%
5.1		95225	Escavação mecânica c/ viga baldrame, c/ mini-escavadeira (incluindo escavação p/ colocação de fôrmas)		m3	14,32	79,96	1.145,03	0,12%
5.2		95536	Fabricação, montagem e desmontagem de fôrma p/ viga baldrame, em madeira serrada, e=25 mm, 4 utilizações		m2	87,51	100,02	8.752,75	0,88%
5.3		95557	Concreção de viga baldrame, fôr 30 MPa, c/ uso de bomba - lançamento, adensamento e acabamento		m3	5,26	813,33	4.278,12	0,43%
5.4		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	9,08	43,93	398,86	0,04%
5.5		101173	Estrutura de concreto armado de 20cm, escavação manual c/ trado concha, c/ armadura de aço		m	17,00	91,18	1.550,06	0,16%
5.6		92443	Montagem e desmontagem de fôrma de pilares retangulares e estruturas similares, p/ concreto simples, em chapa de madeira compensada plastificada, 18 utilizações		m2	2,04	75,37	153,75	0,02%
5.7		103659	Concreção de pilares, fôr 25 mpa, c/ uso de baldre - lançamento, adensamento e acabamento		m3	0,12	1.242,00	152,02	0,02%
5.8		103555	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 11 x 14,24 cm (espessura 11,5 cm) e arcimassas de assentamento compensada plastificada, 18 utilizações		m2	11,93	137,73	1.642,43	0,17%
5.9		87894	Chapisco aplicado em alvenaria (s/ presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, c/ colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com pedreiro em betoneira 400l		m2	44,52	11,37	506,19	0,05%
5.10		87792	Emboço de massa úmida em argamassa traço 1:2,8, preparo mecânico c/ betoneira 400l, aplicada manualmente em painéis de concreto		m2	44,52	60,88	2.710,38	0,27%
5.11		92761	Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem		kg	251,54	16,07	4.042,25	0,41%
5.12		92760	Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 6,3 mm - montagem		kg	86,24	17,76	1.531,62	0,15%
5.13		92759	Armação de pilar ou viga de estrutura convencional de concreto armado utilizando aço ca-50 de 5,0 mm - montagem		kg	87,57	19,76	1.730,33	0,17%
5.14		102363	Alambrado p/ quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes c/ diâmetro 2", travessas e escoras c/ diâmetro 1 1/2"), c/ tela de arame galvanizado, fio 12 bvg e malha quadrada 5x5cm (exceto mureta)		m2	502,20	198,00	99.435,60	10,05%
6			DRENAGEM PLUVIAL					15.023,48	1,52%
6.1		92650	Tubo PVC série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em condutores verticais de águas pluviais		m	26,00	88,09	2.296,34	0,23%
6.1.1		104166	Tubo PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		m	105,50	98,72	10.414,56	1,05%
6.1.2		104167	Junto 90 graus, PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		ud	4,00	154,48	617,92	0,06%
6.1.3		104168	Junto 45 graus, PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		ud	6,00	150,57	903,42	0,09%
6.1.4		90166	Escavação mecanizada de vala c/ perfil até 1,5 m (média montante e jusante) composta por trecho, retroscav (0,25 m3), terra menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, em locais c/ baixo nível de interferência		m3	12,66	11,55	146,22	0,01%
6.1.5		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	10,80	43,93	474,44	0,05%
7			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					21.060,47	2,13%
7.1		90106	Escavação mecanizada de vala c/ perfil até 1,5 m (média montante e jusante) composta por trecho, retroscav (0,25 m3), terra menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, em locais c/ baixo nível de interferência		m3	1,88	11,55	21,71	0,00%
7.1.2		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,65	43,93	72,48	0,01%
7.1.3		104166	Tubo PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		m	15,50	15,04	233,10	0,00%
7.1.4		104167	Junto 90 graus, PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		ud	4,00	30,29	121,16	0,00%
7.1.5		104168	Junto 45 graus, PVC, série R, água pluvial, dn 150 mm, fornecido e instalado em ramal de encaminhamento		ud	1,00	5,06	5,06	0,00%
7.1.6		90106	Escavação mecanizada de vala c/ perfil até 1,5 m (média montante e jusante) composta por trecho, retroscav (0,25 m3), terra menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, em locais c/ baixo nível de interferência		m3	1,00	11,55	11,55	0,00%
7.1.7		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.8		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.9		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.10		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.11		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.12		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.13		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.14		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.15		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.16		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.17		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.18		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.19		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.20		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.21		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.22		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.23		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.24		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.25		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.26		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.27		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.28		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.29		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.30		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.31		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.32		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.33		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.34		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.35		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.36		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.37		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.38		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.39		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.40		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.41		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.42		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%
7.1.43		93362	Relevo manual de solos c/ compactador de solos a percussão		m3	1,00	43,93	43,93	0,00%</

EMPRESA: 0 CNPJ: 0					DISCRIMINAÇÃO			PREÇO CONTRATADO			ABC
ITEM	REFERÊNCIA	UNID.			QUANT.	P.U. C/ BDI TOTAL C/ BDI					
SIVAPE MAR 26 ORSE MAR 26		Prolongamento Rua Dr. João Inácio, Chácara nº 102-103-104 - Lago Municipal			BDI: 22,00%						
7.1.8	91933	Cabo de cobre flexível, isolado, 10 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, p/ circuitos terminais - fornecimento e instalação			m	69,40	26,01	1 805,09	0,18%		
7.1.9	91926	Cabo de cobre flexível, isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 v, p/ circuitos terminais - fornecimento e instalação			m	471,10	7,05	3 325,97	0,34%		
7.1.10	91928	Cabo de cobre flexível, isolado, 4 mm², anti-chama 450/750 v, p/ circuitos terminais - fornecimento e instalação			m	254,90	10,87	2 770,76	0,26%		
7.1.11	91930	Cabo de cobre flexível, isolado, 6 mm², anti-chama 450/750 v, p/ circuitos terminais - fornecimento e instalação			m	163,35	15,14	2 473,12	0,25%		
7.1.12	93655	Disjuntor monopolar, tipo DIN, corrente nominal de 20A - fornecimento e instalação			ud	1,00	18,04	18,04	0,00%		
7.1.13	93656	Disjuntor monopolar, tipo DIN, corrente nominal de 25A - fornecimento e instalação			ud	3,00	19,61	58,83	0,01%		
7.1.14	93657	Disjuntor monopolar, tipo DIN, corrente nominal de 32A - fornecimento e instalação			ud	1,00	22,09	22,09	0,00%		
7.1.15	93662	Disjuntor bipolar, tipo DIN, corrente nominal de 20A - fornecimento e instalação			ud	1,00	81,45	81,45	0,01%		
7.1.16	93672	Disjuntor tripolar, tipo DIN, corrente nominal de 40A - fornecimento e instalação			ud	1,00	126,34	126,34	0,01%		
7.1.17	13537	Refletor modular de Led, linear, p/ campo ou quadra, 200W, IP68 duplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrolítica, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0,95, IRC = Ra>80, FL = 22.000 Lumêns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º			ud	16,00	297,44	4 759,04	0,48%		
7.1.18	39352	Tampa p/ condutite, em PVC, p/ tomada hexagonal			ud	4,00	7,32	29,28	0,00%		
7.1.19	38102	Tomada 2P+1 20A, 250v			ud	8,00	11,82	94,56	0,01%		
TOTAL						989.725,02			100,00%		

DESCONTO OFERTADO:	0,00	0,00%
MÃO DE OBRA:	494.864,51	50,00%
MATERIAIS E EQUIPAM.:	494.864,51	50,00%



MERCEDES

MUNICÍPIO

ITEM	REFERÊNCIA	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO		PESO
					P.U.	TOTAL	
COMPOSIÇÕES AUXILIARES							
1	COMP 01	Instalação de tela fachadeira perimetral (segurança)	m2			5,80	100,00%
1.1	88262	Carpinteiro de formas, c/ encargos complementares	h	0,026	39,50	1,04	17,93%
1.2	88239	Ajudante de carpinteiro, c/ encargos complementares	h	0,025	32,70	0,82	14,14%
1.3	44397	Fita / cinta autoadesiva elastomérica p/ vedação, l= 50 mm, e = 3 mm	m	0,108	3,09	0,33	5,69%
1.4	104798	Remoção de suporte metálico ou de madeira, p/ placas de sinalização viária, de forma manual, s/ reaproveitamento	un	0,005	19,95	0,09	1,55%
1.5	38200	Corda de poliamida, 12 mm, tipo bombeiro, p/ trabalho em altura	100m	0,002	426,71	0,65	11,21%
1.6	7170	Tela fachadeira em polietileno, rolo de 3 x 100 m (l x c), cor branca, sem logomarca - p/ proteção de obras	m2	1,309	2,16	2,82	48,62%
1.7	2688	Eleiroduto PVC flexível corrugado, cor amarela, de 25 mm	m	0,007	3,54	0,02	0,34%
1.8	411	Abraçadeira de nylon p/ amarração de cabos, comprimento de 200 x 4,6" mm	un	0,183	0,20	0,03	0,52%
2	COMP 02	Adequação do projeto estrutural p/ peças em conformidade c/ padrão executivo da empresa executora - detalhamento executivo	m2			8,09	100,00%
2.1	50778	Engenharia civil de obra pleno c/ encargos complementares	h	0,050	161,97	8,09	100,00%
3	COMP 03	Fabricação e instalação de tesoura em aço, vão de 22,00 metros, incluso içamento - conforme projeto	ud			16.848,47	100,00%
3.1	52258	Instalação de tesoura (inteira ou meia), em aço, p/ vãos maiores ou iguais a 10,0 m e menores que 12,0 m, incluso içamento	un	1,833	600,69	1.101,06	6,54%
3.2	88316	Servente c/ encargos complementares	h	9,285	31,41	291,01	1,73%
3.3	88278	Montador de estruturas metálicas c/ encargos complementares	h	33,354	35,27	1.176,39	6,96%
3.4	2441	Perfil aço laminado, U, ASTM A36	kg	1.539,280	9,12	14.038,23	83,32%
3.5	10997	Eletrodo revestido aws - e7018, diâmetro igual a 4,00 mm	kg	5,623	43,00	241,78	1,44%
4	COMP 04	Tramie de aço composta por terças p/ telhados de até 2 águas, p/ telha termocustica, incluso transporte vertical (em kg)	kg			11,20	100,00%
4.1	93282	Guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, c/ moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - chi diurno	chi	0,002	37,84	0,08	0,71%
4.2	93281	Guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, c/ moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - chp diurno	chp	0,002	38,68	0,06	0,54%
4.3	88316	Servente c/ encargos complementares	h	0,025	31,41	0,76	6,78%
4.4	88278	Montador de estruturas metálicas c/ encargos complementares	h	0,049	35,27	1,73	15,45%
4.5	13123	Perfil aço UDC enriçado 127 x 50 x 3,67(kg/m) - SAE 1008/1012	kg	1,000	8,45	8,45	75,45%
4.6	10997	Eletrodo revestido aws - e7018, diâmetro igual a 4,00 mm	kg	0,003	43,00	0,12	1,07%
5	COMP 05	Treliça metálica de fechamento lateral - conforme projeto	m			443,66	100,00%
5.1	52255	Instalação de tesoura (inteira ou meia) em aço, p/ vãos maiores ou iguais a 3,0 m e menores que 6,0 m, incluso içamento	un	0,200	235,11	47,02	10,60%
5.2	52256	Instalação de tesoura (inteira ou meia) em aço, p/ vãos maiores ou iguais a 6,0 m e menores que 8,0 m, incluso içamento	un	0,134	330,45	44,28	9,89%
5.3	88316	Servente c/ encargos complementares	h	0,207	31,41	6,50	1,47%
5.4	88278	Montador de estruturas metálicas c/ encargos complementares	h	0,746	35,27	26,31	5,93%
5.5	2441	Perfil aço laminado, U, ASTM A36	kg	34,450	9,12	314,18	70,82%
5.6	10997	Eletrodo revestido aws - e7018, diâmetro igual a 4,00 mm	kg	0,125	43,00	5,37	1,21%
6	COMP 06	Telhamento c/ telha termoisolante revestida em aço galvanizado, face superior trapezoidal e face inferior plana, c/ pré-pintura nas duas faces, núcleo em PIR, c/ espessura de 50 mm	m2			241,27	100,00%
6.1	93282	Guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, c/ moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - chi diurno	chi	0,001	37,84	0,03	0,03%
6.2	88323	Telhacista c/ encargos complementares	h	0,056	39,16	2,19	0,91%
6.3	88316	Servente c/ encargos complementares	h	0,207	31,41	6,50	2,68%
6.4	45071	Telha termoisolante revestida em aço galvanizado - face superior trapezoidal e face inferior plana (não inclui acessórios de fixação), revestida c/ espessura de 0,50 mm, c/ pré-pintura de cor branca nas duas faces, núcleo em poliolefinureto (PIR) com espessura de 50 mm	m2	1,146	196,33	227,26	94,36%
6.5	11029	Headre rede p/ gancho de ferro galvanizado, c/ rosca 1/4" x 20 cm, p/ fixação de telha metálica, inclui porca e arruelas de vedação	un	4,150	1,27	5,27	2,34%

Page 79

A

Pag 79

Ass.

MERCEDÉS
MUNICÍPIO[illegible]

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
Quadra Coberta - Lago Municipal

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (R\$)	MESES					MESES	
			1º	2º	3º	4º	5º	4º	5º
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,63% 6.247,05	100,00% 6.247,05	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	0,59% 5.795,05	20,00% 1.159,01	20,00% 1.159,01	20,00% 1.159,01	20,00% 1.159,01	20,00% 1.159,01	20,00% 1.159,01	
3	ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA	74,82% 740.536,85	1,17% 8.664,28	3,66% 27.103,65	51,76% 383.301,87	43,41% 321.467,05	0,00% 0,00	0,00% 0,00	
4	PISO E ESCADA	7,38% 73.036,51	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	100,00% 73.036,51	0,00% 0,00	0,00% 0,00	
5	FECHAMENTOS	12,94% 128.029,41	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	22,33% 28.588,97	77,67% 99.440,44		
6	DRENAGEM PLUVIAL	1,52% 15.023,48	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	100,00% 15.023,48	0,00% 0,00		
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	2,13% 21.060,67	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	0,00% 0,00	100,00% 21.060,67		
TOTAL		100,00% 989.729,02	1,62% 16.070,34	2,86% 28.262,66	38,85% 384.460,88	44,38% 439.275,01	12,29% 121.660,12		
ACUMULADO		16.070,34	44.333,00	428.793,88	868.068,50	989.729,02			

EMPRESA: 0
CNPJ: 0



1. Responsável Técnico

DYEIKO ALLANN HENZ

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1712868527

Carteira: PR-136876/D

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICÍPIO DE MERCEDES

R DOUTOR OSVALDO CRUZ, 555

MERCEDES - MERCEDES/PR 85998-100

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 11/06/2026

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional: Órgão Público (Servidor/Empregado)

CNPJ: 95.719.373/0001-23

3. Dados da Obra/Serviço

R DOUTOR JOAO INACIO, S/N

CHÁCARA 102-103-104 - LAGO MUNICIPAL CENTRO - MERCEDES/PR 85998-011

Data de Início: 11/06/2026

Previsão de término: 11/06/2027

Coordenadas Geográficas: -24,449018 x -54,170708

Finalidade: Esportivo

Proprietário: MUNICÍPIO DE MERCEDES

CNPJ: 95.719.373/0001-23

4. Atividade Técnica

Quantidade	Unidade
866,34	M2
866,34	M2
866,34	M2
866,34	M2

[Elaboração de orçamento] de estrutura de concreto pré-fabricado

[Elaboração de orçamento] de estrutura metálica para edificação

[Elaboração de orçamento] de sistema de redes de águas pluviais

[Elaboração de orçamento] de instalações elétricas em baixa tensão para fins industriais

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por DYEIKO ALLANN HENZ, registro Crea-PR PR-136876/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 11/06/2026 e hora 09h10.

MUNICÍPIO DE MERCEDES - CNPJ: 95.719.373/0001-23

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



Valor da ART: R\$ 108,39

Registrada em: 11/06/2026

Valor Pago: R\$ 108,39





TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Código IPM	Und	Qtd (Obra)	RS Total
1	Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do município de Mercedes/PR.	5622	34403	m²	866,34	989.729,02

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.

4.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.

4.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.

4.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.

4.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.

4.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.

Subcontratação

4.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.7.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Estrutura pré-fabricada, a qual representa 74,83% do valor do objeto.

4.7.2. A subcontratação fica limitada até 1,22% (parcela referentes a serviços preliminares e administração local) do valor do objeto.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da homologação do procedimento, para prestação da garantia na modalidade seguro-garantia.

4.12. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.



4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, do setor de Engenharia, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil antes da data de realização do processo licitatório.

4.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através do fone (45) 3256-8045, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) meses para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Prolongamento da Rua Dr. João Inácio, Chácara 102, 103 e 104 – Lago Municipal de Mercedes/PR.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do



orçamento, a obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A CONTRATADA salvaguardará os serviços executados conforme preconiza a ABNT NBR 17170 de 12 de dezembro de 2022 (Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área da obra todos os entulhos e sobras de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos, sujeira e materiais restantes da obra.

5.7.2. A limpeza deverá ser feita com materiais apropriados para não manchar ou machucar qualquer piso, estrutura metálica ou qualquer material da obra.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro da obra.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização



6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.13.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.13.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.13.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.13.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.13.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

6.13.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para



apuração de responsabilidade;

6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:

(a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

(b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

(c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.

6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

6.14.6. a satisfação do público usuário.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.18.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;

6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;



- 6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- 6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto se dará conforme o disposto neste item.
 - 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 7.2.1. A medição da parte executada será mensal e o pagamento será efetuado de acordo com o cronograma e após a autorização do Gestor do Contrato.

Do recebimento

- 7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).
 - 7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
 - 7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



- 7.4.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
- 7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e



Estado do Paraná

quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. Sem prejuízo do disposto nos subitens que seguem, o faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) *nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;*

b) *cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;*

i. *deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.*



- c) *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;*
- d) *cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;*
- e) *Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura.*

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

- 7.20.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 7.20.2. Termo de Recebimento Provisório;
- 7.20.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);
- 7.20.4. quando necessário, do AS BUILT da obra.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o



adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED ou transferência bancária para pagamento.

7.25. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e



trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada**



como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea "c", do Decreto Municipal n.º 160, de 2023), ou de sociedade simples.



8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24. Nos termos do § 4º, do art. 176, da Lei n.º 6.404/76, dos itens 3.17 e 8.1 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.255/09, e do item 26 da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.418/12, a elaboração das Notas Explicativas é obrigatória, nos casos em que se verifica a incidência das citadas normas, devendo as referidas notas ser apresentadas juntamente as demais comprovações contábeis mencionadas.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, que deverá conter cálculos realizadas através das seguintes fórmulas:

LG= Índice de liquidez geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

LC= Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e conversíveis a curto prazo)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG= Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes (qualificação técnico-profissional), também abaixo indicado(s):

8.32.1. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, corresponsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa à obra objeto da presente licitação (*modelo constante APÊNDICE A*);

8.32.2. A declaração exigida acima (*modelo constante do APÊNDICE A*) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do responsável(eis) técnico(s) indicado(s), emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU", de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada (para os fins da presente exigência, considera-se parcela de maior relevância técnica e valor significativo: **Fabricação e instalação de tesoura/treliça em aço; Trama de aço composta por terças; Pintura sobre superfície metálica; Telhamento c/ telha termoisolante; Alambrado estrutura por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada;**

8.33. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, declarada adjudicatária do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários à execução da obra (*modelo constante do APÊNDICE B*)

8.34. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.35. Comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra e a licitante, mediante uma das seguintes formas:

8.35.1. Carteira de Trabalho;

8.35.2. Certidão do CREA;

8.35.3. Certidão do CAU;

8.35.4. Contrato Social;

8.35.5. Contrato de prestação de serviços;

8.35.6. Contrato de Trabalho registrado na DRT;

8.35.7. Pré-contrato de prestação de serviços ou declaração de vínculo futuro.

8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado,



ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso (qualificação técnico-operacional).

8.36.1. Em se tratando de obras ou serviços de engenharia, a exigência de que trata este subitem deverá ser atendida mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pela CREA (Resolução CONFEA n.º 1.137, de 31 de março de 2023), ou de Certidão de Acervo Técnico-Operacional (CAT-O), emitida pelo CAU (Resolução n.º 93, de 7 de novembro de 2014).

8.37. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Fabricação e instalação de tesoura/treliça em aço;	6 unid ou 128,80 m ou 7.250,36 Kg
Trama de aço composta por terças;	338,67m ² ou 384 m ou 2.161,92 Kg
Pintura sobre superfície metálica;	1.324,35 m ²
Telhamento c/ telha termoisolante;	338,67 m ²
Alambrado estruturado por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada;	200,88 m ²

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.38.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.39. Para efeito de verificação da validade de certidões, se outro prazo não constar da lei ou dos próprios documentos, serão consideradas válidas aquelas emitidas no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do certame.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e



análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

() IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.2. Segue em anexo a análise de riscos relativa a contratação pretendida.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, *optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio*, consoante os motivos a seguir expostos:

I) O objeto da presente contratação não envolve obra e/ou serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

II) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

III) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

13. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

13.1. Considerando que, pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, o objeto implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores, resta impossibilitada a participação de cooperativas. Ainda, a gestão operacional do serviço não permite que o objeto seja executado de forma compartilhada ou em rodízio.

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

Nilma Eger

Assistente Administrativa



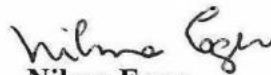
Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o Termo de Referência – TR, relativo à *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, a partir do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes, 02 de setembro de 2026.


Nilma Eger

Assistente Administrativa



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

102

Ass.

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

1. RISCOS – FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Definição inadequada das especificações.			
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação: Médio
Dano potencial:	Cancelamento da licitação ou não atendimento da necessidade.			
Ação Preventiva:	Proceder levantamento de necessidade com diálogo com interessados, formalizar o Termo de Referência.		Responsável:	Secretaria responsável
Ação de Contingência:	Retificar o Edital ou revogar a licitação.		Responsável:	Pregoeiro, Prefeito.

2. RISCOS – FASE DE LICITAÇÃO

Risco 2	Licitação deserta ou fracassada.			
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação: Médio
Dano potencial:	Não atender à necessidade institucional e aumento de custos para refazer a licitação ou não utilizar a dotação orçamentária planejada.			
Ação Preventiva:	Divulgar adequadamente, com prazo de publicação e exigências razoáveis, e seguindo o calendário legal e administrativo.		Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)
Ação de Contingência:	Refazer a licitação, com alterações eventualmente necessárias, no menor prazo possível.		Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)

3. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Inadimplemento Contratual.			
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação: Médio
Dano potencial:	Inexecução do objeto ou atraso na conclusão.			
Ação	Assinar o contrato e toda documentação		Responsável:	Fiscalização e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

103

Ass.

Preventiva:	necessária, iniciado e cumprido dentro do cronograma estabelecido.		Direção Administrativa
Ação de Contingência:	Notificar a contratada para cumprimento do prazo, sob pena das cominações legais.	Responsável:	Fiscalização e Direção Administrativa

4. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Desconformidade com as especificações.		
Probabilidade:	Baixa	Impacto:	Alto
Dano potencial:	Serviços executados com má qualidade (segurança, funcionalidade, dimensões, etc...).		
Ação Preventiva:	Acompanhar os serviços e verificar se a execução está sendo conforme especificado.	Responsável:	Fiscal do Contrato
Ação de Contingência:	Exigir que sejam refeitos os serviços de acordo com o que foi contratado.	Responsável:	Fiscal do Contrato

5. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Atraso de pagamento.		
Probabilidade:	Raro	Impacto:	Alto
Dano potencial:	Descumprimento de obrigação da própria administração.		
Ação Preventiva:	Comunicar e tramitar adequadamente a nota fiscal.	Responsável:	Fiscal do Contrato/ Contabilidade
Ação de Contingência:	Diligenciar para corrigir eventuais falhas que impedem ou dificultam o pagamento, inclusive liberação de recursos.	Responsável:	Fiscal do Contrato/ Administração



Município de Mercedes

Estado do Paraná

MAPA DE RISCOS (CLASSIFICAÇÃO)

I M P A C T O	Muito Alto 5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto 4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Médio 3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo 2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Muito baixo 1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		1	2	3	4	5
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo

PROBABILIDADE

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE
GRAUNKE:82935017
900

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE
GRAUNKE:82935017900
Dados: 2026.09.02 14:35:07 -03'00'

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

105

Ass.

CERTIDÃO DE ATIVIDADES MATERIAIS ACESSÓRIAS, INSTRUMENTAIS OU COMPLEMENTARES

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que o objeto em epígrafe constitui-se em atividade material acessória, instrumental ou complementar aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026

ROGERIO HENRIQUE

ENDLER:10245291938

Assinado de forma digital por
ROGERIO HENRIQUE

ENDLER:10245291938

Dados: 2026.09.02 14:35:24 -03'00'

Rogério Henrique Endler

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

CONCORRÊNCIA
XXXX/XXXX

CONTRATANTE (UASG)
MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR (UASG: 985531)

CONTRATAÇÃO UASG
985531-XX/2026

OBJETO

Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 1



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES
CONCORRÊNCIA Nº/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-100, na Cidade de Mercedes-PR, através do Agente de Contratação designado pela Portaria nº 362/2026, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: xx de xxxx de 20xx.

Horário: xxhxxmin (xxxxxx)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 - 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
 - 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
 - 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 2



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Anexo I – Termo de Referência;
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. sociedade cooperativa, conforme item 13 do Anexo I – Termo de Referência;
- 2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 3



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- ### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 4

Pag. 107
Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 5



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor global do objeto;

4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Edital/Termo de Referência/Peças Técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência/Peças Técnicas.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições, nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 6

Pag. 108

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

substituição.

4.10. A apresentação de proposta implica expressa concordância da proponente com a adequação do projeto que integra o presente certame, e, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto nos art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Em todo caso, serão observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal n.º 041, de 24 de março de 2023.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas.

4.12.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.13. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total global do objeto.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 7



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 8

Pag. 109

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

podão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empataadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 9



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

2006, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 162, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empataadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empataados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 10

Pag.

110

Ass.

Página | 9



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade.adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 11



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.66 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de

Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de obras/serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 12

Pag. 111

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de obras/serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de obra/serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional adiantamento posterior do contrato.
- 6.11.2. O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 13



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço/obra ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.
7. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
 - 7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
 - 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
 - 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
 - 7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %], SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIR ESSE ACRÉSCIMO] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 14

Pag. 112

Ass. [assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XXV/2026

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Agente de Contratação ou por membro da Equipe de Apoio/Comissão de Contratação, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço/obra, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através do fone (45) 3256-8045, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 15



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XXV/2026

SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período (uma única prorrogação), contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162, de 2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 16

Pag. 113

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 18

Pag.

114

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 19



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.16. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

9.17. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.18. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.19. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.20. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 20

Pag. 115

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XV/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XV/2026

motivada pelo agente de contratação/comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.
10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/>.
- 11.10.1. Por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 11.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
- 11.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Obrigações;
- 11.11.4. ANEXO IV – Análise de Riscos;
- 11.11.5. ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.11.6. ANEXO VI – Documento de Formalização de Demanda;
- 11.11.7. ANEXO VII – Minuta do Contrato;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 21



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XV/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XV/2026

11.11.8. ANEXO VIII – Documentação Técnica (Arquivos Engenharia – arquivo digital).

Mercedes/PR, em xx de xxxxx de 2026.

Laerton Weber
PREFEITO

Pag.

116

Ass.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 22



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Código IPM	Und	Qtd (Obra)	RS Total
1	Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do município de Mercedes/PR.	5622	34403	m²	866,34	989.729,02

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE

VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 23



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.

4.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.

4.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.

4.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.

4.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.

4.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.

Subcontratação

4.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.7.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Estrutura pré-fabricada, a qual representa 74,83% do valor do objeto.

4.7.2. A subcontratação fica limitada até 1,22% (parcela referentes a serviços preliminares e administração local) do valor do objeto.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 24

Pag.

11

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da homologação do procedimento, para prestação da garantia na modalidade seguro-garantia.

4.12. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, do setor de Engenharia, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil antes da data de realização do processo licitatório.

4.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através do fone (45) 3256-8045, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) meses para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Prolongamento da Rua Dr. João Inácio,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 25



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Chácara 102, 103 e 104 – Lago Municipal de Mercedes/PR.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, a obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A CONTRATADA salvaguardará os serviços executados conforme preconiza a ABNT NBR 17170 de 12 de dezembro de 2022 (Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área da obra todos os entulhos e sobas de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos, sujeira e materiais restantes da obra.

5.7.2. A limpeza deverá ser feita com materiais apropriados para não manchar ou machucar qualquer piso, estrutura metálica ou qualquer material da obra.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 26

Pag. 118

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro da obra.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

- 6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes);
- 6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 6.12. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

- 6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- 6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;
- 6.13.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 6.13.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 27



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

- 6.13.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

- 6.13.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 6.13.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

- 6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

- 6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;

- 6.13.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

- 6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

- 6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

- 6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:

- (a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

- (b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

- (c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

- 6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.

- 6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- 6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

- 6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

- 6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

- 6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

- 6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, e

- 6.14.6. a satisfação do público usuário.

- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br
Página | 28

Pag. 119

Ass. [assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASC n.º 985531-XXV/2026

- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

- 6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 6.18.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - 6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - 6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - 6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
 - 6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
 - 6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - 6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto se dará conforme o disposto neste item.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 29



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASC n.º 985531-XXV/2026

- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. A medição da parte executada será mensal e o pagamento será efetuado de acordo com o cronograma e após a autorização do Gestor do Contrato.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 30

Pag. 120

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 31



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. Sem prejuízo do disposto nos subitens que seguem, o faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) *nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;*

b) *cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/CFRP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) do(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;*

i. *deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.*

c) *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;*

d) *cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;*

e) *Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da*

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 32

Pag. 121

Ass. [assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

nota fiscal/ fatura.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constataada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

7.20.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.20.2. Termo de Recebimento Provisório;

7.20.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

7.20.4. quando necessário, do AS BUILT da obra.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 33



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED ou transferência bancária para pagamento.

7.25. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 34

Pag. 122

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XXV/2026

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JIL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 35



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XXV/2026

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 36

Pag. 123

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea "c", do Decreto Municipal n.º 160, de 2023), ou de sociedade simples.

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24. Nos termos do § 4º, do art. 176, da Lei n.º 6.404/76, dos itens 3.17 e 8.1 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.255/09, e do item 26 da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.418/12, a elaboração das Notas Explicativas é obrigatória, nos casos em que se verifica a incidência das citadas normas, devendo as referidas Notas ser apresentadas juntamente as demais comprovações contábeis mencionadas.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, que deverá conter cálculos realizadas através das seguintes fórmulas:

LG= Índice de liquidez geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG=

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC= Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e convertíveis a curto prazo)

Ativo Circulante

LC=

Passivo Circulante

SG= Solvência Geral

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

Ativo Total

SG=

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes (qualificação técnico-profissional), também abaixo indicado(s):

8.32.1. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, corresponsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa à obra objeto da presente licitação (*modelo constante APÊNDICE A*);

8.32.2. A declaração exigida acima (*modelo constante do APÊNDICE A*) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do responsável(ais) técnico(s) indicado(s), emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU", de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada (para os fins da presente exigência, considera-se parcela de maior relevância técnica e valor significativo: **Fabricação e instalação de tesoura/relíquia em aço; Trama de aço composta por terças; Pintura sobre superfície metálica; Telhamento e/ou telha termoisolante; Alambração estrutura por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada**);

8.33. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, declarada adjudicatária do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários à execução da obra (*modelo constante do APÊNDICE B*).

8.34. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 38

Pag. 124

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASC n.º 985531-XXV/2026

8.35. Comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra e a licitante, mediante uma das seguintes formas:

- 8.35.1. Carteira de Trabalho;
- 8.35.2. Certidão do CREA;
- 8.35.3. Certidão do CAU;
- 8.35.4. Contrato Social;
- 8.35.5. Contrato de prestação de serviços;
- 8.35.6. Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- 8.35.7. Pré-contrato de prestação de serviços ou declaração de vínculo futuro.

8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso (qualificação técnico-operacional).

8.36.1. Em se tratando de obras ou serviços de engenharia, a exigência de que trata este subitem deverá ser atendida mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pela CREA (Resolução CONFEA n.º 1.137, de 31 de março de 2023), ou de Certidão de Acervo Técnico-Operacional (CAT-O), emitida pelo CAU (Resolução n.º 93, de 7 de novembro de 2014).

8.37. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Fabricação e instalação de tesoura/frelça em aço;	6 unid ou 128,80 m ou 7.250,36 Kg
Trama de aço composta por terças;	338,67m² ou 384 m ou 2.161,92 Kg
Pintura sobre superfície metálica;	1.324,35 m²
Telhamento c/ telha termoisolante;	338,67 m²
Alambrado estruturado por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada;	200,88 m²

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.38.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.39. Para efeito de verificação da validade de certidões, se outro prazo não constar da lei ou dos próprios documentos, serão consideradas válidas aquelas emitidas no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do certame.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASC n.º 985531-XXV/2026

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexistência de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

() IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.2. Segue em anexo a análise de riscos relativa a contratação pretendida.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

- I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
- III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, *optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio*, consoante os motivos a seguir expostos:

- I) O objeto da presente contratação não envolve obra e/ou serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- II) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;
- III) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;
- IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

13. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

13.1. Considerando que, pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, o objeto implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores, resta impossibilitada a participação de cooperativas. Ainda, a gestão operacional do serviço não permite que o objeto seja executado de forma compartilhada ou em rodízio.

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

Nilma Eger
Assistente Administrativa

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 41



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação do Município de Mercedes

Referente: Edital de CONCORRÊNCIA N.º x/2026 – MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Conforme o disposto no Edital acima mencionado e de acordo com a Resolução n.º 218 de 29/06/1973 e n.º 1.025, de 30/10/2009, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e/ou Resolução nº 91, de 9/10/2014, do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nome	Especialidade	CREA n.º / CAU n.º	Data do registro	Assinatura do Responsável técnico

____ (local) _____, em _____ de _____ de 2026.

(Representante da empresa e qualificação do mesmo)

Pag. 126

Ass.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 42



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação do Município de Mercedes

Referente: Edital de CONCORRÊNCIA N.º xx/2026 – MUNICÍPIO DE MERCEDES

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA N.º xx/2026, instaurado por este Município, que se nossa empresa for declarada adjudicatária do objeto:

a) Manteremos durante a execução dos serviços, na qualidade de corresponsável na gerência dos mesmos, o(a) Engenheiro(a) Civil (ou outro profissional capacitado), Senhor(a) Agrônomo(a) – CREA, sob n.º _____;

b) Dispostemos de pessoal técnico necessário para a execução do objeto contratual;

c) Dispostemos de equipamentos necessários à execução do objeto do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____(local)_____, em _____ de _____ de 2026.

_____(assinatura)
(Representante da empresa e qualificação do mesmo)



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO IV

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

1. RISCOS – FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Definição inadequada das especificações.		
	Probabilidade:	Impacto:	Classificação:
Dano potencial:	Baixo	Alto	Médio
Ação Preventiva:	Cancelamento da licitação ou não atendimento da necessidade.		
Ação de Contingência:	Proceder levantamento de necessidade com diálogo com interessados, formalizar o Termo de Referência.	Responsável:	Secretaria responsável
	Retificar o Edital ou revogar a licitação.	Responsável:	Pregoeiro, Prefeito.

2. RISCOS – FASE DE LICITAÇÃO

Risco 2	Licitação deserta ou fracassada.		
	Probabilidade:	Impacto:	Classificação:
Dano potencial:	Baixo	Alto	Médio
Ação Preventiva:	Não atender à necessidade institucional e aumento de custos para refazer a licitação ou não utilizar a dotação orçamentária planejada.		
	Divulgar adequadamente, com prazo de publicação e exigências razoáveis, e seguindo o calendário legal e administrativo.	Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)
Ação de Contingência:	Refazer a licitação, com alterações eventualmente necessárias, no menor prazo possível.	Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)

3. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Inadimplemento Contratual.		
	Probabilidade:	Impacto:	Classificação:
	Baixo	Alto	Médio

Pag.

127

Ass.



Município de Mercedes
Estado do Paraná



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Dano potencial:	Inexecução do objeto ou atraso na conclusão.	
Ação Preventiva:	Assinar o contrato e toda documentação necessária, iniciado e cumprido dentro do cronograma estabelecido.	Fiscalização e Direção Administrativa
Ação de Contingência:	Notificar a contratada para cumprimento do prazo, sob pena das cominações legais.	Fiscalização e Direção Administrativa

4. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Desconformidade com as especificações.		
Probabilidade:	Baixa	Alto
Dano potencial:	Serviços executados com má qualidade (segurança, funcionalidade, dimensões, etc...).	Médio
Ação Preventiva:	Acompanhar os serviços e verificar se a execução está sendo conforme especificado.	Responsável: Fiscal Contrato
Ação de Contingência:	Exigir que sejam refeitos os serviços de acordo com o que foi contratado.	Responsável: Fiscal Contrato

5. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Atraso de pagamento.		
Probabilidade:	Raro	Alto
Dano potencial:	Descumprimento de obrigação da própria administração.	Médio
Ação Preventiva:	Comunicar e tramitar adequadamente a nota fiscal.	Responsável: Fiscal Contrato/Contabilidade
Ação de Contingência:	Diligenciar para corrigir eventuais falhas que impedem ou dificultam o pagamento, inclusive liberação de recursos.	Responsável: Fiscal Contrato/Contabilidade

MAPA DE RISCOS (CLASSIFICAÇÃO)

	Muito Alto 5	Alto 4	Médio 3	Baixo 2	Muito baixo 1					
						1	2	3	4	5
I	Muito	Alto	Médio	Alto	Alto	Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
M	Alto	Médio	Alto	Médio	Alto					
P	Médio	Alto	Médio	Médio	Alto					
A	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto					
C	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto					
T	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Médio					
O	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Médio					

PROBABILIDADE

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO V ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS Área Requisitante: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de implantação de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, localizado no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada às atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer disponibilizadas à população.

Atualmente, o espaço é amplamente utilizado por munícipes e visitantes para a prática de atividades físicas, eventos comunitários e momentos de convivência social. Contudo, a inexistência de uma estrutura coberta impossibilita a utilização do local em períodos de chuva, temperaturas elevadas ou condições climáticas adversas, ocasionando o cancelamento ou adiamento de atividades e reduzindo o aproveitamento do espaço público.

A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado para a realização contínua de práticas esportivas e recreativas, garantindo conforto, segurança e acessibilidade aos usuários durante todo o ano. Além disso, a estrutura permitirá a realização de eventos esportivos, educacionais, culturais e comunitários, fortalecendo as ações desenvolvidas pela Administração Municipal e promovendo maior integração entre os cidadãos.

A necessidade da obra também está alinhada às políticas públicas de incentivo ao esporte, ao lazer, à saúde e à inclusão social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a valorização do Lago Municipal Theobaldo Loffy como importante espaço de convivência, turismo e desenvolvimento social do município.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 47



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

3.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.

3.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.

3.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.

3.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.

3.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.

3.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.

Pag. 129

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 48



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XXV/2026

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS
Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Löffy do Município de Mercedes/PR.	m²	989.729,02

Classificação dos bens/serviços:

(X) Comuns. () Especiais. (X) Obras.
() Continuada. (X) Não continuada.

Justificativa: O objeto consiste em atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto ou engenheiro que implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, pelo que é classificado como obra. E trata-se de obra comum, uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

() Plurianual (X) Não plurianual.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Löffy do Município de Mercedes/PR.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XXV/2026
Processo Licitatório n.º XXV/2026 - Contratação UASG nº 985531-XXV/2026

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1		X	
A Solução atenderá as expectativas e trará economia para a Administração?	Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A única solução viável é a 1, pois, a empresa que será contratada fornecerá todos os materiais adequados e disponibilizará funcionários aptos a prestar este tipo de serviço, e equipamentos para realização do mesmo, ofertando assim uma maior segurança e economia para o município.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos).

Parâmetros utilizados: Levantamento de valores com referência na tabela SINAP.

Metodologia utilizada: Valor estipulado pelo orçamento, com base na tabela SINAP

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo:

Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Löffy, do Município de Mercedes/PR.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Não será parcelada, tendo em vista que os serviços possuem natureza integrada, complementar e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

interdependente, compondo um único projeto de melhoria da infraestrutura nas dependências do Lago.

A realização da obra por uma única empresa contratada proporciona maior eficiência na execução dos serviços, melhor coordenação das etapas construtivas e padronização dos materiais e acabamentos, garantindo maior qualidade final da obra. Além disso, a contratação conjunta facilita o gerenciamento e a fiscalização contratual pela Administração Pública, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, atrasos na execução e conflitos de responsabilidade entre diferentes empresas.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados:

Pretende-se contratar os serviços de acordo com o descritivo do Edital, ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades do Município de Mercedes, de forma eficaz e econômica.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias:

A locação deverá ser realizada pela CONTRATADA, seguindo rigorosamente o projeto. Após o término deste serviço, a CONTRATADA deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO, para que este faça as devidas verificações. Escavações e movimentação de terra necessária para execução dos serviços será incumbência da empresa CONTRATADA.

Para a execução da infraestrutura da obra, a CONTRATADA deverá realizar a demolição do pavimento polidétrico existente nas áreas de blocos, estacas e linhas de baldrames. Conforme indicado em planta específica de demolição, será necessária a remoção.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Nenhuma contratação correlata/interdependente foi estimada para esse caso.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 51



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Há possibilidade de impactos ambientais com relação aos resíduos oriundos da obra. Como medida mitigadora, a contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

() Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

Trata-se de obra certa e definida, não havendo previsão de futuras contratações similares.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo:

O processo licitatório para contratação de empresa para execução de serviços da construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR, é necessário conforme apresentado durante este Estudo Técnico Preliminar. Sendo assim, conclui-se como viável a contratação apresentada.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 52

Pag.
131

Ass.



Município de Mercedes
Estado do Paraná



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO VI
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes				
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo				
Responsável pela Elaboração do Documento: Adriano José Camargo				
E-mail: smelmercedes@hotmail.com		Telefone: (45) 3256-8083		
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.				
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): A presente contratação tem por finalidade a execução de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada à prática esportiva, recreativa e de lazer da população. Atualmente, o espaço do Lago Municipal é amplamente utilizado pela comunidade para atividades de convivência, eventos, práticas esportivas e recreação. Entretanto, a ausência de uma estrutura coberta limita a utilização do local em períodos de chuva, excesso de calor e demais condições climáticas adversas, reduzindo significativamente o aproveitamento do espaço público. A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado e seguro para a realização de atividades esportivas, projetos sociais, eventos comunitários, ações educacionais e culturais, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, a estrutura contribuirá para a promoção da saúde, do lazer e da integração social, fortalecendo as políticas públicas desenvolvidas pelo Município nas áreas de esporte, turismo e qualidade de vida. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para atender à demanda existente da população por espaços públicos adequados e acessíveis, promovendo a ampliação das oportunidades de prática esportiva e de convivência comunitária, bem como valorizando um dos principais pontos de lazer e turismo do Município de Mercedes/PR.				
3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:				
Item	Descrição	Catmat/Catser	Código IPM	Und Qtd. (Obra) R\$ Total
1	Construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo	5622	34403	M² 866,34 989.729,02

Loffy do Município de Mercedes/PR.				
*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio.				
Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O quantitativo foi definido através da demanda levantada pelo setor de engenharia do Município.				
4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano): R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos).				
5. Previsão da data desejada para a contratação: 30 julho de 2026.				
6. Grau de prioridade da compra ou contratação: () Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta				
7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas: () SIM – Qual: (X) NÃO				
8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos: 02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva Elemento de despesa 44905199 Fonte de Recurso 838 835 (Exercício anterior) 000 (Exercício anterior)				
9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º I do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023): () SIM (X) NÃO Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Mercedes-PR, 02 de setembro de 2026.				



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:
Secretário da Pasta Interessada (nome): Alexandre Graunke
Assinatura: _____



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE MERCEDES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MERCEDES E A EMPRESA
.....

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XX/XXX-XX, sediada na Rua/Av. XXXXXXXXXX XXXXX XXX, nº XXX, bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX, na cidade de Mxxxxxxx, Estado do xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxx xxxxx xxxxxxxx, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n.º xx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Und	Qtd. (Obra)	RS Total
1	Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do município de Mercedes/PR.	m²	866,34	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. O cronograma físico-financeiro do objeto;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.
2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**
- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses contados da assinatura do instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Para a emissão de Ordem de Serviço, será exigido do CONTRATADO a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRIT) junto ao CREA/CAU, referente a execução da obra, além da apresentação de Alvará de Construção e da inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do instrumento contratual.

3.3. É condição, ainda, para emissão da Ordem de Serviço, a participação do CONTRATADO em reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço/obra, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços/obra contratados.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela de maior relevância (estrutura pré-fabricada), a qual representa 74,83% do valor do objeto;

4.1.2. Poderá ser subcontratada a parcela referente a serviços preliminares e administração local, a qual representa até 1,22% do valor do objeto;

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 57



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n.º 123, de 2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 162, de 2015;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

5.4. Do valor total do contrato 50% (cinquenta por cento) correspondem a materiais, e 50% (cinquenta por cento) a mão de obra.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, qual seja 11/06/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 58



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC – ÍNDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO - MERCADO, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços/obra, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 59



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços/obra objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços/obra, após seu recebimento.

8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; e

c) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço/obra e notificações expedidas.

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço/obra for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço/obra, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço/obra para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 60

Pag. 135

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985331-XX/2026

para o exercício da atividade;

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obra nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço/obra no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/obra;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 61



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985331-XX/2026

terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços/obra e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço/obra;

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço/obra, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 62

Pag. 136

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 63



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 64

Pag. 137

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços/obra, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços/obra ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço/obra de engenharia;

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços/obra e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade SEGURO-GARANTIA, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anoal do contrato.

OU

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, pela fiança bancária ou, ainda, por título de capitalização custeado por pagamento único, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anoal do contrato.

10.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convenionadas.

10.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 65



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.

10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.12. No caso de garantia na modalidade de título de capitalização custeado por pagamento único, o resgate deverá se dar pelo valor total.

10.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 66

Pag. 138

Ass.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

II. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

i. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 67



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG nº 985531-XX/2026

iii. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

iv. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

v. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

vi. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

vii. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

viii. Para infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da advertência e/ou multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021), sem prejuízo do respeito aos demais postulados relativos ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 68

Pag. 139

Ass.



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XV/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XV/2026

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11.15. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.16. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

11.17. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.18. É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 69



Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XV/2026
Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XV/2026

considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

11.19. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequeação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 70

Pag. 140

Ass. [Assinatura]



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026
Edital de Concorrência n.º XV/2026

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva
Elemento de despesa 44905199
Fonte de Recurso 838
835 (Exercício anterior)
000 (Exercício anterior)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES
- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 15.5. O contratado expressa concordância com a adequação do projeto relativo ao objeto do presente contrato, e, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto nos arts. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Em todo caso, serão observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal n.º 041, de 24 de março de 2023.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO
- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8.º, 8.º, 2.º, da Lei n.º 12.527, de 2011.
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)
- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon – PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 71



Município de Mercedes
Estado do Paraná

Processo Licitatório n.º XV/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026
Edital de Concorrência n.º XV/2026

Mercedes/PR, em xx de xxxxx de 2026.

Município de Mercedes
CONTRATANTE

XXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

XXXX

XXXX

x

Pag. 141

Ass. [Assinatura]

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23
www.mercedes.pr.gov.br
Página | 72



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º XX/2026
Processo Licitatório n.º XX/2026 - Contratação UASG n.º 985531-XX/2026

ANEXO VIII

Documentação Técnica (Arquivos Engenharia – arquivo digital)

Disponível no endereço: <https://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php#>



Município de Mercedes

Estado do Paraná

CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE EDITAL E MINUTAS

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei, que na elaboração do Edital, e da minuta do Instrumento Contratual, relativos à *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, foram utilizadas as minutas padronizadas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.09.02 14:35:43

-03'00'
Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

144

Ass.

CERTIDÃO DE DESPESA ORDINÁRIA

CERTIFICO para fins de direito, sob as penas da lei que a contratação pretendida relativa à *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, se trata de despesa administrativa considerada ordinária, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mercedes – PR, 02 de setembro de 2026.

ROGERIO HENRIQUE

ENDLER:10245291938

Assinado de forma digital por

ROGERIO HENRIQUE

ENDLER:10245291938

Dados: 2026.09.02 14:36:04 -03'00'

Rogério Henrique Endler

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Ofício n.º 188/2026

Mercedes, 10 de setembro de 2026.

Exmo. Senhor Prefeito

Pelo presente solicito a Vossa Excelência a competente autorização para abertura de Processo Licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, forma ELETRÔNICA, que tem por objeto a *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.*

Outrossim, informo a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Processo Licitatório supra indicado. O pagamento será efetuado através da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

Anexo ao presente, a Portaria n.º 362/2026, na qual está designado o Agente de contratação/Pregoeiro, bem como os membros da Equipe de Apoio, a qual deverá ter sido publicada no Diário Oficial, anteriormente à publicação do Extrato de Edital de Licitação.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

ROGERIO HENRIQUE
ENDLER:102452919
38
Rogério Henrique Endler
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Assinado de forma digital por
ROGERIO HENRIQUE
ENDLER:10245291938
Dados: 2026.09.10 14:36:24
-03'00'

DE: ROGÉRIO HENRIQUE ENDLER – Secretário de Planej., Adm. e Finanças
PARA: LAERTON WEBER – Prefeito



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 362/2026.
DATA: 18 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no Artigo 71, II, "a" e "c" da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de se designar Agente de Contratação/Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, para a realização de licitações e contratações diretas nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR Jaqueline Stein, matrícula n° 58629, como Agente de Contratação/Pregoeira Titular, William Thomas da Silva dos Anjos, matrícula n° 179310 e Jéssica Gabriele Finckler, matrícula n° 86010, como Agente de Contratação/Pregoeiros Suplentes, para a realização de licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, nos moldes da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Os certames deverão ser conduzidos pela Agente de Contratação/Pregoeira Titular e, em seu impedimento ou ausência, pela Suplente.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ficam designados Milene Bruch Rambo, matrícula n° 143600; Camila Andressa Beyer, matrícula n° 182451; Nilma Eger, matrícula n° 38385; Dyeiko Allann Henz, matrícula n° 104426; e Sidiane Weiss, matrícula n° 51683.

Art. 3º. Fica revogada a partir desta data a portaria n° 854/2025.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 18 de maio de 2026.

LAERTON

WEBER:04530421988

Laerton Weber
PREFEITO

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.05.18 08:29:30
-03'00'



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

147

Ass.

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. O procedimento licitatório foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente registrado em sistema informatizado para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos?i	Não	Posterior a este documento
2. Consta Documento de Formalização de Demanda – DFD?ii	Sim	Pág 53 a 55 do Edital
3. Consta Estudo Técnico Preliminar – ETP?iii	Sim	Pág 47 a 52 do Edital
4. Houve justificativa para o caso de ausência de elementos facultativos do ETP?iv	Não se aplica	
5. Foi realizado o gerenciamento de risco, documentado em mapa de risco?v	Sim	
6. No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?	Não se aplica	
7. Foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa possui previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas, para o exercício financeiro em que se realizará a despesa?vi	Sim	Certidão de Despesa Ordinária
8. Caso a previsão de vigência do contrato ultrapasse um exercício financeiro, foi juntada aos autos declaração do ordenador de despesas de que a despesa tem compatibilidade com o Plano Plurianual?vii	Não se aplica	
9. Caso se trate de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, foi juntada aos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e	Não se aplica	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

148

Ass.

Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?viii		
10. Foi juntada a comprovação de titularidade do imóvel objeto da obra ou serviço de engenharia?ix	Sim	Pág 13 a 18 dos autos do processo
11. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?x	Não se aplica	
12. Foi juntado o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes - TJTR, integralmente preenchido?xi	Sim	Pág 19 a 37 dos autos do processo
13. Foi juntado o Termo de Referência – TR?xii	Sim	Pág 23 a 41 do Edital
14. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência confeccionado pela Procuradoria Jurídica?	Sim	Não houve alterações
15. Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?xiii	Sim	Item 12 do ETP e Item 21 do TJTR
16. O mapa de risco foi atualizado após a confecção do TR?	Sim	Pág 44 a 46 dos autos do processo
17. Os documentos técnicos, inclusive das planilhas orçamentárias, foram elaborados por profissional da área de engenharia, arquitetura ou técnico industrial competente, devidamente identificado?	Sim	Pág 12 dos autos do processo
18. Houve juntada de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT (conforme o caso) relativos aos elementos e/ou peças técnicas que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias?xiv	Sim	Pág 74 dos autos do processo
19. Foi juntada aos autos a portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio, caso adotada a modalidade de pregão?	Não se aplica	
20. Caso adotada a modalidade de concorrência, foi juntada aos autos a portaria de designação do agente de contratação, da equipe de apoio ou dos membros da comissão de contratação e seus substitutos?	Sim	Portaria 362/2026 – Pág 146 dos autos do processo
21. Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e	Não se aplica	



Aspectos gerais pertinentes a obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?		
22. Foi certificada a utilização dos modelos padronizados da Procuradoria Jurídica? xv	Sim	Certidão de Fé Pública

Verificação relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?	Sim	Item 4 do TJTR – Pág 22 dos autos do processo
2. Foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021?	Sim	Item 4 do TJTR – Pág 22 dos autos do processo
3. Caso não tenha sido observada a ordem de que trata o item anterior, houve comprovação da inviabilidade de utilização dos parâmetros que precedem, em grau de prioridade, o parâmetro utilizado?	Não se aplica	
4. Foram juntados orçamentos sintéticos de cada edificação, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra? xvi	Sim	
5. Foi juntada planilha orçamentária de consolidação, agrupando em uma única planilha todos os orçamentos sintéticos, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? xvii	Não	
6. Foi juntado orçamento resumido, apresentando apenas os subtotais da planilha orçamentária de consolidação ou os totais do orçamento sintético de cada etapa, parcela, edificação, instalação física ou trecho do empreendimento, nos casos de empreendimentos compostos por várias etapas, parcelas, edificações ou trechos? xviii	Não	
7. Foi juntado orçamento analítico formado por composições de custo unitário de todos os serviços existentes no orçamento sintético e de eventuais composições de custo unitário de serviços auxiliares? xix	Sim	Pág 22 a 23 dos autos do processo
8. Foi juntada curva ABC de serviços da planilha	Sim	Pág 23 dos autos do



Verificação relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
orçamentária de consolidação? xx		processo
9. Foi juntada curva ABC de insumos da planilha orçamentária de consolidação? xxi	Não	Pág 23 dos autos do processo
10. Foi juntado demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para a mão de obra horista e mensalista? xxii	Não	
11. Foi juntado demonstrativo analítico das taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI utilizadas?xxiii	Sim	Pág 24 dos autos do processo
12. Há demonstrativo de vantajosidade da adoção ou não do regime de Contribuição Previdenciária Sobre a Renda Bruta – CPRB?xxiv	Não	
13. Caso o serviço de engenharia envolva a disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, consta planilha de custos e formação de preços?	Não se aplica	
14. Caso o orçamento estimado da contratação seja sigiloso, foi juntada aos autos a justificativa?xxv	Não se aplica	

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
1. Caso adotado o regime de contratação integrada, foi elaborado anteprojetoxxvi?	Não se aplica	
2. O anteprojeto atendeu as exigências do inciso XXIV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021?	Sim	
3. Foi confeccionado projeto básico, em sendo o caso?	Sim	
4. O projeto básico atendeu a todas as exigências que constam do inciso XXV do art. 6º da Lei 14.133, de 2021?	Sim	
1. O projeto básico está atualizado às circunstâncias da publicação do edital?xxvii	Sim	
2. O projeto básico atendeu as diretrizes estabelecidas pelo art. 45 da Lei 14.133/2021?	Sim	
3. Foi elaborado o projeto executivo, ou foi previsto no termo de referência ou projeto básico que esse documento técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?	Sim	



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

151

Ass.

Verificação relacionada à confecção do anteprojeto e dos projetos	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.)
4. O projeto executivo atendeu às exigências do inciso XXVI do art. 6º da Lei 14.133/2021?	Sim	
5. O projeto executivo respeitou as bases definidas no projeto básicoxxviii?	Sim	
6. Os projetos desenvolvidos utilizaram adotada a Modelagem da Informação da Construção (<i>Building Information Modelling</i> - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021?	Não	

Mercedes-PR, 10 de setembro de 2026.

Camila Andreassa Bayer
Membro da Equipe de apoio



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
152	

PARECER JURÍDICO INICIAL (Fase Interna Preparatória) (Concorrência Eletrônica)

I – RELATÓRIO.

Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para sucinta análise e apreciação da regularidade jurídica do procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Eletrônica, com o Critério de Julgamento Menor Preço Global, adotado como o Regime de Execução Empreitada por Preço Global, que tem por objetivo a “Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.”

Classificação como Serviço comum e OBRA, conforme explanado com maiores detalhes no Termo de Justificativa Técnicas Relevantes (fls.19-27), serviço requisitado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, do município de Mercedes-Pr, com o valor preliminarmente estimado de R\$ 989.729,02 (Novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos), para aproximadamente 866,34 m² de construção; com grau de prioridade ALTA, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demanda (fl.02-03) e outros.

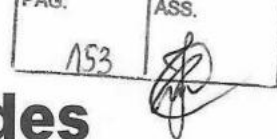
O caderno licitatório da Concorrência Eletrônica em análise, encontra-se até o presente momento instruído com os seguintes documentos, pertinentes a subsidiar a presente análise jurídico consultivo:

- Documento de Formalização de Demanda (fls. 02-03);
- Certidão de adoção do modelo de documento de DFD (fl.04);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP) (fls. 05-10);
- Certidão de adoção de modelo de ETP (fl. 11);
- Certidão de Fé Pública (fl. 12);
- Cópia Registro Matrícula Imóveis (fls.13-18);
- Termo de Justificativa Técnicas Relevantes – (fls. 19-27);
- Notas Explicativas – (fls.28-37);
- Relatório Fotográfico (fls.38-40);
- Relatório Técnico de Sondagem - (fls.41-59);



Município de Mercedes

Estado do Paraná



- Memorial Descritivo (fls.60-74);
- Informações; Planilha Orçamentária – (fls.75-82);
- Termo de Referência (fls.83-100);
- Certidão de modelo de TR (fl.101);
- Mapa de Riscos (fls.102-103);
- Classificação Mapa Risco (fls.104);
- Certidão Atividades Materiais Acessórias, instrumentais ou Compl. (fls.105);
- Minuta de Edital de Concorrência Eletrônica (fls. 106-142);
- Certidão de Adoção de Modelo de Edital e Minutas (fl. 143);
- Certidão de Despesa Ordinária (fl. 144);
- Ofício 188-2026 ao Exmo. Senhor Prefeito (fl.145);
- Portaria nº 362 – 2026 - Agente de Contratação e Equipe de Apoio. (fl. 146);
- Lista de Verificação Regularidade Processual de Documentos. (fls.147-151).

Por razões de economia processual, documentos não mencionados anteriormente, serão devidamente referenciados ao longo do parecer jurídico caso haja necessidade. Em síntese este é o relatório do parecer jurídico inicial.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Dos limites da Análise Jurídica.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no que diz respeito ao controle prévio de legalidade, conforme trata o art. 53, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

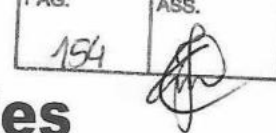
II - Redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

(...)



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Dessa maneira, como não há uma determinação legal para impor uma fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva, na eventualidade de o administrador gestor optar por não atender as orientações deste Órgão Consultivo, deverá justificar nos próprios autos as razões que embasaram tal postura, isto em face do princípio da motivação dos atos administrativos.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe unicamente aos aspectos jurídicos do procedimento licitatório, excluídos da análise, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica ou financeira o que inclui o detalhamento técnico da obra, suas características, requisitos, preços, valores e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a Autoridade Competente provida de Poder Decisório juntamente com a respectiva Secretaria Municipal requisitante, se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a adequação da contratação às reais necessidades da Administração Pública Municipal.

Feita a ressalva, passa-se à análise estritamente jurídica dos autos apresentados no presente processo licitatório, considerando ainda que o Processo 140-2026; Concorrência Eletrônica nº 06-2026, pleiteando contratação do mesmo objeto restou fracassado.

Da previsão da contratação no Plano de Contratação Anual (PCA).

O Plano de Contratações Anual (PCA), é um documento de governança que consolida e auxilia as compras e contratações futuras de um órgão público qualquer. É uma ferramenta de cunho obrigatório sob os dogmas e preceitos trazidos pela nova lei de licitações, que visa racionalizar os processos licitatórios, e ajuda a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e aumentar a transparência das contratações, conforme trata o art.12 da Lei Federal nº 14.133 de 2021. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

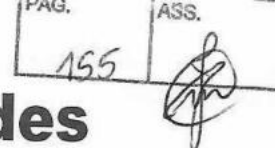
VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

(...)



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Conforme consta no tópico nº 002 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls.05-10), o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob ID nº 067; Unid. Gestora nº 02014.

Da utilização da Concorrência Eletrônica como a Modalidade de Licitação.

Diante dos autos apresentados, infere-se que a escolha da Concorrência Eletrônica, como modalidade de licitação, aparenta ser a opção mais adequada, pois conforme demonstrado no tópico nº 04 do *Estudo Técnico Preliminar* (fls. 05-10) se trata de contratação de Serviço Comum, e como OBRA, conforme consta no tópico 1.1 e 1.2 do *Termo de Justificativas Técnicas Relevantes* (fl.19-27) trata-se de “Objeto consiste em atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto ou engenheiro que implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, acarreta alteração substancial das características original de bem imóvel (...)”. Isso em aparente sintonia com as normas retratadas no dispositivo do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

(...)

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

a) menor preço;

b) melhor técnica ou conteúdo artístico;

c) técnica e preço;

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

(...)



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
156	

Da utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento administrativo que permite à administração pública registrar formalmente através da lavratura de uma ATA, os preços de bens e serviços para futuras contratações, é uma ferramenta jurídica para otimizar e agilizar as licitações, economizando tempo e recursos para a Administração Pública, conforme preconiza o artigo 40 da Lei Federal nº14.133 de 2021, vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

- I - Condições de aquisição e pagamento** semelhantes às do setor privado;
- II -** Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;
- III -** determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;
- IV -** Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

Nesse sentido, o artigo 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023, especifica que o Sistema de Registro de Preços - SRP – será adotado, preferencialmente:

Art. 64 - O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

- I -** Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II -** Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III -** Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV -** Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal deliberou o assunto e ao final indicou, no tópico nº 013 do Estudo Técnico Preliminar (fls.05-10), que "trata-se de obra certa e definida, não havendo previsão de futuras contratações similares". Assim sendo, não a que se falar na utilização de Ata de Registro de Preço para a presente contratação, nesse contexto insta mencionar ainda que o Regime de Execução adotado pela Administração foi o de Empreitada por Preço Global, conforme indicado no tópico 2 das Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, e tipificado no artigo 6º, inciso XXIX da Lei Federal nº 14.133 de 2021. Vejamos:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PAG.	ASS.
157	

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

(...)

Assim, é possível verificar que a contratação pública almejada sob regime de execução Empreitada por Preço Global, no contexto de execução de obras e serviços de engenharia, é um regime em que a empresa contratada fica responsável pela execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

III - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

Documentos necessários ao planejamento da contratação.

De acordo com os ditames da Lei Federal nº 14.133 de 2021, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) Documento para Formalização da Demanda;
- b) Estudo Técnico Preliminar;
- c) Mapa(s) de Risco;
- d) Termo de Referência.
- e) Projetos.

Dito isso, percebe-se que, conforme já mencionado anteriormente no relatório, os documentos acima mencionados, aparentemente foram todos elaborados previamente e juntados neste caderno licitatório, embora estes sejam documentos de natureza essencialmente técnica, recomenda-se algumas observações apenas a título de orientação jurídica, com base na legislação vigente.

Da elaboração do Documento Formalização da Demanda e Estudo Técnico Preliminar.

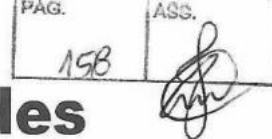
Da análise do *Documento Formalização da Demanda*, (fls.02-03) percebe-se que foram previstos os conteúdos do art. 6º do Decreto Municipal nº 031 de 2023, especialmente expondo de forma objetiva no tópico nº 02 a justificativa da necessidade da contratação, e no tópico nº 03 a descrição sucinta do Objeto a ser contratado.

Em relação ao *Estudo Técnico Preliminar* (fls.05-10) a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal nº 031, de 2023 estabelecem que a Administração Pública deverá elaborar um Estudo Técnico Preliminar, antes de realizar a contratação. Tal documento foi



Município de Mercedes

Estado do Paraná



definido como elemento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, que caracteriza o interesse público envolvido, o problema a ser resolvido e a melhor solução para o problema. Caso haja conclusão pela viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, o estudo técnico preliminar servirá de base para fundamentar o *Termo de Referência* (art. 6º, inciso XX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 c/c art. 7º do Decreto Municipal nº 031, de 2023).

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XX - Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

(...)

Os agentes que atuar na área técnica especializada e que realizar o estudo, deverá certificar-se de que o Estudo Técnico Preliminar traz os conteúdos previstos no art. 7º, do Decreto Municipal nº 031, de 2023. Destaque-se, em especial, que o art. 7º, §1º, do Decreto Municipal nº 031, de 2023 estabelece que os estudos preliminares, obrigatoriamente, deverão conter:

Art. 7º - Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

§ 1º - O estudo técnico preliminar a que se refere o *caput* deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica socioeconômica, sociocultural e ambiental da contratação, abordando todas as questões técnicas, mercadológicas e de gestão da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

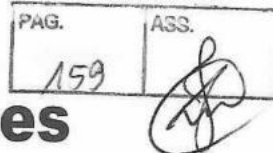
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis para a contratação, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:



Município de Mercedes

Estado do Paraná



a) Ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada, quando couber, dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Em uma eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos no art. 7º, do Decreto Municipal nº 031, de 2023, deverá ser devidamente justificada no próprio documento. No caso em análise, verifica-se que a Administração Pública Municipal juntou o *Estudo Técnico Preliminar* às (fls.05-10) e infere-se que o referido documento contém, em geral, os elementos exigidos pelo Decreto Municipal nº 031, de 2023, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Quanto ao posicionamento conclusivo, o processo licitatório para contratação de empresa para execução de serviços da construção da quadra coberta junto ao lago municipal (...) é necessário conforme apresentado (...). (fls.10).

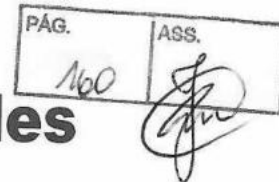
Do Gerenciamento e análise de possíveis Riscos.

Cabe pontuar que “Mapa de Riscos” não se confunde com cláusula de matriz de risco, a qual será tratada se necessário, quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. O Gerenciamento de Risco se materializa pelo documento denominado “*Mapa de Riscos*”, conforme já mencionado no relatório.



Município de Mercedes

Estado do Paraná



A análise de riscos é uma ferramenta utilizada previamente em processos licitatórios para identificar, avaliar e tratar com antecedência os riscos associados à contratação pública, esse instrumento auxilia a Administração Pública a identificar e mitigar os riscos identificados, vislumbrando uma maior chance de sucesso da contratação pretendida, conforme a Nova Lei de Licitações nº 14.133 de 2021 explana.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

X - A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

(...)

Assim, a Administração Pública realizou o estudo e apresentou o referido Mapa de Riscos (fls.102-103) onde foram identificados e analisados previamente os possíveis riscos inerentes à contratação, o teor do impacto e a sua probabilidade de ocorrência.

Da elaboração do Termo de Referência.

Inicialmente, cumpre lembrar que é recomendável a utilização do modelo de adoção do Termo de Referência disponibilizado pela Procuradoria Jurídica Municipal, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise conforme o art. 19, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

IV - Instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

Recomenda-se, que as alterações realizadas no modelo padronizado de Termo de Referência sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo conforme o art. 19, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Posto isso, o art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, define o Termo de Referência como documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

167 ASS.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) **definição do objeto**, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) **fundamentação da contratação**, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) **descrição da solução como um todo**, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) **modelo de gestão do contrato**, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) **estimativas do valor da contratação**, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) **adequação orçamentária**.

Conforme consta no Termo de Justificativa Técnicas Relevantes (fls.19-27), em se tratando de Obras como é caso do presente procedimento licitatório, em especial nesse contexto de execução de um Serviço Comum, o art. 45 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, dispõe que:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- II - Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - Avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - Proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
- VI - Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto de contratação pública, insta destacar da necessidade de mencionar a catalogação, e que a não utilização do catálogo eletrônico de padronização é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação conforme tratado no art. 6º, inciso LI, c/c art. 19, inciso II, e § 2º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
162	

(...)

LI - catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras: sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação;

(...)

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

(...)

II - Criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

(...)

§ 2º A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o inciso II do caput ou dos modelos de minutas de que trata o inciso IV do caput deste artigo deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

(...)

Em análise eminentemente formal, verifica-se que o *Termo de Referência* contemplou de forma geral, as exigências contidas na legislação acima citada, utilizando o catálogo eletrônico CATSERV sob nº 5622; Código Sistema IPM nº 34403, para a Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, conforme evidenciado nos autos.

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas.

Como vem se consolidando, a justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, não deve esta Procuradoria Municipal se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (*oportunidade e conveniência*) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na eventual hipótese de afronta aos preceitos legais, o que não parece ser o caso em comento.

Inobstante, observe-se que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização conforme o art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, e que sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
163	

- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- (...)

Ainda sobre esse tema, vale destacar que, caso as especificações somente possam ser atendidas por uma quantidade de fornecedores considerada restrita, deverá ser avaliada a pertinência de retirar ou flexibilizar requisitos, de modo que se possa manter apenas aqueles considerados indispensáveis. Diante dos autos apresentados, a presente contratação não aparenta possuir especificações que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

No caso em tela trata-se de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para a contratação de OBRA, Serviço Comum, conforme já descrito anteriormente.

Parcelamento da contratação e a regra geral da necessária Adjudicação.

Outro ponto relevante nas contratações públicas, diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso em tela, consta no tópico nº 08 do Estudo Técnico Preliminar (fls.05-10) uma justificativa para a não aplicação do *Princípio do Parcelamento*. Conforme exposto no citado documento “Não será parcelada, tendo em vista que os serviços possuem natureza integrada, complementar e interdependente, compondo um único projeto de melhoria da infraestrutura do nas dependências do Lago”.

Dito isso, verifica-se que o instrumento convocatório prevê a adjudicação do objeto em (001) um Item único, sendo ele a “Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR”.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Critérios e práticas de Sustentabilidade Ambiental nas contratações.

Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade, a legislação trata no artigo 5º; artigo 11, inciso IV; art. 18 §1º inc. XII e §2º; todos tipificados na Lei Federal nº 14.133 de 2021, que deverão ser tomados alguns cuidados gerais no que diz respeito ao Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável, inclusive por meio da priorização de aquisições de produtos reciclados e/ou recicláveis, nesse sentido, em conformidade com a norma já evidenciada, trata o artigo 7º, inciso XI, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Vejamos:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:
(...)

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

(...)

Assim, caso haja a necessidade, as especificações referentes a este assunto, devem conter critérios de sustentabilidade ambiental, devendo a Administração Pública formular as exigências de forma a não frustrar a competitividade. Se a Administração Pública entender que os bens não se sujeitam aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

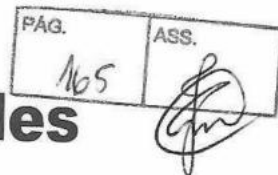
Feitas essas considerações, verifica-se que a Administração fez constar, no tópico nº 012 do Estudo Técnico Preliminar, possíveis impactos ambientais e correspondentes medidas mitigadoras. Vejamos "Há possibilidades de impactos ambientais com relação aos resíduos oriundos da obra. Como medida mitigadora, a contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduo sólido e seu adequado gerenciamento". (fls.09).

Tal análise ambiental, demonstra ser de cunho eminentemente técnico, pois, compete a unidade requisitante, bem como a empresa contratada, demonstrar tal segmento, não cabendo assim ao parecerista jurídico municipal realizar análise técnica ou emitir juízo de valor acerca da existência, ou não, de impactos ambientais a serem tratados na presente contratação.



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Do orçamento da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de planilhas.

Quanto ao orçamento apresentado, em havendo necessidade, é dever da Administração Pública, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação conforme o art. 6º, inciso XXIII, alínea "i", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

IV - O orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

(...).

Partindo da premissa da utilização estritamente técnica para a aferição dos preços, através de laudos técnicos, projetos, planilhas, fórmulas e memoriais descritivos formulados por profissionais capacitados, a adequação da metodologia empregada pela Administração para estimar o valor de mercado do objeto contratual, deixará de ser examinada por esse órgão jurídico. Ressalta-se, contudo, que em surgindo necessidade, a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com o Decreto Municipal n.º 036, de 2023.

Art. 1º - No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado da contratação será definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados, sempre que possível, de forma combinada:

I - A composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços oficiais para objetos em geral, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da



Município de Mercedes

Estado do Paraná

pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - a utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo municipal, estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - A pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná; e

VI - Os preços de tabelas oficiais.
(...)

Contudo, insta mencionar que foram juntados aos autos, relatórios, memoriais, tabelas oficiais de preços e projetos, provenientes do setor de engenharia municipal que ajudam a subsidiar tal demanda, conforme já mencionado anteriormente. Orienta-se, contudo, que dentro das possibilidades existentes, se procure ampliar e diversificar as fontes de pesquisa de preços, na forma do que trata o Decreto Municipal n.º 036, de 2023, de maneira a se criar e manter uma cesta de preços ideais, bem como elaborar e manter um banco de dados fidedigno para colaborar com as aquisições, nos termos do artigo 23.

Designação formal do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio.

Constata-se nos autos apresentados, que foi juntado, à fl. 146, o documento do tipo Portaria n.º 362 de 18 de maio de 2026, que comprova a designação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio conforme preconiza o art. 8º, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal n.º 032, de 2023.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

(...)



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
167	

O agente de contratação e a equipe de apoio são agentes públicos indispensáveis na tramitação dos processos de licitação e contratações públicas, conforme o tratamento expresso na Lei Federal nº 14.133 de 2021, reconhecida atualmente como a Nova Lei de Licitações. O agente de contratação com o apoio da equipe indicada, é o agente público responsável por conduzir o processo licitatório, analisando, tomando decisões e fornecendo suporte e continuidade ao certame até a fase final do certame, momento em que será realizado a homologação do resultado final.

Da elaboração dos Projetos de Engenharia.

Por se tratar da contratação de uma OBRA com características de serviços comuns, cujo regime de execução (indireta) adotado é a modalidade EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL conforme tópico nº 08 do *Termo de Referência* (fls.83-100) e tópico 1.2 do *Termo de Justificativa Técnicas Relevantes* (fls.74-82), infere-se através dos autos, que a Administração Pública realizou a elaboração das análises e dos projetos obrigatórios, nos termos do art. 46, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme já mencionado anteriormente.

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

(...)

II – Empreitada por preço global;

(...)

§ 9º Os regimes de execução a que se referem os incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo serão licitados por preço global e adotarão sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

Verifica-se ainda, que os projetos e memoriais descritivos que foram juntados aos autos, foram elaborados e assinados por profissionais da área da engenharia capacitados qualificados com certificação profissional, conforme restou demonstrado ao final de cada documento da engenharia acostado aos autos.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Da possibilidade de participação de ME, EPP e Cooperativas no certame licitatório.

O Decreto Municipal nº 162, de 4 de dezembro de 2015 prevê um tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

O art. 6º do referido Decreto Municipal estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (*oitenta mil reais*), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação.

Por outro lado, prevê o art. 8º do Decreto nº 162/2015 que, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (*oitenta mil reais*), deverá ser reservada cota de até (25%) vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Os órgãos e entidades contratantes poderão deixar de observar as cotas reservadas quando justificar a existência de prejuízo para a contratação do conjunto ou do complexo do objeto. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

- De exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 162, de 2015;
- De prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 162, de 2015.

Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

Por fim, os tratamentos diferenciados devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas no art. 10 do Decreto Municipal nº 162, de 2015, o que requer a devida justificativa. Dispõe referido artigo:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Diante disso, verifica-se que, no caso em análise, a estimativa do valor da contratação da Obra é de R\$ 989.729,02 (Novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos), portanto ultrapassa os referidos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo o caso de licitação destinada a participação de AMPLA CONCORRENCIA.

Todavia, serão asseguradas as prerrogativas de tratamento favorecido no caso de haver participação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme previsão constante na Lei Complementar Federal 123 de 2006; na Lei Complementar Municipal nº 012 de 2009; do Decreto Municipal 162/2015 e tópico 2.5 do edital.

Das Minutas Padronizadas – Edital e Contrato.

Recomenda-se sempre a utilização das minutas disponibilizadas pela Procuradoria Jurídica Municipal, conforme trata o artigo 19, inciso IV, e § 2º, c/c art. 25, § 1º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como que as alterações realizadas nos modelos sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo conforme o art. 19, § 2º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021. A padronização de modelos de editais e contratos é uma medida de eficiência e celeridade administrativa.

Nesse sentido, a utilização da minuta-padrão disponibilizada pela Procuradoria Jurídica, no presente caso, ao tempo em que revela ser medida de eficiência, acaba por restringir a análise jurídica a ser elaborada, tornando-se desarrazoada a revisão e a análise minuciosa de cada cláusula da minuta trazida, pois tal medida iria, na verdade, de encontro à finalidade pretendida com a padronização.

Os requisitos e elementos a serem contemplados na minuta de edital são aqueles previstos no art. 25, caput, da Lei nº 14.133/2021, já os requisitos do instrumento contratual



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PAG.	ASS.
170	

estão elencados no art.92 do mesmo diploma legal, com as devidas adaptações às especificidades de cada contratação.

No caso, verifica-se que a Administração utilizou os modelos de documentos disponibilizados pela procuradoria municipal, conforme certificação de Documentos de Formalização de Demanda (fl.04); Estudo Técnico Preliminar (fl.11); Termo de Referência (fl.113); conforme certificação processual expressa nos autos.

Da disponibilidade financeira e orçamentária.

No presente caso, em atenção ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "j", c/c art. 18, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, consta na fl. nº 145 um *Ofício* sob nº 188-2026 do respectivo setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

Alerta-se, ainda, para caso exista ou se manifeste a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo ou do instrumento equivalente, a *Nota de Empenho* suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

(...)

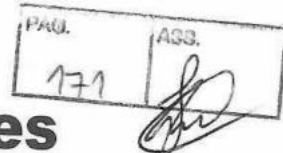
Necessário destacar, que o atendimento ao art. 16, I e II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, (*leia-se Lei de Responsabilidade Fiscal*) somente será necessário se as despesas que amparam a ação orçamentária em apreço não forem qualificáveis como atividades, mas, sim, como projetos, isto é, se não constituírem despesas rotineiras, como estabelece a Orientação Normativa AGU nº 52/2014 (*"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000"*).

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.



Município de Mercedes

Estado do Paraná



Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
(...)

Neste sentido, registra-se que consta na fl. 144, uma *Certidão* dando conta que a contratação pretendida se trata de Despesa Administrativa Ordinária, já prevista no orçamento e destinada à manutenção de ação preexistente, pelo que resta dispensada a juntada aos autos dos documentos indicados no art. 16, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da publicação do Edital e da Lei de Acesso à Informação.

Conforme consta no art. 54, *caput* e §1º, da Lei Federal nº 14.133 de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, bem como em jornal de grande circulação.

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no *caput*, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.
(...)

No caso, por se tratar de contratação de uma Obra, deve ser observado o prazo mínimo de (10) dez dias úteis, entre a data da última divulgação do edital de licitação, e o início da sessão de apresentação das propostas e lances, conforme o art. 55, inciso II, "a", da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:
(...)

II - No caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;



Município de Mercedes

Estado do Paraná

PAG.	ASS.
172	

(...)

Destaca-se ainda que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 54

(...)

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

(...)

Registra-se, entretanto, que por força do Decreto n.º 175, de 18 de outubro de 2023, nos termos que faculta o art. 176, III, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o Município de Mercedes-PR optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por ora. E enquanto não adotado expressamente o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), as providências que demandarem divulgação por tal meio, previstas nos Decretos Municipais que regulamentam a Lei n.º 14.133/2023, em especial o Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 033, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 034, de 24 de março de 2023, Decreto Municipal n.º 035, de 24 de março de 2023 e o Decreto Municipal n.º 040 de 24 de março de 2023, deverão ser efetivadas na forma do parágrafo único do artigo 1º do Decreto n.º 175, de 2023. Confira-se:

Art. 1º Nos termos que faculta o art. 176, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deixa-se de adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo único. Enquanto não adotado o PNCP, a Administração Direta, autárquica e fundacional do Município de Mercedes, deverá:

I - Publicar, em diário oficial eletrônico, as informações que a Lei n.º 14.133/2023 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

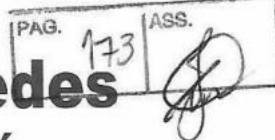
II - Disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Ademais, de acordo com a Lei Estadual n.º 19.581, de 04 de julho de 2018, e com o Acórdão n.º 2210/22 – Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deverá ser



Município de Mercedes

Estado do Paraná



disponibilizado ainda a íntegra do processo licitatório, em tempo real, no site oficial do Ente Federativo contratante, Município de Mercedes-Pr.

IV – CONCLUSÃO.

Em face de toda a documentação exposta nos autos, manifesta-se esta Procuradoria Municipal pela aparente REGULARIDADE JURÍDICA do procedimento submetido ao exame desta unidade consultiva, ressalvado todo o juízo de *mérito* da Administração Pública que provida de poder decisório na escolha e tomada de decisão quanto aos aspectos técnicos, econômicos e financeiros, escapam à análise deste órgão consultivo.

É o *Parecer Jurídico*, opinativo, não vinculativo, formulado com as informações apontadas nos autos, passível de ser censurado ou deliberado por outro entendimento que, devidamente fundamentado no ordenamento jurídico vigente, comprove ou ao menos demonstre nos autos um melhor resguardo aos interesses do Município de Mercedes-PR.

Mercedes-PR, 14 de setembro de 2026.

Rodrigo Adolfo Peruzzo
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/PR 126260



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

174

Ass.

Parecer n.º 107/2026

Mercedes, 14 de setembro de 2026.

Ilmo. Sr. Secretário de Planejamento, Administração e Finanças,

Considerando as informações apresentadas por Vossa Senhoria, **AUTORIZO** o Processo Licitatório n.º 184/2026, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 8/2026, que tem por objeto a *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.*

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

LAERTON
WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.09.14 13:09:05
-03'00'

Laerton Weber
PREFEITO

DE: LAERTON WEBER – Prefeito

PARA: ROGÉRIO HENRIQUE ENDLER – Secretário de Planej., Adm. e Finanças



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

175

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

CONCORRÊNCIA

8/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR (UASG: 985531)

CONTRATAÇÃO UASG

985531-35/2026

OBJETO

Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/10/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO**

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

176

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES

CONCORRÊNCIA Nº 8/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MERCEDES, Estado do Paraná, sediado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, centro, CEP 85.998-100, na Cidade de Mercedes-PR, através do Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 362/2026, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08 de outubro de 2026.

Horário: 08h00min (oito horas)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a *contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006 e do Decreto Municipal n.º 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 2



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

777

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 12 do Anexo I – Termo de Referência;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. sociedade cooperativa, conforme item 13 do Anexo I – Termo de Referência;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 3



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.

178

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 4



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

179

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.66 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.111 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 5



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

180

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor global do objeto;

4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Edital/Termo de Referência/Peças Técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência/Peças Técnicas.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

substituição.

4.10. A apresentação de proposta implica expressa concordância da proponente com a adequação do projeto que integra o presente certame, e, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto nos art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Em todo caso, serão observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal n.º 041, de 24 de março de 2023.

4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas.

4.12.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.13. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total global do objeto.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

Ass.

182

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto",

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 8



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
183

Ass.
[Signature]

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 9



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

2006, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 162, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 10



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

185

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será tido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

5.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e

6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 11



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.66 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de obras/serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

187

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 6.9.3.** No caso de obras/serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1.** Em se tratando de obra/serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.11.2.** O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto.
- 6.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

188

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço/obra ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 14



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Agente de Contratação ou por membro da Equipe de Apoio/Comissão de Contratação, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço/obra, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através do fone (45) 3256-8045, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 15



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
190

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

- SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período (uma única prorrogação), contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1. .
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal n.º 162, de 2015).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 16



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

191

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.
- 8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e assinada a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
 - 8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 17



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

192

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 18



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

193

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 19



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

104

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. As infrações relativas a fase de execução contratual, respectivas sanções e procedimento sancionador, constam da minuta do instrumento contratual, anexo deste Edital.

9.16. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração, seja na fase da licitação, seja na fase de execução contratual, poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

9.17. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

9.18. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

9.19. É responsabilidade do licitante/contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

9.20. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: e-mail licitacao@mercedes.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 20



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

motivada pelo agente de contratação/comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.
10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/>.
 - 11.10.1. Por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes optou por não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 11.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;
 - 11.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Obrigações;
 - 11.11.4. ANEXO IV – Análise de Riscos;
 - 11.11.5. ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar;
 - 11.11.6. ANEXO VI – Documento de Formalização de Demanda;
 - 11.11.7. ANEXO VII – Minuta do Contrato;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

196

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

11.11.8. ANEXO VIII – Documentação Técnica (Arquivos Engenharia – arquivo digital).

Mercedes/PR, em 14 de setembro de 2026.

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.09.14 13:29:05
-03'00'

Laerton Weber
PREFEITO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

193

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat/ Catser	Código IPM	Und	Qtd (Obra)	R\$ Total
1	Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do município de Mercedes/PR.	5622	34403	m²	866,34	989.729,02

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência e peças técnicas, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência e peças técnicas.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 23



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

198

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.
- 4.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.
- 4.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.
- 4.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.
- 4.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.
- 4.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.

Subcontratação

- 4.7. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.7.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Estrutura pré-fabricada, a qual representa 74,83% do valor do objeto.
- 4.7.2. A subcontratação fica limitada até 1,22% (parcela referentes a serviços preliminares e administração local) do valor do objeto.
- 4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.
- 4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 24



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

199

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.11. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. O adjudicatário terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da homologação do procedimento, para prestação da garantia na modalidade seguro-garantia.

4.12. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização custeado por pagamento único, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.13. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, do setor de Engenharia, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, até um dia útil antes da data de realização do processo licitatório.

4.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto ao Setor de Engenharia do Município de Mercedes, através do fone (45) 3256-8045, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho;

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) meses para execução do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Prolongamento da Rua Dr. João Inácio,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 25



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

200

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

Chácara 102, 103 e 104 – Lago Municipal de Mercedes/PR.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os horários serão programados pela Contratada, para cumprir o cronograma estabelecido.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. É de responsabilidade da Contratada a conferência do quantitativo e itens do orçamento, a obra deverá ser executada na íntegra, conforme informações no orçamento, projeto e memorial descritivo;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A CONTRATADA salvaguardará os serviços executados conforme preconiza a ABNT NBR 17170 de 12 de dezembro de 2022 (Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. Para a entrega e recebimento, deverão ser retirados da área da obra todos os entulhos e sobras de materiais. No ato da entrega, a limpeza deverá ser total, não serão admitidos quaisquer tipos de detritos, sujeira e materiais restantes da obra.

5.7.2. A limpeza deverá ser feita com materiais apropriados para não manchar ou machucar qualquer piso, estrutura metálica ou qualquer material da obra.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 26



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período estabelecido no cronograma físico financeiro da obra.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscal do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes);

6.11. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.13. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.13.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.13.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.13.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.13.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.13.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.13.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.13.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 27



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

202

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

- legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 6.13.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 6.13.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 6.13.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.13.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 6.13.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 6.13.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 6.13.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.13.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.13.16. no caso de obras e serviços de engenharia:
- (a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
 - (b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
 - (c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- 6.13.17. outras atividades compatíveis com a função.
- 6.14. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.14.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - 6.14.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - 6.14.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - 6.14.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - 6.14.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - 6.14.6. a satisfação do público usuário.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 28



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

203

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

- 6.18.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.18.2. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.18.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.18.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.18.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.18.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.18.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- 6.18.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.18.10. Outras atividades compatíveis com a função.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto se dará conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 29



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

204

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. A medição da parte executada será mensal e o pagamento será efetuado de acordo com o cronograma e após a autorização do Gestor do Contrato.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.3. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

- 7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
- 7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

206

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. Sem prejuízo do disposto nos subitens que seguem, o faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) *nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;*
- b) *cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;*
 - i. *deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.*
- c) *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;*
- d) *cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;*
- e) *Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da*

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

nota fiscal/fatura.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.20. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

7.20.1. comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.20.2. Termo de Recebimento Provisório;

7.20.3. Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

7.20.4. quando necessário, do AS BUILT da obra.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 33



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

208

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED ou transferência bancária para pagamento.

7.25. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.27.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.29. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 34



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 35



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

210

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 36



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

211

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 4º, inciso II, alínea “c”, do Decreto Municipal n.º 160, de 2023), ou de sociedade simples.

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24. Nos termos do § 4º, do art. 176, da Lei n.º 6.404/76, dos itens 3.17 e 8.1 da NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.255/09, e do item 26 da ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.418/12, a elaboração das Notas Explicativas é obrigatória, nos casos em que se verifica a incidência das citadas normas, devendo as referidas Notas ser apresentadas juntamente as demais comprovações contábeis mencionadas.

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, que deverá conter cálculos realizadas através das seguintes fórmulas:

LG= Índice de liquidez geral (indicador da capacidade de solvência a longo prazo)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

LC= Índice de liquidez corrente (indicador da capacidade de solvência a curto prazo, utilizando valores disponíveis e conversíveis a curto prazo)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG= Solvência Geral

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

212

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026*

Ativo Total

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade.

8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.32. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes (qualificação técnico-profissional), também abaixo indicado(s):

8.32.1. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, corresponsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto ao CREA/CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa à obra objeto da presente licitação (*modelo constante APÊNDICE A*);

8.32.2. A declaração exigida acima (*modelo constante do APÊNDICE A*) deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do responsável(eis) técnico(s) indicado(s), emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU", de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada (para os fins da presente exigência, considera-se parcela de maior relevância técnica e valor significativo: **Fabricação e instalação de tesoura/treliça em aço; Trama de aço composta por terças; Pintura sobre superfície metálica; Telhamento c/ telha termoisolante; Alambrado estrutura por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada;**

8.33. Declaração, assinada pelo representante legal da proponente, de que, declarada adjudicatária do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico e equipamentos necessários à execução da obra (*modelo constante do APÊNDICE B*)

8.34. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 38



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

8.35. Comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra e a licitante, mediante uma das seguintes formas:

- 8.35.1. Carteira de Trabalho;
- 8.35.2. Certidão do CREA;
- 8.35.3. Certidão do CAU;
- 8.35.4. Contrato Social;
- 8.35.5. Contrato de prestação de serviços;
- 8.35.6. Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- 8.35.7. Pré-contrato de prestação de serviços ou declaração de vínculo futuro.

8.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso (qualificação técnico-operacional).

8.36.1. Em se tratando de obras ou serviços de engenharia, a exigência de que trata este subitem deverá ser atendida mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pela CREA (Resolução CONFEA n.º 1.137, de 31 de março de 2023), ou de Certidão de Acervo Técnico-Operacional (CAT-O), emitida pelo CAU (Resolução n.º 93, de 7 de novembro de 2014).

8.37. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Fabricação e instalação de tesoura/treliça em aço;	6 unid ou 128,80 m ou 7.250,36 Kg
Trama de aço composta por terças;	338,67m² ou 384 m ou 2.161,92 Kg
Pintura sobre superfície metálica;	1.324,35 m²
Telhamento c/ telha termoisolante;	338,67 m²
Alambrado estruturado por tubos de aço com fechamento em tela galvanizada;	200,88 m²

8.38. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.38.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.38.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.39. Para efeito de verificação da validade de certidões, se outro prazo não constar da lei ou dos próprios documentos, serão consideradas válidas aquelas emitidas no período de 90 (noventa) dias

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
214

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

que antecedem a data da sessão do certame.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na em anexo.

10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

() I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

() III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

() IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.2. Segue em anexo a análise de riscos relativa a contratação pretendida.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos n.º 22/2003 – Plenário; n.º 1.094/2004 – Plenário e n.º 2.295/2005 –

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 40



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
215

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

- I) A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;
- II) Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;
- III) A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, *optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio*, consoante os motivos a seguir expostos:

- I) O objeto da presente contratação não envolve obra e/ou serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;
- II) Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;
- III) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de obra e/ou serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;
- IV) Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem executar o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

13. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

13.1. Considerando que, pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, o objeto implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores, resta impossibilitada a participação de cooperativas. Ainda, a gestão operacional do serviço não permite que o objeto seja executado de forma compartilhada ou em rodízio.

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

Nilma Eger
Assistente Administrativa

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
216

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação do Município de Mercedes

Referente: Edital de **CONCORRÊNCIA N.º x/2026 – MUNICÍPIO DE MERCEDES**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Conforme o disposto no Edital acima mencionado e de acordo com a Resolução n.º 218 de 29/06/1973 e n.º 1.025, de 30/10/2009, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e/ou Resolução n.º 91, de 9/10/2014, do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nome	Especialidade	CREA n.º CAU n.º	Data do registro	Assinatura do Responsável técnico

_____(local)_____, em _____ de _____ de 2026.

_____(assinatura)_____
(Representante da empresa e qualificação do mesmo)



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Ao Agente de Contratação/Comissão de Contratação do Município de Mercedes

Referente: Edital de **CONCORRÊNCIA N.º xx/2026 – MUNICÍPIO DE MERCEDES**

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **CONCORRÊNCIA N.º xx/2026**, instaurado por este Município, que se nossa empresa for declarada adjudicatária do objeto:

- a) Manteremos durante a execução dos serviços, na qualidade de corresponsável na gerência dos mesmos, o(a) Engenheiro(a) Civil *(ou outro profissional capacitado)*, Senhor(a) _____, inscrito junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, sob n.º _____;
- b) Dispostemos de pessoal técnico necessário para a execução do objeto contratual;
- c) Dispostemos de equipamentos necessários à execução do objeto do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____(local)_____, em _____ de _____ de 2026.

_____(assinatura)_____
(Representante da empresa e qualificação do mesmo)



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
218

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

ANEXO IV

MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

1. RISCOS – FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Definição inadequada das especificações.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Cancelamento da licitação ou não atendimento da necessidade.				
Ação Preventiva:	Proceder levantamento de necessidade com diálogo com interessados, formalizar o Termo de Referência.			Responsável:	Secretaria responsável
Ação de Contingência:	Retificar o Edital ou revogar a licitação.			Responsável:	Pregoeiro, Prefeito.

2. RISCOS – FASE DE LICITAÇÃO

Risco 2	Licitação deserta ou fracassada.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Não atender à necessidade institucional e aumento de custos para refazer a licitação ou não utilizar a dotação orçamentária planejada.				
Ação Preventiva:	Divulgar adequadamente, com prazo de publicação e exigências razoáveis, e seguindo o calendário legal e administrativo.			Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)
Ação de Contingência:	Refazer a licitação, com alterações eventualmente necessárias, no menor prazo possível.			Responsável:	Equipes envolvidas (Compras, Pregoeiro, Direção, Procuradoria)

3. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Inadimplemento Contratual.				
Probabilidade:	Baixo	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 44



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
219

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Dano potencial:	Inexecução do objeto ou atraso na conclusão.		
Ação Preventiva:	Assinar o contrato e toda documentação necessária, iniciado e cumprido dentro do cronograma estabelecido.	Responsável:	Fiscalização e Direção Administrativa
Ação de Contingência:	Notificar a contratada para cumprimento do prazo, sob pena das cominações legais.	Responsável:	Fiscalização e Direção Administrativa

4. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Desconformidade com as especificações.				
Probabilidade:	Baixa	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Serviços executados com má qualidade (segurança, funcionalidade, dimensões, etc...).				
Ação Preventiva:	Acompanhar os serviços e verificar se a execução está sendo conforme especificado.	Responsável:	Fiscal do Contrato		
Ação de Contingência:	Exigir que sejam refeitos os serviços de acordo com o que foi contratado.	Responsável:	Fiscal do Contrato		

5. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco 3	Atraso de pagamento.				
Probabilidade:	Raro	Impacto:	Alto	Classificação:	Médio
Dano potencial:	Descumprimento de obrigação da própria administração.				
Ação Preventiva:	Comunicar e tramitar adequadamente a nota fiscal.	Responsável:	Fiscal do Contrato/Contabilidade		
Ação de Contingência:	Diligenciar para corrigir eventuais falhas que impedem ou dificultam o pagamento, inclusive liberação de recursos.	Responsável:	Fiscal do Contrato/Administração		



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

MAPA DE RISCOS (CLASSIFICAÇÃO)

I M P A C T O	Muito Alto 5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto 4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Médio 3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo 2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Muito baixo 1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		1	2	3	4	5
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
		PROBABILIDADE				

Mercedes, 02 de setembro de 2026.

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE,
LAZER E TURISMO



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

221

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

ANEXO V

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Contratação de empresa para execução de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva a sua necessidade:

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de implantação de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, localizado no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada às atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer disponibilizadas à população.

Atualmente, o espaço é amplamente utilizado por munícipes e visitantes para a prática de atividades físicas, eventos comunitários e momentos de convivência social. Contudo, a inexistência de uma estrutura coberta impossibilita a utilização do local em períodos de chuva, temperaturas elevadas ou condições climáticas adversas, ocasionando o cancelamento ou adiamento de atividades e reduzindo o aproveitamento do espaço público.

A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado para a realização contínua de práticas esportivas e recreativas, garantindo conforto, segurança e acessibilidade aos usuários durante todo o ano. Além disso, a estrutura permitirá a realização de eventos esportivos, educacionais, culturais e comunitários, fortalecendo as ações desenvolvidas pela Administração Municipal e promovendo maior integração entre os cidadãos.

A necessidade da obra também está alinhada às políticas públicas de incentivo ao esporte, ao lazer, à saúde e à inclusão social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a valorização do Lago Municipal Theobaldo Loffy como importante espaço de convivência, turismo e desenvolvimento social do município.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 47



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

2. ALINHAMENTO COM PCA

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

ID dos itens PCA: 67

Unidade gestora: 02014

Data de publicação no PNCP: 17/06/2026

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os requisitos da contratação:

- 3.1. A contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy deverá observar os requisitos técnicos, legais e operacionais necessários para garantir a adequada execução da obra, a segurança dos usuários e a durabilidade da estrutura, atendendo ao interesse público e às necessidades da comunidade.
- 3.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, apresentando documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme previsto na legislação vigente. Também deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos e materiais adequados para execução dos serviços.
- 3.3. Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e demais documentos técnicos elaborados pelo Município, observando as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável.
- 3.4. A empresa contratada será responsável pela execução da construção da quadra, incluindo fundações, estrutura de sustentação, cobertura, drenagem pluvial e demais elementos previstos em projeto, observando os padrões de qualidade estabelecidos pela Administração Municipal.
- 3.5. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos necessários à completa execução da obra.
- 3.6. Os serviços deverão ser executados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, observando critérios de qualidade, economicidade e eficiência, de modo a atender plenamente as necessidades no entorno do Lago Municipal Theobaldo Loffy e proporcionar melhores condições de uso, conforto e atendimento à população do Município de Mercedes/PR.



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

223

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS

Fundamentação: Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Indique os quantitativos:

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.	m²	989.729,02

Classificação dos bens/serviços:

(☒) Comuns.

(☐) Especiais.

(☒) Obras.

(☐) Continuoado.

(☒) Não continuado.

Justificativa: O objeto consiste em atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto ou engenheiro que implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, pelo que é classificado como obra. E trata-se de obra comum, uma vez que cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

Vigência da contratação (no caso de fornecimentos contínuos):

(☐) Plurianual

(☒) Não plurianual.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 49



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

224

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Análise comparativa de soluções

	Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?		Solução 1		X	
A Solução atenderá as expectativas e trará economia para a Administração?		Solução 1	X		

Análise comparativa de custos das soluções viáveis

A única solução viável é a 1, pois, a empresa que será contratada fornecerá todos os materiais adequados e disponibilizará funcionários aptos a prestar este tipo de serviço, e equipamentos para realização do mesmo, ofertando assim uma maior segurança e economia para o município.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos).

Parâmetros utilizados: Levantamento de valores com referência na tabela SINAP.

Metodologia utilizada: Valor estipulado pelo orçamento, com base na tabela SINAP

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Descreva a solução como um todo:

Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, do Município de Mercedes/PR.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Justificativa do parcelamento:

Não será parcelada, tendo em vista que os serviços possuem natureza integrada, complementar e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 50



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

225

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

interdependente, compondo um único projeto de melhoria da infraestrutura nas dependências do Lago.

A realização da obra por uma única empresa contratada proporciona maior eficiência na execução dos serviços, melhor coordenação das etapas construtivas e padronização dos materiais e acabamentos, garantindo maior qualidade final da obra. Além disso, a contratação conjunta facilita o gerenciamento e a fiscalização contratual pela Administração Pública, reduzindo riscos de incompatibilidades técnicas, atrasos na execução e conflitos de responsabilidade entre diferentes empresas.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva os resultados esperados:

Pretende-se contratar os serviços de acordo com o descritivo do Edital, ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades do Município de Mercedes, de forma eficaz e econômica.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Descreva as providências prévias:

A locação deverá ser realizada pela CONTRATADA, seguindo rigorosamente o projeto. Após o término deste serviço, a CONTRATADA deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO, para que este faça as devidas verificações.

Escavações e movimentação de terra necessária para execução dos serviços será incumbência da empresa CONTRATADA.

Para a execução da infraestrutura da obra, a CONTRATADA deverá realizar a demolição do pavimento poliédrico existente nas áreas de blocos, estacas e linhas de baldrames. Conforme indicado em planta específica de demolição, será necessária a remoção.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021).

Indique as contratações correlatas/interdependentes:

Nenhuma contratação correlata/interdependente foi estimada para esse caso.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 51



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei n.º 14.133, de 2021).

Descreva impactos e medidas:

Há possibilidade de impactos ambientais com relação aos resíduos oriundos da obra. Como medida mitigadora, a contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento.

13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamentação: Nos termos do art. 40, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal n.º 034, de 2023.

- () Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.
(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

Descreva a justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:

Trata-se de obra certa e definida, não havendo previsão de futuras contratações similares.

14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei n.º 14.133, de 2021)

Posicionamento conclusivo:

O processo licitatório para contratação de empresa para execução de serviços da construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do Município de Mercedes/PR. é necessário conforme apresentado durante este Estudo Técnico Preliminar. Sendo assim, conclui-se como viável a contratação apresentada.

Classificação: Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 e da Lei n.º 14.133/2021.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

Alexandre Graunke
SECRETÁRIO DE ESPORTE, LAZER E TURISMO

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

227

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

ANEXO VI

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Município de Mercedes						
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo						
Responsável pela Elaboração do Documento: Adriano José Camargo						
E-mail: smelmercedes@hotmail.com				Telefone: (45) 3256-8083		
1. Objeto (o que - descrição sucinta): Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.						
2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente): A presente contratação tem por finalidade a execução de uma Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no Município de Mercedes/PR, visando ampliar e qualificar a infraestrutura pública destinada à prática esportiva, recreativa e de lazer da população. Atualmente, o espaço do Lago Municipal é amplamente utilizado pela comunidade para atividades de convivência, eventos, práticas esportivas e recreação. Entretanto, a ausência de uma estrutura coberta limita a utilização do local em períodos de chuva, excesso de calor e demais condições climáticas adversas, reduzindo significativamente o aproveitamento do espaço público. A construção da quadra coberta proporcionará um ambiente adequado e seguro para a realização de atividades esportivas, projetos sociais, eventos comunitários, ações educacionais e culturais, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, a estrutura contribuirá para a promoção da saúde, do lazer e da integração social, fortalecendo as políticas públicas desenvolvidas pelo Município nas áreas de esporte, turismo e qualidade de vida. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para atender à demanda existente da população por espaços públicos adequados e acessíveis, promovendo a ampliação das oportunidades de prática esportiva e de convivência comunitária, bem como valorizando um dos principais pontos de lazer e turismo do Município de Mercedes/PR.						
3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:						
Item	Descrição	Catmat/Catser	Código IPM	Und	Qtd. (Obra)	R\$ Total
1	Construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo	5622	34403	M²	866,34	989.729,02

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 53



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Loffy do Município de Mercedes/PR.					
*Nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023, utiliza-se o catálogo eletrônico do Governo Federal (CATMAT ou CATSER), haja vista a inexistência de catálogo próprio. Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo): O quantitativo foi definido através da demanda levantada pelo setor de engenharia do Município. 4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano): R\$ 989.729,02 (novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e nove reais e dois centavos). 5. Previsão da data desejada para a contratação: 30 julho de 2026. 6. Grau de prioridade da compra ou contratação: () Baixa () Média (X) Alta () Muito Alta 7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas: () SIM – Qual: (X) NÃO 8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos: 02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva Elemento de despesa 44905199 Fonte de Recurso 838 835 (Exercício anterior) 000 (Exercício anterior) 9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º1 do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023): () SIM (X) NÃO Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Mercedes-PR, 02 de setembro de 2026.					



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

229

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

Ciente e de acordo:
Secretário da Pasta Interessada (nome): Alexandre Graunke

Assinatura: _____



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

ANEXO VII

MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE MERCEDES

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
MERCEDES E A EMPRESA
.....

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na Rua/Av. XXXXXXXXXXX XXXXXX XXX, n.º XXX, bairro XXXX, CEP XX.XXX-XXX, na cidade de MXXXXXXXX, Estado do XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º xxx/2026 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. xx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a *execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Und	Qtd. (Obra)	R\$ Total
1	Contratação de empresa para execução de serviços de construção da Quadra Coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy do município de Mercedes/PR.	m²	866,34	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. O cronograma físico-financeiro do objeto;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

231

Ass.

[Signature]

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 08 (oito) meses contados da assinatura do instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Para a emissão de Ordem de Serviço, será exigido do CONTRATADO a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) junto ao CREA/CAU, referente a execução da obra, além da apresentação de Alvará de Construção e da inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do instrumento contratual.

3.3. É condição, ainda, para emissão da Ordem de Serviço, a participação do CONTRATADO em reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço/obra, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços/obra contratados.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela de maior relevância (estrutura pré-fabricada), a qual representa 74,83% do valor do objeto;

4.1.2. Poderá ser subcontratada a parcela referente a serviços preliminares e administração local, a qual representa até 1,22% do valor do objeto;

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 57



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 162, de 2015;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

5.4. Do valor total do contrato 50% (cinquenta por cento) correspondem a materiais, e 50% (cinquenta por cento) a mão de obra.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, qual seja 11/06/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 58



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

233

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC – ÍNDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO - MERCADO, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços/obra, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 59



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

234

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.11.1. A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços/obra objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços/obra, após seu recebimento.
- 8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- a) *"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;*
 - b) *comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; e*
 - c) *certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;*
- 8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço/obra e notificações expedidas.
- 8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço/obra for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço/obra, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço/obra para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 60



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.
235

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

para o exercício da atividade;

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obra nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço/obra no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços/obra;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 61



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

236

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

terceiros;

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços/obra e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço/obra;

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço/obra, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 62



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

237

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 63



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

- 9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;
- 9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:
- 9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;
- 9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

239

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços/obra, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços/obra ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço/obra de engenharia;

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços/obra e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade SEGURO-GARANTIA, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

10.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, pela fiança bancária ou, ainda, por título de capitalização custeado por pagamento único, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 65



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

240

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

- 10.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 10.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 10.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 10.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.12. No caso de garantia na modalidade de título de capitalização custeado por pagamento único, o resgate deverá se dar pelo valor total.
- 10.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 10.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 66



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

241

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) **Multa:**

- i. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- ii. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 67



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

242

Ass.

*Edital de Concorrência n.º 8/2026**Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026*

- iii. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- iv. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- v. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- vi. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
- vii. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
- viii. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da advertência e/ou multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021), sem prejuízo do respeito aos demais postulados relativos ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório.
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23www.mercedes.pr.gov.br

Página | 68



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11.15. As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio idôneo de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.16. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

11.17. A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.18. É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados,



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

244

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG nº 985531-35/2026

considerando-se recebidas as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

11.19. A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitens antecedentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 70



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

245

Ass.

Edital de Concorrência n.º 8/2026
Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

02.014.23.695.0012.1024 - Infraestrutura Esportiva

Elemento de despesa 44905199

Fonte de Recurso 838

835 (Exercício anterior)

000 (Exercício anterior)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.5. O contratado expressa concordância com a adequação do projeto relativo ao objeto do presente contrato, e, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto nos art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Em todo caso, serão observadas as regras estabelecidas no Decreto Municipal n.º 041, de 24 de março de 2023.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei n.º 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Marechal Cândido Rondon – PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 71



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

Mercedes/PR, em xx de xxxxx de 2026.

**Município de Mercedes
CONTRATANTE**

**XXXXXXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

XXXXX

XXXXX

X



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Edital de Concorrência n.º 8/2026

Processo Licitatório n.º 184/2026 - Contratação UASG n.º 985531-35/2026

ANEXO VIII

Documentação Técnica (Arquivos Engenharia – arquivo digital)

Disponível no endereço: <https://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php#>



Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

248

Ass.

- PUBLICADO -

DATA 15 / 09 / 26

ÓRGÃO O Paraná

PÁGINA 14

Nº EDIÇÃO 14.941

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

UASG: 985531

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE CONCORRÊNCIA, FORMA ELETRÔNICA N.º 8/2026

CONTRATAÇÃO UASG N.º 985531-35/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	R\$ Total
1	Construção de quadra coberta junto ao Lago Municipal de Mercedes/PR.	989.729,02

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 08/10/2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 07:30 às 11:30h e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br

Mercedes – PR, 14 de setembro de 2026.

LAERTON

WEBER:04530421
988

Assinado de forma digital por
LAERTON WEBER:04530421988
Dados: 2026.09.14 13:36:17 -03'00'

Laerton Weber
Prefeito

- PUBLICADO -

DATA 14 / 09 / 26

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

www.mercedes.pr.gov.br

EDIÇÃO 4614

- PUBLICADO -

DATA 15 / 09 / 26

ÓRGÃO DIOE

PÁGINA 62-63

Nº EDIÇÃO 12.216

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1



DIÁRIO OFICIAL

De acordo com o Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal

MUNICÍPIO DE MERCEDES

PÁG.

ASS.

249

14 de setembro de 2026

ANO: XIV

EDIÇÃO Nº: 4614

www.mercedes.pr.gov.br
ATOS DO PODER EXECUTIVO

Gabinete do Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 14 de setembro de 2026.

Laerton Weber
PREFEITO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2026
CONTRATAÇÃO UASG Nº 985531-35/2026

MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR
UASG: 985531
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA, FORMA ELETRÔNICA Nº 8/2026
CONTRATAÇÃO UASG Nº 985531-35/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da quadra coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.

PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	R\$ Total
1	Construção de quadra coberta junto ao Lago Municipal de Mercedes/PR.	989.729,02

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 08/10/2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 07:30 às 11:30h e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br

Mercedes – PR, 14 de setembro de 2026.

Laerton Weber
Prefeito

Página 4



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo.

O Município de Mercedes dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: www.mercedes.pr.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/09/2026 16:31 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/jp86dae24034aa>



Maringá

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 182/2026-PM

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento contínuo de insumos, testes e reagentes de análises clínicas, com comodato de equipamentos automatizados, para atender de forma integrada o Laboratório Central, a rede municipal e o Hospital Municipal de Maringá/PR. **Recebimento das propostas:** até as 08:30 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026. **Abertura das propostas:** às 08:30 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026. **Início da sessão de disputa de lances:** às 08:30 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026, no site www.gov.br/compras/pt-br - COMPASNET. O edital completo estará disponível através do site: <https://maringa.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia>.

Silvio Magalhães Barros II
Prefeito do Município de Maringá

Protocolo 123941/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 014/2026-PM

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de recuperação do sistema dissipador de energia do emissário de drenagem do Córrego Merlo, compreendendo a demolição das estruturas existentes, a implantação e a adequação da rede de drenagem pluvial, a construção de novo dissipador de energia, canal e contenções em gabião, poços de visita, serviços de terraplenagem, enrocamento, proteção hidráulica, controle de erosão e recomposição das áreas afetadas. **Recebimento das propostas:** até as 09:00 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026. **Abertura das propostas:** às 09:00 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026. **Início da sessão de disputa de lances:** às 09:00 horas do dia 01 (um) de outubro de 2026, no site www.gov.br/compras/pt-br - COMPASGOV. O edital completo estará disponível através do site: maringa.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia

Silvio Magalhães Barros II
Prefeito do Município de Maringá

Protocolo 124411/2026

Mariópolis

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026. UASG Nº 987693. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NO COMPASGOV - PREGÃO ELETRÔNICO 987693 - 24/2026. PROCESSO Nº 791/2026. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: 02 de OUTUBRO de 2026. Abertura da Sessão: 08h00 horas. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pela Agente de Contratação/Pregoeira Oficial da municipalidade Vanusa Martins, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 50/2026, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM - Processo nº. 791/2026, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual contratação de serviços de arbitragem, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II - Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 02/10/2026 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. **INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2026 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal - Rua Seis, nº 1030 - Centro -**

CEP: 85.525-000 - Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações - Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 14 de Setembro de 2026. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.

Protocolo 124101/2026

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026. UASG Nº 987693. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NO COMPASGOV - PREGÃO ELETRÔNICO 987693 - 25/2026. PROCESSO Nº 706/2026. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: 05 de OUTUBRO de 2026. Abertura da Sessão: 08h00 horas. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pela Agente de Contratação/Pregoeira Oficial da municipalidade Vanusa Martins, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 51/2026, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM - Processo nº. 706/2026, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de aparelhos e utensílios domésticos, destinados à manutenção e atendimento das necessidades dos acolhidos no Abrigo Institucional e conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II - Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 05/10/2026 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. **INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 51/2026 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal - Rua Seis, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000 - Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações - Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693. Mariópolis/PR, 14 de Setembro de 2026. Mario Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal.**

Protocolo 124111/2026

Matelândia

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, torna público que irá requerer junto ao Instituto Água e Terra (IAT) a Licença Ambiental Simplificada para atividade de extração de cascalho - Cascalheira Eduardo José Guerini, a ser implantada na Linha Cozer, zona rural, Matelândia/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, torna público que irá requerer junto ao Instituto Água e Terra (IAT) a Licença Ambiental Simplificada para atividade de extração de cascalho - Cascalheira Anilson Becker, a ser implantada na Linha Picada Benjamin, zona rural, Matelândia/PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, torna público que irá requerer junto ao Instituto Água e Terra (IAT) a Licença Ambiental Simplificada para atividade de extração de cascalho - Cascalheira Francieli Binotti Viapiana, a ser implantada na Linha Alto Dourado, zona rural, Matelândia/PR.

Protocolo 123962/2026

MercedesMUNICÍPIO DE MERCEDES - PR
UASG: 985531

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE CONCORRÊNCIA, FORMA ELETRÔNICA Nº. 8/2026
CONTRATAÇÃO UASG Nº 985531-35/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para execução de construção da quadra

coberta junto ao Lago Municipal Theobaldo Loffy, no município de Mercedes/PR.
PREÇO MÁXIMO:

Item	Descrição	R\$ Total
1	Construção de quadra coberta junto ao Lago Municipal de Mercedes/PR.	989.729,02

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pl-br>

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h00min do dia 08/10/2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo encontra-se no site www.mercedes.pr.gov.br, bem como, no site <https://www.gov.br/compras/pl-br>. Demais informações encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na Prefeitura do Município de Mercedes, situada à Rua Dr. Oswaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, de segunda a sexta feira, no horário de atendimento ao público: 07:30 às 11:30h e 13:00h às 17:00h. Telefone: (45)3256-8000, e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br

Mercedes - PR, 14 de setembro de 2026.

Laerton Weber
 Prefeito

Protocolo 124379/2026

Ourizona

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026 - PMO

Contratante: Município de Ourizona, Estado do Paraná, com sede à Rua Bela Vista, 1061, inscrito no CGC/MF nº 76.282.672/0001-07, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Janilson Marcos Donasan, e

Contratada: EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, com alteração do nome empresarial para "EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS S.A" em 01/08/2026.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM CBUQ, COM ÁREA DE 64.764,00 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL.

Prazo de execução: 300 (trezentos) dias

Prazo de vigência: 600 (seiscentos) dias.

Valor: R\$ 11.779.000,00 (onze milhões, setecentos e setenta e nove mil reais).

Data da Assinatura: 14 de setembro de 2026.

Foro: Comarca de Mandaguáçu, Estado do Paraná

Ourizona-PR, 14 de setembro de 2026.

Janilson Marcos Donasan
 Prefeito Municipal

Protocolo 124298/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O Prefeito Municipal, JANILSON MARCOS DONASAN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos: Processo: 86/2026 Licitação n.º: 07/2026 Modalidade: Concorrência eletrônica.

Data de Homologação e Adjudicação: 14/09/2026.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM CBUQ, COM ÁREA DE 64.764,00 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL.

Valor total: R\$ 11.779.000,00 (onze milhões, setecentos e setenta e nove mil reais).

Participante: EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, com alteração do nome empresarial para "EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS S.A" em 01/08/2026.

Ourizona, PR 14/09/2026.

Janilson Marcos Donasan
 Prefeito Municipal

Protocolo 124299/2026

Palotina

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 063/2026

FUNDAMENTAÇÃO - ARTIGO 75, INCISO VIII DA LEI 14.133/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE SANEANTES E PRODUTOS DESTINADOS À HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRÃO DELAZERI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR ESTIMADO: R\$ 72.108,82 (SETENTA E DOIS MIL, CENTO E OITO REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

Palotina, 11 de setembro de 2026.

SR. RODRIGO RIBEIRO
 PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 124179/2026

EXTRATO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 708/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE - TIPO: MENOR PREÇO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PALESTRA MOTIVACIONAL COM TEMA FELICIDADE ALUSIVA AO DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - DURAÇÃO 1:15H, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR: R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será de 03 (três) meses a partir de sua publicação.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à empresa detentora EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS APÓS A ENTREGA DO OBJETO LICITADO, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente e fiscal de Contrato. Sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado conforme determina a legislação vigente.

RODRIGO RIBEIRO
 PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 123767/2026

Paranapoema

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

OBJETO: A presente licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL E PAINEL DE LED DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme condições, especificações constantes no Termo de Referência do Anexo I, deste Edital. DATA ABERTURA: ÀS 09:00 HORAS, DO DIA 28/09/2026. MAIS INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO TELEFONE (44) 3342-1133. PARANAPOEMA 14 DE SETEMBRO DE 2026. SIDNEI FRAZZATO - PREFEITO -

Protocolo 124033/2026

Pinhal de São Bento

AVISO DE LICITAÇÃO (UASG 985495)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
 COMPRASGOV 985495 - 15/2026

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia 25/09/2026, às 09:00 horas, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



SELO DE AUTENTICIDADE
 COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
 12cbr0519

10/2026 12216 | DATA 15/09/2026

